

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Mauren Buzzatti

**DA CIDADE AO CAMPO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS À LUZ
DOS ACAMPAMENTOS DO MST EM CHARQUEADAS-RS**

Santa Maria, RS
2017

Mauren Buzzatti

**DA CIDADE AO CAMPO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS À LUZ DOS
ACAMPAMENTOS DO MST EM CHARQUEADAS-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra Em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Buzzatti, Mauren

Da cidade ao campo: trajetórias e perspectivas à luz dos acampamentos do MST em Charqueadas-RS / Mauren

Buzzatti.- 2017.

152 p.; 30 cm

Orientador: Clayton Hillig

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, RS, 2017

1. Urbanização 2. Reforma agrária 3. Acampamentos 4. Política de acesso 5. Critérios seletivos I. Hillig, Clayton II. Título.

© 2017

Todos os direitos autorais reservados a Mauren Buzzatti. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

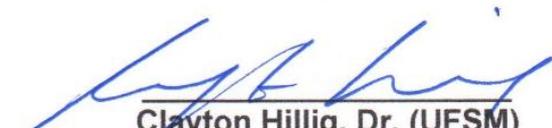
E-mail: maurenbz@outlook.com

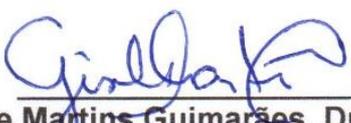
Mauren Buzzatti

**DA CIDADE AO CAMPO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS À LUZ DOS
ACAMPAMENTOS DO MST EM CHARQUEADAS-RS**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Extensão Rural**.

Aprovado em 31 de agosto de 2017:


Clayton Hillig, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Gisele Martins Guimarães, Dra. (UFSM)


Ivaldo Gehlen, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Dentre todas essas pessoas, agradeço em primeiro lugar a quem me estimulou a buscar compreender as relações rurais e urbanas bem como o universo da Extensão Rural, meu professor de graduação Oscar Torres, muito obrigada, pelo estímulo à pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, que contribuíram de forma admirável a minha caminhada enquanto estudante, minha gratidão e imensa admiração.

Aos colegas do mestrado, pela partilha dos momentos de aprendizado, de alegrias, angústias e por sempre estimularam a não desanimar em momentos difíceis.

A minha família, que incondicionalmente me apoiou e transbordou os sentimentos mais genuínos do afeto familiar. Obrigada por terem me proporcionado educação e estímulo a continuar.

Aos amigos, que acompanharam cada dificuldade e avanço deste trabalho, que me apoiaram frente às angustias do trabalho de campo e ainda mais no período de escrita e que sabem comemorar com alegria a nossa amizade.

Ao meu orientador Prof. Clayton Hillig, fico muito grata por todo o estímulo, encorajamento e paciência. És um educador que inspira humanismo e alegria. Obrigada pelos ensinamentos que ultrapassam as temáticas aqui pesquisadas. Sem palavras pela sua energia, quando eu desanimei.

Aos entrevistados desta pesquisa, que me receberam com enorme carinho e partilharam com entusiasmo suas trajetórias de vida, concedendo as informações sustentadoras deste estudo. Obrigada pelos ensinamentos que também ultrapassam as palavras escritas nesta pesquisa.

A Universidade Federal de Santa Maria, por me proporcionar uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, pelo amparo e acolhimento ao meio científico.

Aos servidores da universidade em geral, que desempenham a importante tarefa de proporcionar um ambiente agradável e funcional em meio à dinâmica de aulas e pesquisa.

A minha banca de defesa, pela disponibilidade e contribuições com este trabalho.

E por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de estudos, sem a qual este estudo não seria possível.

RESUMO

DA CIDADE AO CAMPO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS À LUZ DOS ACAMPAMENTOS DO MST EM CHARQUEADAS-RS

AUTORA: Mauren Buzzatti

ORIENTADOR: Prof. Doutor Clayton Hillig

Tendo em vista a alteração nas dinâmicas de migração no ambiente brasileiro e as influências desta no que tange a movimentação populacional entre rural e urbano, este estudo busca compreender, a luz da política agrária, como a população urbana é compreendida ao que diz respeito ao acesso à terra, através do Programa Nacional de Reforma Agrária, a partir de um estudo de caso, que toma como fonte indicativa os perfis sociais dos sujeitos acampados participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que permanecem há quatro anos as margens da rodovia 401, no município de Charqueadas-RS. Para tal, aprofundou-se em uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, referente às diferentes dinâmicas migratórias, em especial à absorção destas ao MST, com o recorte da lógica urbano-rural. A pesquisa também se amparou em entrevistas com informantes-chave pertencentes ao Movimento supracitado, representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – RS), bem como com integrantes do Movimento em situação de acampamento, na justificativa de que estes compõem um contingente demandante por terra, sendo este o perfil mais indicado para compreender as nuances migratórias ao rural, através das incidências governamentais. Desta forma, quanto ao surgimento do perfil urbano, delimitado à lógica migratória urbano-rural, identificou-se, em termos proporcionais, a sua manifestação no final da década de 90, em estados e regiões com maior índice de densidade demográfica. Estes sujeitos compõem um perfil que via de regra, não possui vínculo rural relacionado com a posse de terra ou de trabalho associado a esta. São indivíduos que pela primeira vez migram da cidade para o rural, por consequência das dinâmicas socioeconômicas experienciadas no meio urbano, onde se percebe a frequente origem periférica destes sujeitos. Uma vez inseridos ao meio de busca por acesso à terra, interagem com a estrutura organizativa dos acampamentos do MST, bem como com os demais sujeitos que encontram-se neste espaço, conformando uma lógica relacional de influências mútuas, onde são percebidos por suas características culturais intrínsecas à sua origem urbana e também percebem este meio a partir deste escopo, o que ressalta singulares significações quanto aos meios denominados de “rural” e “urbano”. Por fim, se destaca como as políticas agrárias, uma vez que formuladas em períodos destoantes da presença deste perfil na busca pelo acesso à terra, e que ainda são vigentes, excluem estes indivíduos, principalmente pelos critérios seletivos de participação do programa, identificados nos quesitos de comprovação de tempo de atividade agrícola, entrevistas de aptidão agrícola, bem como no direcionamento da própria política.

Palavras-chave: Urbanização. Reforma agrária. Acampamentos. Política de acesso. Critérios seletivos.

ABSTRACT

FROM THE CITY TO THE FIELD: TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES IN THE LIGHT OF THE CAMPS OF THE MST IN CHARQUEADAS-RS

AUTHOR: MAUREN BUZZATTI
ADVISOR: CLAYTON HILLIG

In view of the change in migration dynamics in Brazil and the influence of this in relation to population movement between rural and urban, this study seeks to understand, in the light of agrarian policy, how the urban population is understood as regards access through the National Agrarian Reform Program, based on a case study, which takes as an indicative source the social profiles of the camped participants in the Movement of Landless Rural Workers (MST), who have been on the margins for four years. highway 401, in the municipality of Charqueadas-RS. In order to do so, it has deepened in a wide bibliographical and documentary research, referring to the different migratory dynamics, in particular the absorption of these to the MST, with the urban-rural logic. The research was also supported by interviews with key informants belonging to the aforementioned Movement, representatives of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA - RS), as well as with members of the Movement in a situation of encampment, on the grounds that they constitute a demanding contingent by land, and this is the most suitable profile to understand the migratory nuances to the rural, through the governmental incidences. Thus, in terms of the emergence of the urban profile, delimited to the urban-rural migration logic, it was identified, in proportional terms, its manifestation in the late 1990s, in states and regions with the highest demographic density. These subjects compose a profile that, as a rule, does not have a rural link related to land tenure or work associated with it. They are individuals who migrate from the city to the rural for the first time, as a consequence of the socioeconomic dynamics experienced in the urban environment, where the frequent peripheral origin of these individuals is perceived. Once inserted in the middle of search for access to land, they interact with the organizational structure of the MST camps, as well as with the other subjects that are in this space, conforming a relational logic of mutual influences, where they are perceived by their cultural characteristics intrinsic to its urban origin and also perceive this medium from this scope, which highlights singular meanings in the so-called "rural" and "urban" means. Finally, it is highlighted how agrarian policies, since formulated in periods that are not present in the search for land access, and which are still in force, exclude these individuals, mainly through the selective criteria of program participation identified in the questions proof of time of agricultural activity, interviews of agricultural aptitude, as well as in the direction of the policy itself.

Keywords: Urbanization. Landreform. Campsites. Access policy. Selection criteria.

LISTA DE SIGLAS

ABRA	– Associação Brasileira de Reforma Agrária
CDCM	– Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados
CEB's	– Comunidade Eclesial de Base
CEEE	– Companhia Estadual de Energia Elétrica
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COOPAN	– Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda
CPA	– Cooperativas de produção agropecuária
CPF	– Cadastro de Pessoa Física
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	– Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	– Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MG	– Minas Gerais
MOBRAL	– Movimento Brasileiro de Alfabetização
MS	– Mato Grosso do Sul
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	– Mato Grosso
MTD	– Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	– Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PA	– Pará
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
RMPA	– Região Metropolitana de Porto Alegre
RS	– Rio Grande do Sul
SC	– Santa Catarina
SP	– São Paulo
TO	– Tocantins
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UTLAB	– União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil
VC	– Via Campesina

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	A INSERÇÃO DOS SUJEITOS URBANOS NA BUSCA DE ACESSO A TERRA: TRAÇOS DE <i>UM</i> NOVO PERFIL SEM TERRA	31
1.1	MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: A CONFLUÊNCIA DE ELEMENTOS SOCIOPOLÍTICOS NA DINÂMICA URBANO-RURAL	31
1.1.1	Um resgate temporal	34
1.2	O MST E O PERFIL DO SEM TERRA	45
1.2.1	A emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ...	45
1.2.1.1	<i>A chegada dos urbanos em um movimento camponês</i>	47
1.2.1.1.1	O caso das Comunas da Terra: De crises organizacionais à promoção do bem estar social	56
1.2.1.1.2	As nuances urbanas nas experiências gaúchas	61
1.3	UMA BREVE PERIODIZAÇÃO DOS FATOS	64
2	ACAMPAMENTOS “UNIDOS PELA TERRA” E “DOM TOMÁS BALDUÍNO” EM PERSPECTIVA: SUJEITO URBANO, ESTRUTURA ORGANIZATIVA E INFLUÊNCIAS MÚTUAS	67
2.1	ACAMPAMENTOS “UNIDOS PELA TERRA” E “DOM TOMÁS BALDUÍNO”: ENTRE ORIGENS E FORMAS, SEMELHANÇAS E DESCOMPASSOS	68
2.1.1	O acampamento “Unidos pela Terra”	74
2.1.2	Estrutura organizativa do acampamento “Unidos pela Terra”	84
2.2	ACAMPAMENTO “DOM TOMÁS BALDUÍNO”	95
2.2.1	Estrutura organizativa do acampamento Dom Tomás Balduino	103
2.3	OS ACAMPAMENTOS NA REGIÃO DE CHARQUEADAS-RS E O PERFIL URBANO NA REFORMA AGRÁRIA	107
3	TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS SUJEITOS URBANOS ACAMPADOS	111
3.1	A TERRITORIALIZAÇÃO DO PERFIL URBANO NA BUSCA DE ACESSO A TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE-RS: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO	111
3.1.1	“Os urbanos”: A diversidade em origens singulares	118
3.1.1.1	<i>Trabalhadores informais</i>	118
3.1.1.2	<i>O estudante</i>	121
3.1.1.3	<i>Indivíduos em situação de rua</i>	122
3.1.1.4	<i>Indivíduos em conflito com a lei</i>	123
3.2	ACESSO A TERRA: OS ENTRAVES CIRCUNDANTES AO ACAMPADO URBANO	126
3.2.1	O descompasso quanto aos critérios estabelecidos na seleção de famílias candidatas ao PNRA	127
3.3	AMARRANDO ALGUNS PONTOS	132
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ACAMPAMENTOS DOM TOMÁS BALDUÍNO E UNIDOS PELA TERRA	145

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRIGENTES/FRENTES DE MASSA DOS ACAMPAMENTOS.....	147
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO INCRA.....	148
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO DURANTE AS ENTREVISTAS.....	149
ANEXO A – DOCUMENTOS ACESSADOS/UTILIZADOS COMO DADOS PRIMÁRIOS.....	150
ANEXO B – PRIMEIRO BOLETIM INFORMATIVO SEM TERRA, 1981	151
ANEXO C – DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS RABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	152

INTRODUÇÃO

Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2015 cerca de 120 mil famílias encontravam-se em situação de acampamento no Brasil, em busca de acesso à terra através do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), destas, mais de 80 mil estavam vinculadas ao cadastro de insegurança alimentar da mesma entidade (INCRA, 2015). No Rio Grande do Sul, estes números vêm demonstrando um crescimento significativo desde 2014, revelando em 2017 um contingente de cerca de 2.200 mil acampados que se organizam através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando reivindicar o cumprimento de suas pautas, que se tangenciam entre o seu programa agrário e a atuação do Estado nos termos do PNRA, através do INCRA. Impelido a estes índices, verifica-se também um número crescente de sujeitos que obedecem a uma lógica migratória específica, que em termos proporcionais se faz recente.

A saída, em especial dos grandes centros urbanos em direção ao rural, encontra estímulos neste universo, dadas as limitações que circundam os formatos de reprodução social nas cidades, que retomam em progressão às taxas de desocupação e outras múltiplas determinações do escopo socioeconômico. Este movimento encontra peculiaridades, que vão para além de uma lógica migratória urbano-rural, uma vez que não se refere a um fenômeno de *retorno*, de sujeitos que anteriormente dirigiram-se as cidades posto o processo de êxodo rural e dadas as condições, reingressam ao seu ambiente de partida, mas sim de um movimento primário em direção a este, compreendendo quem habitualmente não possui vínculos com a terra, seja por posse ou por relações de trabalho, e lança-se a este desconhecido.

Dadas as crescentes proporções relativas à este perfil, não composto por uma parcela social que *seria capaz* de acessar a terra por processos de compra e venda individuais, registra-se sua aderência à mecanismos de organização popular, dada sua reconhecida legitimidade pelo Estado, que através de medidas até então pontuais, realiza projetos de assentamentos a luz do PNRA, em contrapartida às demandas apresentadas. Desta forma, este perfil urbano se torna expressivo frente as modalidades de ação e manutenção do MST, compreendidas entre suas ocupações, acampamentos e assentamentos, onde os quais passam a também

compor as estruturas organizativas destes espaços, que de uma forma dialética passam a influir e serem influenciados sobre estas. Entretanto, as mudanças de perfis e realidades neste meio, não encontram respaldo, a priori na sua forma de acesso, onde limita-se este estudo.

Esta problemática emerge a partir dos critérios seletivos estipulados aos candidatos ao beneficiamento do programa supracitado, elencados na Norma de Execução nº 45/2005, o qual prioriza e busca candidatos que comprovadamente possuam maior tempo de atividade agrícola, indicadas mediante a apresentação do Talão de Nota Fiscal de Produtor Rural. Requisito que entra em contradição não apenas com este perfil emergente, mas com a categoria sem terra como um todo, onde porém, verificam-se resquícios desta lógica no público ideal a ser atendido. O vigor do programa se estabelece a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária, formulado no ano de 2002, o qual objetiva atender um público que possua em sua historicidade, vínculos com o espaço onde pretenderiam *permanecer*.

O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas (II PNRA, 2002, p. 10).

O plano possui uma série de avanços, também reconhecidos no direcionamento de seu público, onde prioriza populações que ao longo do tempo passaram por processos excludentes de seus territórios originais, uma vez que em sua criação compunha uma realidade com sinais de perfis demandantes diferenciados, embora ainda persistentes. Porém em sua atual vigência infere-se, diante de novas conjunturas populacionais, um novo perfil demandante, que se expressa também por processos excludentes de seus locais originários, embora citadinos, e em expressões que se apontam crescentes.

Desta maneira este estudo objetiva compreender e identificar, a partir dos processos tangentes a este evento, os momentos em que este perfil urbano passa a manifestar-se frente a categoria *sem terra* em proporções mais túmidas, a luz de como são construídas estas relações de identidades entre estes e a sua esfera receptiva, o MST. Buscando também, de forma ainda que primária, por projetar-se a partir de um estudo de caso, compreender as motivações envolvidas neste processo

migratório que a partir de uma análise das trajetórias sociais intrínsecas a estes sujeitos passam a sinalizar alguns fatores decisórios, bem como significações atribuídas a estes espaços, denominados de “rurais” e “urbanos”

Em consequência da recente percepção deste movimento, analisa-se também, as novas redes e conformações tecidas no aspecto relacional entre estes indivíduos, que não engendram uma categoria homogênea e única nestes espaços, e as estruturas organizativas e espaciais as quais interagem, buscando por meios observatórios à rotina cotidiana de um acampamento percebê-las e correlacioná-las ao *habitus* incorporado pelos seus locais de origem, permitindo assim, compreender como estes sujeitos são percebidos e percebem este novo espaço.

Estes objetivos, são pontos esmiuçados de uma busca mais ampla que pretende, a partir das perspectivas de vida elencadas por estas populações frente suas trajetórias sociais, compreender como a política agrária, nos termos do PNRA, se relaciona com este novo perfil, a partir das nuances e demandas existentes.

Amparo Teórico

Considerando a diversidade de temas e subtemas envolvidos nesta pesquisa, os quais circundam em seus limites por tópicos como migração, trajetórias sociais, urbanização, política agrária e movimentos sociais, foram necessários variados aportes teóricos bem como sua natureza, para que de uma forma harmônica as singularidades destas pequenas temáticas pudessem integrar-se conformando um tema maior, denominado aqui, em termos gerais como “*sujeitos urbanos na reforma agrária*” (Figura 1).

Desta forma, primeiramente, sob a busca de amparo na compreensão das conjunturas que influíram sobre os movimentos migratórios ocorridos no Brasil desde suas sinalizações mais evidentes, remete-se as contribuições dos estudiosos George Martine e José de Souza Martins, escolhidos pelo olhar migratório enquanto um *processo social*, que na compreensão de Silva e Menezes (2007, p. 4), se apresenta através destas lentes como “um acontecimento histórico, que atinge os (as) que partem e os (as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais, e subjetivos, *vis-à-vis* as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia”.

A abordagem do sociólogo José de Souza Martins, se faz necessária uma vez que se atenta para a associação entre os processos migratórios internos e as conjunturas de vulnerabilidade socioeconômica que se colocam, por vezes, como fatores influentes a efeitos significativos sobre a vida dos migrantes (Martins, 2003a), o que lança uma peça chave na compreensão entre as diversas lógicas interpretativas do fenômeno, que não raro, são atreladas à exclusividade de um problema social como produto final. Para Martins (2003b, p 127), “nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social”, o que elucida um caminho de entendimento dialético sobre as motivações envolvidas nos sujeitos migrantes, e como sua ação é interpretada a posteriori.

O autor expõe as alianças iniciais, que amarram as esferas avaliativas para uma compreensão mais lúcida do migrar, expondo a existência dos processos de aproximação relativos às oportunidades de vida, uma vez que o fenômeno possui dimensões não só demográficas e territoriais, mas também sociais, onde salienta a magnitude da sociabilidade na compreensão destes fenômenos, pois esta é uma sociabilidade dialética e em trânsito, uma vez que é composta das relações sociais tanto de origem como as de destino do migrante. (MARTINS, 2003b).

Neste sentido, também se situam os trabalhos de George Martine, o qual contribui de forma substancial através das avaliações e apontamentos sobre a expansão do mercado agrícola brasileiro, com vistas em suas implicações sobre o fenômeno de urbanização e êxodo rural, onde funde os elementos que circundam o que ele denomina de “modernização conservadora”. A compreensão de Martine guia o estudo na perspectiva dos fatores excludentes que atuam como estímulos migratórios dentro deste contexto, onde imputa a influência à estes, por aspectos econômicos, sociais, demográficos e políticos, em detrimento de uma perspectiva unidirecional de *atratividade* como elemento propulsor do movimento migratório (MARTINE, 1991, p.32).

A visita aos estudos de Boris Fausto, também complementam a análise no campo migratório, uma vez que esta, demanda de uma imersão à historiografia dos diferentes períodos vividos no Brasil, que em maior ou menor grau, registram-se como pontos de partida para determinadas análises construídas nesta dissertação. Desta forma, a reconhecida obra *História do Brasil*, lançada em 1984 é capaz convergir a estes anseios, dado o seu amplo espectro temporal em estudo, dotado

de conexões básicas entre aspectos econômicos e político-sociais que através desta lente percebe as mudanças ocorridas nas dinâmicas migratórias em todo o território brasileiro, sem colocar-se a partir de pressupostos evolucionistas ou imobilistas frente ao processo histórico.

Quanto as temáticas envoltas no processo de compreensão de gênese, organização e manutenção do movimento social estudado, em especial na modalidade de acampamentos, recorreu-se a subsídios de autores como Fernandes (1996; 1999), Medeiros (1989), Sigaud (2000), Loera (2014) e Caldart (2000).

O resgate histórico elaborado por Medeiros, frente ao surgimento dos primeiros movimentos organizados no campo, se faz como um prolífico componente neste estudo, uma vez que esta percebe estes sujeitos como protagonistas de suas histórias, os vê enquanto coletivos através de suas formas de organização frente as diversas conjunturas que engendraram a articulação destes trabalhadores rurais no âmbito de sindicatos, movimentos, greves e de mais organizações, retirando seus registros da aba anedótica e secundária do campo agrário, para inseri-la enfaticamente na composição histórica do Brasil. A obra *História dos movimentos sociais no campo* de 1989, foi fundamental na compreensão da história e gênese do MST, bem como possibilitou conciliar o arranjo organizativo deste setor, junto as movimentações migratórias estudadas. Sua obra é ampla por também contemplar no escopo quantitativo a raiz processual do surgimento das demais organizações que de uma forma direta se relacionam com o MST, o que possibilita uma identificação de trajetórias e identidades sociais relacionadas as tendências organizativas abordadas.

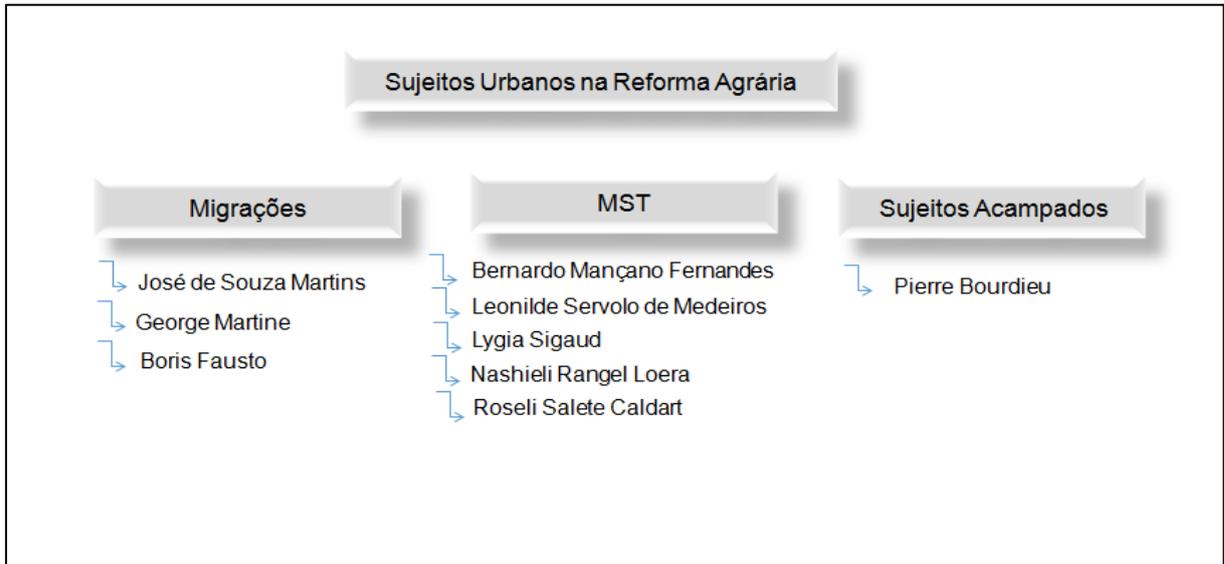
Neste mesmo sentido, Bernardo Mançano Fernandes (1993; 1999) ao analisar os processos de formação e *territorialização* do MST, traz um amplo registro das respectivas etapas através da pesquisa memorial, em 21 estados brasileiros, formuladas em sua tese de doutorado. Sua importante reflexão para este estudo se encontra principalmente na percepção da capacidade de espacialização e territorialização deste movimento, através de uma forma intrínseca à sua prática, a *forma em movimento*, construída em um continuum a partir do acúmulo das experiências de vida dos sem terra, repercutindo na sua lógica organizativa, bem como na ampliação do seu espaço de socialização política. Estes elementos são fundamentais para compreender as conformações de organização das diversas modalidades de movimento em territorialização/territorializado, como é o caso dos acampamentos, focos do estudo empírico desta dissertação.

As relevantes contribuições de Sigaud e Loera e Caldart, encontram consonância com os autores citados acima, uma vez que constroem traduções referentes a ética educativa dos acampamentos, os diferenciam das demais modalidades de ação deste Movimento e sobre mutuo amparo, elucidam com clareza o termo em que me apoio para também compreender as conformações organizativas e de legitimação do espaço em questão, a luz da *forma acampamento*, que se apresenta “como uma linguagem social, uma forma de reivindicar demandas sociais ao Estado” ou também como “um modo de fazer afirmações por meios de atos, destinada a fundar pretensões à legitimidade” (SIGAUD, 2000).

No que tange a análise dos sujeitos e suas trajetórias sociais, recorre-se ao amparo teórico do sociólogo Pierre Bourdieu, o qual trouxe subsídios para uma possível compreensão das diversas posições sociais ocupadas por estes agentes que compreendem uma singular lógica migratória. Esta abordagem foi adotada em virtude do objetivo em compreender a migração urbano-rural e as trajetórias sociais circundantes a esta, sem causar um distanciamento entre a realidade científica e a empírica, preservando-se das incoerências ao centralizar a análise sobre os sujeitos acampados. Neste sentido, com objetivos em compreender as motivações envolvidas nos processos migratórios, o autor contribui de forma exclusiva, a partir da proposta metodológica em torno do conceito de *trajetórias sociais*. Bourdieu (1996) elucida este conceito, como posições sucessivas em que os agentes se estabelecem, através de colocações e de deslocamentos provenientes das recíprocas disputas existentes entre campos, capital e *habitus*, estando estes em constantes transformações.

Assim, de forma paralela em que se concede centralidade aos agentes em questão, e suas posições sociais, faz-se necessário atribuir igual importância as influências sentidas pelo meio o qual estes sujeitos se inserem. Ao passo que, em análise de como são percebidos estes sujeitos a partir deste espaço, o qual se configura com distintas posições sociais ao que tange o universo de perfil migratório, partilha-se da compreensão e assimilação da posição por estes agora assumida, em relação ao seu *habitus* e reconhecimento enquanto urbanos, vide uma trajetória social que abarca rupturas não só materiais, mas também simbólicas, frente a esse novo espaço, uma vez que para o autor (1999, p.134) “A posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos”.

Figura 01 – Síntese dos principais amparos teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Buzzatti (2017).

Assim, estes são os aportes que ampararam teoricamente as temáticas centrais deste estudo, em uma lógica de entendimento do fenômeno da migração urbana em direção ao rural, através do MST.

Amparo metodológico

A análise dos elementos em questão, que compreendem tanto questões relativas ao meio social conformado, bem como ao indivíduo que está inserido neste, foi sustentada pelo método praxiológico proposto por Bourdieu (1983, p. 40). Sua definição abarca-o como um encontro de orientações intelectuais onde se fundem o conhecimento objetivo e subjetivo. Esta lógica valida a qualidade dessas duas esferas de forma dialética, que em contato não excluem a importante percepção sobre as motivações e perspectivas envolvidas nos processos migratórios, o que tornaria a análise enrijecida, se dada por tendências apenas gerais. Desta forma, através da avaliação das práticas humanas, mantêm-se aspectos do objetivismo para assim realizar a leitura da complexidade do mundo social, em um escopo científico, uma vez que este “não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e ultrapassa-as, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las (BOURDIEU, 1983, p. 40).

Sob o plano de fundo descrito, construiu-se a pesquisa através de um estudo de caso, sendo este o caminho utilizado para organizar os dados, preservando do objeto estudado no seu caráter unitário Goode e Hatt (1979). Este, permitiu que houvesse um diálogo entre a compreensão do fenômeno a partir de tendências nacionais, repercutas também a nível local. Desta maneira, a pesquisa foi desenvolvida no município de Charqueadas - RS, o qual pertencente a Região Metropolitana de Porto Alegre - RS (RMPA), distante 80 km da capital, como é possível visualizar na Figura 02.

Figura 02 – Localização geográfica do município de Charqueadas-RS



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu (2006).

Neste sentido, denota-se a relevância de explicitar as razões tangentes a realização deste estudo de caso nos acampamentos do município de Charqueadas. Esta, se associou a priori a partir de uma visita a um dos acampamentos em questão, denominada de “vivência”, com a durabilidade de dez dias, realizada no ano de 2015, através do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), que tem como objetivo trazer elementos para a compreensão da realidade agrária não só do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil. São vinte dias de estágio, onde os dez últimos são destinados, às referenciadas vivências, possibilitando o contato direto

com a rotina das famílias que de uma forma ou outra se inserem na luta pela terra, através do MST.

O destino da “vivência” em questão foi o acampamento “Unidos pela Terra”, o qual possibilitou um rico e sincero contato com as famílias que ali se faziam presentes, revelando-se de forma surpreendente a, na época estagiaria, a grande presença de indivíduos urbanos e advindos de comunidades periféricas de Porto Alegre - RS. Este contato, ao qual não pode se referenciar sem denotar a beleza da troca entre “mundos” que diuturnamente se fazia presente através das longas conversas, as quais registravam diversas trajetórias de vida, estimularam a compreensão deste fenômeno, que por hora, apresentava-se de forma inédita, uma vez que havia-se a *pré-noção* de que estes espaços eram constituídos apenas por “famílias agricultoras”.

A partir deste primeiro encontro, ao entrar em contato com as leituras que abordassem o observado, verificou-se a carência de estudos voltados a temática, uma vez que a maioria das publicações tem como objeto de estudo a vida “pós-lona preta”, onde estes sujeitos já encontram-se na condição de assentados, com delimitações referentes as lógicas produtivas, organizativas e avaliativas frente ao acesso às políticas de crédito. O estudo das populações acampadas se faz relevante, ainda mais neste caso, uma vez que contempla sujeitos que *estão buscando* formas de acesso à terra, o que denota um contingente que é demandante por esta, e neste caso, por suas características de origem territorial, encontram outros entraves para além dos intrínsecos a esta situação. A Bibliografia envolvendo acampamentos rurais, somado ao perfil urbano verificou-se escassa, estimulando mais uma vez a realização desta pesquisa.

Diante disso, o estudo foi realizado em Charqueadas no mês de março de 2017, sendo desenvolvido a partir abordagem qualitativa, somada a uma combinação entre distintos métodos de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica e documental, entrevista e a observação direta, o que permitiu compreender tanto a gênese deste fenômeno de surgimento de um “novo” perfil ingressante aos acampamentos em dadas as proporções, bem como compreender as motivações envolvidas neste processo migratório e assim, a partir das perspectivas traçadas, identificar como a política agrária, nos termos do PNR, compreende este perfil que se apresenta de forma significativa neste estudo de caso.

Este arranjo fez com que a utilização de cada instrumento de coleta de dados fosse caracterizada por seus intrínsecos avanços e recuos. Primeiramente, foram coletados os dados secundários através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, e posteriormente foram coletados os dados primários, através das técnicas de entrevista e observação.

As fontes bibliográficas foram indispensáveis para construir um marco referencial, tanto teórico como metodológico e estabelecer um estado da arte do problema de pesquisa, o que abriu as possibilidades de também verificar sinalizações deste quadro em outros locais, e assim perceber como, onde e porquê se manifestam, para que a partir de suas similaridades iluminasse também o campo desta pesquisa.

A pesquisa documental, que abarcou o amplo acervo de cartilhas, cartazes, notas, chamadas, jornais, relatórios e panfletos emitidos tanto pelo MST como pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ao longo dos anos, sustentou o caminho da periodicidade na busca de identificação das aproximações entre os movimentos “urbanos e camponeses”. Este escopo também apreendeu fontes jornalísticas de repercussão para melhor compreender e referenciar o surgimento dos acampamentos em questão.

Já as entrevistas, que compuseram o trabalho de campo e também se conciliaram de forma colaborativa com a observação direta, foram utilizadas para compreender o universo de significados atrelados aos indivíduos acampados. Neste ponto, delimita-se o uso da *noção de trajetória*, como anteriormente pontuado, uma vez que as entrevistas não estão livres de apreenderem narrativas que contenham os vieses de grupo, ou que possam trazer em seu conteúdo significações atribuídas por seus porta-vozes, ao que tange o universo de suas próprias compreensões de “participante/militante” de um acampamento do MST (possivelmente, em alguns momentos isso se fará visível). Para tal, parte-se do entendimento de que quando as pessoas contam suas histórias, elas tendem a organizá-las segundo relações inelegíveis a partir do sentido que atribuem à sua existência (Bourdieu, 1996). Neste sentido, seguiu-se o indicativo do autor na compreensão da trajetória, enquanto algo descontínuo, como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189).

A partir desta perspectiva, no mês de março de 2017, realizou-se o trabalho a campo, o qual se faz o registro de 26 entrevistas (APENDICE A) compreendendo os acampamentos “Unidos pela Terra” e “Dom Tomás Balduino”. Entre as quais, três são acrescidas de um roteiro específico (APENDICE B) para *dirigentes* e *frentes de massa* dos acampamentos, os quais são contabilizados neste montante, por se colocarem como representantes destes espaços. As identidades dos entrevistados foram preservadas, através da substituição de seus nomes verdadeiros, por fictícios. O uso desta ferramenta se acresce de autorizações, sob termo de consentimento livre e esclarecido (APENDICE D).

O trabalho de campo teve a durabilidade de dez dias, os quais foram divididos de acordo com a possibilidade de recepção pelas famílias e pela necessidade de captar as similaridades ou disparidades entre os espaços frequentados. Desta forma a permanência *in loco* compõe-se de 6 dias vivenciando o cotidiano do acampamento “Unidos Pela Terra” e 4 dias o do acampamento “Dom Tomás Balduino”.

As entrevistas compõem o principal aporte deste trabalho, onde as quais foram utilizadas para compreender principalmente as motivações e perspectivas envolvidas no processo migratório, bem como as percepções de rural e urbano, e principalmente, perceber como estes sujeitos se sentem avaliados quanto a possibilidade de acesso a terra perante o INCRA, dada a sua condição de origem urbana. Dessa maneira, a entrevista buscou entender a perspectiva ativa e atuante que Bourdieu (2004) vincula aos agentes sociais.

A imersão no universo da pesquisa empírica, foi iniciada a partir de um primeiro dia de aproximação e apresentação dos objetivos da pesquisa para o acampamento como um todo, onde aproveitou-se o horário das chamadas coletivas (aprofundado durante o trabalho), para que os sujeitos compreendessem minha incessante visita nos barracos, a fim de evitar estranhamentos dada a restrita entrada de pessoas nos acampamentos. Assim, foram realizadas as entrevistas, as quais foram organizadas a partir das lógicas migratórias identificadas em ambos os acampamentos. Sendo estas: Tipo 1: *Rural-Urbano-Rural*; Tipo 2: *Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural*; Tipo 3: *Urbano-Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural*; Tipo 4: *Urbano-Rural-Urbano-Rural* e Tipo 5: *Urbano-Rural*, onde o último termo, refere-se ao local de destino, o qual estes agentes buscam através do processo de reforma agrária. Estas são identificadas abaixo (Quadro 01).

Quadro 01 – Caracterização dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Origem
Rosa	60	Feminino	Tipo 1
Décio	50	Masculino	Tipo 1
Estela	66	Feminino	Tipo 1
Marcio	72	Masculino	Tipo 1
Rose	28	Feminino	Tipo 1
Jonas	30	Masculino	Tipo 5
Maria	57	Masculino	Tipo 1
João	54	Masculino	Tipo 1
Pedro	57	Masculino	Tipo 1
Marli	42	Feminino	Tipo 2
Lucas	21	Masculino	Tipo 5
Antônio	45	Masculino	Tipo 3
Cleuza	18	Feminino	Tipo 1
Luciana	28	Feminino	Tipo 5
Teresa	40	Feminino	Tipo 5
Diogo	30	Masculino	Tipo 5
Jairo	54	Masculino	Tipo 2
Silvana	52	Feminino	Tipo 1
Elenir	42	Feminino	Tipo 1
Helena	45	Feminino	Tipo 5
Camila	28	Feminino	Tipo 1
Magnos	29	Masculino	Tipo 5
Guilherme	45	Masculino	Tipo 5
Nêusa	68	Feminino	Tipo 4
Leonardo	25	Masculino	Tipo 5
Sara	37	Feminino	Tipo 5

Fonte: Buzzatti (2017).

A análise das entrevistas não conta com uma separação/identificação por *loco*, porém existe uma relação onde 60% dos entrevistados se localizam no acampamento “Unidos pela Terra” e 40% estão localizados no acampamento “Dom Tomás Balduino”. Dessa maneira, as entrevistas foram realizadas, sempre

remetendo ao passado, onde constavam suas experiências migratórias vivenciadas, bem como ao futuro, na busca de compreender suas perspectivas, quanto a organização do lote, estratégia de reprodução social, buscando referências para compreender como estes indivíduos significam o rural e o urbano, após estes processos migratórios, bem como a partir de suas perspectivas. Com base em Bourdieu (1996), entende-se a memória como remetente às trajetórias de vida dos agentes sociais e os seus relatos sobre as mesmas. De forma semelhante, Silva (2006), analisando as migrações rurais originárias em conflitos de terras, recorreu à memória dos migrantes rurais com o intuito de reconstruir suas trajetórias, onde expõe que “presente, passado e futuro são entrelaçados na memória pelo fio condutor das distintas experiências vividas”.

Outra fonte de dados, que compunham as entrevistas, foi o setor de obtenção de terras do INCRA, onde buscou-se compreender de forma mais aprofundada como a instituição formula os critérios seletivos, bem como estes são aplicados quando são elaborados os projetos de assentamento, através de uma entrevista realizada por telefone, no mês de abril, onde foram elencados os processos de formulação e aplicação dos critérios.

Frente ao exposto, o corpus empírico foi constituído, no total, 27 entrevistados, sendo 26 acampados e 1 representante do setor de divisão de terras do INCRA.

A pesquisa também contou com o método de observação direta, onde a ida a campo foi um rico espaço para a observação principalmente da organização espacial, e organizativa deste específico e temporário modo de vida, onde se centrou o olhar sobre as características ressaltadas pelas vertentes urbanas neste meio, onde embora próximos, os acampamentos observados, demonstraram diversas características destoantes um em relação ao outro.

Plano da obra

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções, sendo elas: Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3, e Considerações Finais, com o objetivo de resgatar o problema de pesquisa na história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sistematizando a posteriori a análise das trajetórias dos sujeitos migrantes urbanos bem como suas perspectivas, buscando apreender as

singularidades das vivências e projeções em contraste com as políticas que vem ordenando o universo da reforma agrária na atualidade, ao que tange os critérios seletivos às famílias demandantes.

A Introdução, findada junto a este tópico, compôs uma breve contextualização sobre o problema de pesquisa, envolta sob as temáticas de migrações internas, o surgimento do perfil urbano enquanto demandante da política de reforma agrária e a postura adotada pelo PNRA; pela exposição da problemática de pesquisa, bem como dos objetivos tanto específicos como geral, sob texto corrido; pelo esclarecimento dos subsídios teóricos que fundamentaram a mesma; pelo detalhamento dos amparos metodológicos que estruturaram a sua condução; e pela exposição do presente plano de obra.

O Capítulo 1, intitulado *A inserção dos sujeitos urbanos na busca de acesso à terra: traços de um novo perfil sem terra*, é dedicado a analisar as condicionantes da inserção dos *sujeitos urbanos* nas ferramentas de busca por acesso a terras rurais ao longo do tempo, a luz dos processos migratórios entre rural e urbano, das mobilizações populares urbanas e rurais, assim como das ações jurídicas do estado sobre esse cenário. Para isso faz-se uma apresentação da ferramenta em análise, o MST, uma vez que este se configura como um “termômetro” de verificação às migrações estudadas, através da via pública. Aprofundando assim, sobre o surgimento deste perfil urbano ao longo da história do movimento, bem como sobre as metamorfoses impulsionadas à este, em virtude deste perfil. O capítulo também resgata algumas experiências organizativas, que se configuraram em regiões com maior densidade populacional, ou próximas as capitais brasileiras, onde este público é mais frequente. Desta forma, atentou-se a identificar os períodos sinalizados pelas características de homogeneidade e heterogeneidade quanto ao perfil das populações que, buscam através das políticas de reforma agrária, acessar a terra, objetivando responder ao questionamento de quando os sujeitos supracitados adentram ao Movimento em questão?

O Capítulo 2, *“Acampamentos “Unidos pela Terra” e “Dom Tomás Balduino” em perspectiva: sujeito urbano, estrutura organizativa e influências mútuas”*, concentra-se em contextualizar o surgimento dos acampamentos estudados a campo, uma vez que este torna-se um fator determinante na compreensão dos processos desencadeados nas estratégias de territorialização do Movimento na Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como influem na estrutura organizativa

interna dos mesmos, dado que suas similaridades se apresentam mais fortemente entre perfis dos ocupantes, e não entre seus formatos organizativos. Desta forma centra-se em compreender as sinalizações intrínsecas as lógicas organizativas, tanto espacial quanto funcional dos acampamentos, influentes ou influenciadas, pela incidência de um perfil majoritariamente urbano em meio aos acampamentos supracitados.

O Capítulo 3, denominado *“Trajetórias e perspectivas na construção da autonomia dos sujeitos urbanos acampados”*, busca trazer em diálogo os pontos abordados nos capítulos anteriores em meio a uma análise de como as ferramentas vigentes que compõe a política agrária nos termos do PNRA, compreendem os sujeitos urbanos nos seus planos de ação, a partir dos fatores influentes na criação de critérios de seleção das famílias demandantes de assentamentos rurais. Para tal, parte-se compreensão das trajetórias sociais vividas por estes agentes, que através de suas motivações e perspectivas, interagem com os objetivos e a vigência destes critérios. Busca-se também identificar as significações atribuídas ao urbano e ao rural, bem como perceber como estes agentes são percebidos e percebem o meio em questão.

As Considerações Finais retomam os pontos em destaque de cada capítulo, em meio a breves reflexões sobre os processos migratórios, o atual perfil sem terra e os critérios seletivos em meio à política pública, através de sua finalidade.

1 A INSERÇÃO DOS SUJEITOS URBANOS NA BUSCA DE ACESSO A TERRA: TRAÇOS DE *UM* NOVO PERFIL SEM TERRA

Este capítulo tem como objetivo elucidar e resgatar aspectos do processo de ocupação territorial ao que se refere às dinâmicas migratórias ocorridas no Brasil entre os espaços rurais e urbanos ao longo dos anos que demonstram significativos deslocamentos populacionais, buscando compreender os fatores e os contextos subjacentes a inserção de sujeitos de origem urbana, que pela primeira vez migram para os espaços rurais, a partir de ferramentas populares de busca por acesso à terra, aqui delimitadas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desta forma, atenta-se a identificar os períodos sinalizados pelas características de homogeneidade e heterogeneidade quanto ao perfil das populações que, buscam através das políticas de reforma agrária, acessar a terra, objetivando responder ao questionamento de quando os sujeitos supracitados adentram ao Movimento em questão?

1.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: A CONFLUÊNCIA DE ELEMENTOS SOCIOPOLÍTICOS NA DINÂMICA URBANO-RURAL

O Brasil é um país que historicamente representa uma atividade intensa de migrações internas, onde um contingente populacional significativo, principalmente a partir do final do século XIX se movimenta espacialmente, motivados em grande maioria por questões conjunturais de ordem social e econômica. A esfera migratória engloba uma dinâmica múltipla de entradas e saídas entre países, estados, regiões, e também entre rural e urbano. A saída da terra, a chegada na cidade grande, a migração para municípios menores, a entrada na terra novamente, ou então simplesmente a saída da cidade para a entrada no rural, compõem alguns dos fluxos migratórios que na dinâmica da malha territorial brasileira, mudam de sentido, invertem as direções e desta maneira territorializam novos espaços bem como resignificam-os.

Movimentos como estes, são fontes estruturadoras, e estruturadas a partir de um universo, por vezes imensurável, envolvendo um arcabouço vasto de disciplinas que se debruçam em compreender as motivações em um espectro que vai do geral ao específico destes fenômenos. Moldam-se a partir de determinados contextos,

bem como, também são causa destes. Desta forma, faz-se necessário adentrar a estes contextos, a partir de alguns recortes, que convergem com a proposta de compreender sinais migratórios no sentido urbano-rural, no período recente.

O fenômeno motor desta questão, não se coloca essencialmente em estudo, apenas pela discrepância em primeira vista, à densidade populacional entre estes “meios”, mas também pela redução significativa desta no rural aos últimos anos, como observado abaixo (Tabela 1)¹. Aprofunda-se assim, em como esta dinâmica migratória se coloca em diálogo com os fenômenos aqui estudados, permeando a concentração fundiária, a insustentabilidade social dos grandes centros urbanos, e os movimentos migratórios envolvidos não só por questões estruturais, mas como esta envolve e promove o surgimento de um movimento social que dinamiza determinados perfis migratórios ao logo da sua existência.

Tabela 1 – Participação da população rural no total da população brasileira, de 1950 a 2010

Ano	População rural	Relação com o total da população brasileira (%)
1950	38.291.775	63,8
1960	38.767.423	54,6
1970	41.054.053	44,1
1980	38.509.893	32,4
1991	35.213.268	24,5
1996	33.879.211	22
2000	31.947.618	18,8
2010	29.830.007	15,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – Brasil (1950 – 2010)
Organização: Buzzatti (2017).

¹Salientando-se, em contrapartida, a emergência de um novo critério avaliativo, que se apresenta com conformações municipalizadas, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quanto à mensuração e categorização destes espaços em questão, que em uma recente indicação piloto, aponta um declínio da população urbana, compreendida em representações de 76%, frente ao quadro total (IBGE, 2017).

A efeito, muitos autores sintetizam o *fenômeno migratório* a luz de relações causais envolvendo conformações sócio-políticas que antecedem os registros acima demonstrados, diversificadas entre interpretações dualistas e consequencialistas no aspecto avaliativo, geralmente centradas na dicotomia rural e urbano, que passam a ser traduzidas em adjetivos como *atrasado x moderno* em meio a uma avaliação funcional migratória entre estes “distintos” campos, onde um sustentaria o outro, bem como, em interpretações mais esmiuçadas e dialógicas com os diferentes e possíveis fatores envolvidos no processo, incorporando como base analítica inclusive, a perspectiva do migrante.

Silva e Menezes (2007) pontuam o estudo demasiado à imigração estrangeira em detrimento dos migrantes nacionais, bem como dos negros recém-libertos, no final do século XX, fazendo não só um rápido resgate temporal das migrações rurais, mas aprofundando nas diversas perspectivas/abordagens, as quais os estudiosos compreenderam o fenômeno, o que influi na interpretação das questões migratórias, sobretudo das áreas rurais para as urbanas. As autoras expõem três interpretações analíticas, tendo como plano de fundo o processo migratório inter-regional da Região Nordeste para a Sudeste, ocorrido por volta da década de 50. Deste modo, apresentam a *interpretação macroestrutural*, onde as migrações se traduzem em processos resultantes do deslocamento de populações vindas de áreas estagnadas ou atrasadas, para outras em desenvolvimento ou modernas, onde desigualdades regionais poderiam ser o agente movimentador do fenômeno. Esta interpretação recebeu críticas, onde aponta-se a inexistência de uma região genuinamente atrasada em contraposição à uma moderna, avaliando-se assim, o fenômeno a partir do processo de acumulação capitalista como gerador de desigualdades de desenvolvimento no espaço socioeconômico, criador de uma relação funcional entre um espaço e outro.

A interpretação da *migração como estratégia*, é outra perspectiva circundante à questão, convergindo à ideia de que migrar não se coloca apenas como uma consequência da transferência de mão-de-obra entre regiões menos e mais desenvolvidas, centrando os argumentos a questões referentes às motivações dos migrantes, quanto a estratégias de reprodução social, sendo o fenômeno, uma prática de auto reprodução, onde os agentes não são passivos aos fatores de “expulsão” ou “atração” determinados exteriormente pela estrutura social e de forma permanente, mas participam ativamente, frente uma estratégia de prosperidade,

uma vez que podem retornar ao seu local de origem, após uma ascensão, proporcionada pela via de mobilidade inicial.

A migração enquanto *processo social* se difere, uma vez que não se pauta apenas pelos modelos de deslocamento populacional. Esta abordagem analítica sugere uma compreensão da migração como um acontecimento histórico, que afeta tanto os que partem como os que ficam, “constituídos por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis à vis, as organizações sociais de classe, gênero, raça/etnia” (SILVA E MENZES, 2007, p. 4). Trata-se de um olhar amplo sobre o fenômeno, contando com o migrante, no eixo central da base analítica, a partir de um aprofundamento tanto das relações sociais envolvidas na geração do fenômeno, quanto das condições econômicas e políticas circundantes, que podem expressar diversas configurações migratórias. George Martine, Boris Fausto, José de Souza Martins e Leonilde Servolo de Medeiros estão situados entre os autores que compartilham ou se aproximam desta interpretação, e serão abordados na caracterização da realidade brasileira a partir das décadas mais influentes aos processos migratórios, bem como de formação do movimento social aqui estudado.

1.1.1 Um resgate temporal

Remetendo-se ao período posterior a Lei Áurea, onde inicia-se, de acordo com Stedile (2011, p.24), a formação das favelas brasileiras, impulsionadas pelas consequências da Lei de Terras (1850), política consolidante da propriedade privada de terras no país, sob uma configuração agrária, em que a libertação dos trabalhadores escravizados, em circunstâncias que impedia-os do acesso à terra, por estarem impelidos a condições descapitalizadas, impulsionou fortemente a migração de quase dois milhões de adultos ex-escravos para cidades, em uma realidade de majoritária demanda empregatícia portuária. Os melhores terrenos citadinos nestas regiões, já se encontravam sob domínio, principalmente de comerciantes, restando a busca por “estabilidade” em áreas íngremes como os morros, ou manguezais, não almejados por outros segmentos populacionais, criando-se assim, os primeiros aglomerados populacionais citadinos, em precárias condições e em áreas marginais. Desta maneira, conforme Stedile, “A lei de terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras”. Acresce-se à tal, a maternidade

também, de um processo migratório rural-urbano significativo, que por vezes é desconsiderado na leitura migratória.

A eclosão da I Guerra Mundial em 1914, impôs empecilhos ao comércio agroexportador entre as Américas e Europa, fortemente consolidado a priori, pela base monocultora e escravista brasileira, que se definiu também pela política propagandista de terras férteis e baratas à Europa, em especial na Itália, Alemanha e Espanha, atraindo assim, um contingente de cerca de 1,6 milhões de camponeses pobres para o Brasil (1875-1914), que se concentraram na parte Sul pela maior disponibilidade de terras e clima propício ao cultivo de diversas culturas, “recebendo” lotes de 25 a 50 hectares, bem como na região Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde não recebiam terras, mas trabalhavam sob o regime de colonato² nas fazendas de café, onde demarca-se mais um pico migratório, embora internacional.

Porém, é na década de 30, que apresentam-se de forma inédita a realidade brasileira, a confluência de políticas e medidas incisivas as migrações rural-urbano. Em meio a tal, a literatura oferece diferentes percepções quanto à inferência ou não do governo Vargas às dinâmicas reprodutivas dos trabalhadores rurais e urbanos, onde a concepção de que as políticas urbanas se deram em detrimento das rurais, encontram respaldo na perspectiva de Azevedo (1982, p.37), que sustenta ter havido uma “paz agrária” entre o Estado e os grandes proprietários de terra, resultando em uma exclusão sociopolítica dos camponeses e trabalhadores rurais, bem como aos olhos de Martins (1994, p.32), onde aponta o estabelecimento de uma espécie pacto político entre Vargas e os coronéis, gerando condições de não interferência estatal nas relações do trabalho rural, uma vez que não às regulamentou. Estas percepções também vão ao encontro das interpretações de D’Araujo (2003) e Fausto (1995b). Os trabalhos de Marcos Dezemone, porém, se debruçam em captar sinalizações da “herança” Vargas, intrínseca a ações voltadas ao rural brasileiro, o qual aponta uma produção legislativa para o mundo rural, a massificação de um discurso de valorização de todos os trabalhadores nos meios de

²Martins (2010), o descreve como um regime que constituiu-se na fórmula final em que grandes fazendeiros descobriram para substituir escravos por homens livres, sustentado em uma visão de que em uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre entre senhor e escravo, não havia condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Assim, seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. São nessas condições em que surge um lugar de vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros.

comunicação e a recepção de medidas, percebidas em cartas recebidas de camponeses, pelo então presidente (DEZEMONE, 2007, 2008, 2014).

Contudo, o cenário apresentado configura um dos primeiros ciclos migratórios internos substancialmente perceptíveis no país, uma vez que estes se intensificam inversamente às migrações internacionais (FAUSTO, 1995a, p.390). Quando, mesmo com sinalizações de intervenção rural, o fenômeno é respaldado pela consolidação de incentivos a partir da regulamentação do trabalho urbano, em um cenário apenas inspirador para os trabalhadores rurais, como um atrativo de segurança ao trabalho nos centros urbanos, juntamente com políticas propulsoras a industrialização a partir de um forte investimento em infraestrutura, acompanhados de um incentivo à habitação popular (GOLDFARB, 2006).

Fausto (1995a) ressalta como este período é constituído por um cenário de grandes mudanças, ao que tange a densidade e o perfil demográfico nas diferentes regiões no país, bem como as disparidades entre os setores agrícolas e industrial, através da aposta econômica nesta última. O salto demográfico de 10,5 milhões de habitantes entre os anos 20 e 40, configuram um perfil mais equilibrado entre população feminina e masculina, bem como uma significativa expressão de jovens (54 %) em ambos os anos. Este contingente com características confluentes ao “novo mundo do trabalho” se movimenta, segundo o autor, de diferentes formas conforme a região.

O norte apresentou uma elevada taxa negativa de migração interna (-13,72 %), como resultado da crise da borracha. Foi, em grande medida, um movimento de retorno de nordestinos a sua região de origem. O Sul e o Centro Sul, como um todo apresentaram, ao contrário, altas taxas positivas (11,73%). É significativo lembrar que até 1940, os migrantes para o Sul, provinham principalmente de Minas e não do Nordeste. Considerando-se as unidades da federação, o núcleo de maior atração era o Distrito Federal. A migração para São Paulo, só se tornou relevante, a partir de 1933, contribuindo para ela a retomada do surto industrial e as restrições impostas as migrações estrangeiras (FAUSTO, 1995, p. 390).

Neste contexto avaliativo, o autor interpreta a movimentação de migrantes, não exclusiva às cidades, ou seja, não contribuindo de forma direta ao processo de urbanização, que se apresenta pelas condições graduais de substituição da importação de produtos manufaturados, através da produção interna, mais fortemente expressa na década de 30, pelas dificuldades de operação comercial

internacional frente a crise de 1929, somado a inexistência de uma base e capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil.

A análise relativa aos postos empregatícios na época (1920-1940), se inferida apenas pelo indicador de população economicamente ativa, revelaria um panorama de redução de 3,5% do número relativo de pessoas empregadas na indústria. Porém, se incorporado a este fator o valor da produção agrícola e da produção industrial, visualiza-se o significativo avanço da indústria, uma vez que em 1920 a agricultura detinha 79% do valor da produção total, e a indústria 21%, quadro revertido até 1940, que apresenta às proporções anteriores, 57% e 43% respectivamente, correspondidos por um *aumento* de 8,4% nas taxas anuais de crescimento industrial, comparado a uma *queda* de 2,7% na agricultura, no mesmo período mencionado (FAUSTO, 1995a, p. 392).

Este período sinaliza índices de industrialização, mas em um contexto prevalentemente rural. A taxa de urbanização compreendida 31,23% (IBGE) na década de 40 compunha uma realidade a qual a categoria rural era responsável pelo emprego de 70,2% de mão de obra ativa. Entre tanto, os trabalhadores urbanos foram os mais beneficiados, via leis trabalhistas e amparo salarial (via estabelecimento e aumento do salário mínimo), que se explica, segundo Aggio, Barbosa e Coelho (2002), pelo peso dos setores de indústria, comércio e serviços no PIB (Produto Interno Bruto).

Em 1950, não obstante empregar quase dois terços da população ativa, o setor primário respondia por apenas 24,28% do PIB nacional. Já os outros dois setores, contemplando pouco mais de um terço da população ativa, contribuía com 75,72% do PIB, ou seja, mais de três quartos da riqueza brasileira. A indústria, empregando quase cinco vezes menos que a agricultura, concorria, praticamente com a mesma participação no PIB: 24,1%. [...] Os trabalhadores urbanos tiveram, a partir das décadas de 1930 e 1940, um aumento considerável do nível de renda, o que resultou, por conseguinte, na elevação da qualidade de vida dos mesmos (AGGIO, BARBOSA E COELHO, 2002, p. 87).

Concomitante, Medeiros (1989) aponta que em meados dos anos 40 surgem algumas entidades de representação no campo em PE, SP, RS e MG protagonizadas por trabalhadores de grandes plantações buscando melhores condições de trabalho, uma vez que estes não eram propriamente assalariados e estavam submetidos a relações de trabalho extremamente complexas como o

regime de barracão³ e dependência pessoal ao dono da terra. Assim as greves se tornaram a principal ferramenta de mobilização, junto a ações na justiça dos trabalhadores urbanos, que cobravam os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Os arrendatários, parceiros e meeiros também iniciavam suas mobilizações pela redução da taxa de arrendamento e pela permanência na terra em Goiás e no Triângulo Mineiro. Outra frente de conflitos que se abria no período era em torno das áreas de expansão da fronteira agrícola, com a organização dos posseiros que enfrentavam a ação violenta de grileiros.

A década de 50 registra um dos maiores fluxos migratórios ocorridos no país, segundo Graham e Holanda Filho (1980), percebidos na Tabela 2, com uma taxa de acréscimo em 7,9 %. Dentre os principais movimentos registra-se o do Nordeste para a fronteira agrícola (Região Centro - Oeste Paraná) e para o eixo industrial Rio de Janeiro e São Paulo, bem como o da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul. Verifica-se também um fluxo dentro da própria região Nordeste em direção ao Maranhão, outro da região Sudeste com destino ao Paraná e Mato Grosso do Sul, assim como o tradicional movimento de Minas Gerais para São Paulo.

Neste período a região sudeste ainda divide atratividade pela produção cafeeira, mas em especial pela aposta desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek na indústria automobilística, através do seu programa de metas, que soma a este fator, as intensas secas no Nordeste brasileiro, propulsionando o movimento de emigração desta, para o sudeste. Mancuso (1975, p.102) registra que em torno de 50% da população que chegou no estado de São Paulo era rural em 1951. Compreende-se assim, um indicador de processo integralista entre regiões que ofertam uma dinâmica próspera aos pontos de desenvolvimento produtivo, sinalizado por postos de trabalho.

³ Consiste na venda de utensílios indispensáveis ao trabalhador pelo próprio patrão a preços exorbitantes ou impossíveis de serem pagos através do trabalho executado, gerando um ciclo de dívidas que submete o trabalhador ao empregador, em termos de trabalho. Prática vedada, conforme dispõe o artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tabela 2 – Evolução do número de migrantes e seu percentual no total da população brasileira entre 1940 e 1980⁴

Década	Migração Interna (milhões)	População Brasileira	Migração Interna População Brasileira (%)
1940	3,4	41.165.289	8,5
1950	5,2	51.941.767	10,3
1960	12,5	70.070.457	18,2
1970	29,5	93.139.037	31,7
1980	40	119.070.865	33,6

Fonte: CEM, Centro de Estudos Migratórios, 1988.
Organização: Buzzatti (2017).

Assim, no bojo destas transformações é que emergiram duas formas de organização compreendidas entre os trabalhadores rurais e urbanos, os sindicatos amparados pela CLT e as associações civis (ligas e uniões) que destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra, cuja a ações se voltava contra os despejos, aumento de renda, culminando também nas demandas por alterações fundiárias, o que forja a organização das Ligas Camponesas, bem como dos primeiros congressos pela pauta agrária, sendo eles o I Congresso Camponês de Pernambuco (1950) e o de Goiás (1951), resultando na fundação da União Camponesa de Goiás, bem como o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em SP (1953) e a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no ano seguinte, onde se pautam o direito de organização em sindicatos e *reforma agrária*, que é entendida como medida de justiça social, a partir da redistribuição de terras dos grandes proprietários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra. O momento levou a aposta na campanha nacional de coleta de assinaturas pela reforma agrária, levando a bandeira para diversos lugares e motivando a organização dos trabalhadores, principalmente através da União dos

⁴ Nos censos de 1940 a 1960 o migrante é conceituado como aquele que não reside no Estado onde nasceu. Já nos censos de 1970 e 1980, migrante é aquele que não reside no município onde nasceu.

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (UTLAB)⁵. A igreja católica, também oferece interferência a conjuntura, onde muitos dos seus integrantes voltara-se as camadas populares que constituíam a sua base social, porém em meio às questões pontuadas, se dividiram em diversas posições, indo do ultraconservadorismo às aberturas de esquerda (FAUSTO, 1995a; MEDEIROS, 1989).

Adentrando aos anos 60, visualiza-se um grande emaranhado envolvendo tanto as questões políticas como econômicas, porém neste período os migrantes já se mostram como protagonistas dos processos de expansão urbana, promovidos também pela redução progressiva da taxa de fecundidade, influenciados pelo padrão de vida urbano (MATOS E BRAGA, 2002). A demais, este período é marcado pela ascendência do “milagre econômico”, pela renovação e aderência do pacote tecnológico agrícola da “revolução verde”, incentivados via estado, pelas ações de extensão rural, bem como pela ampliação do crédito rural subsidiado e o crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais. A melhoria dos preços internacionais para os produtos agrícolas e a legislação agrária, compunham um cenário promissor, para o que Martine (1991), chama de modernização conservadora.

Em consequência, a agricultura e as relações de trabalho passaram por um processo radical de transformação em vista de sua integração a dinâmica industrial de produção.

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente, grosso modo, maiores propriedades em terras melhores, tiveram acesso ao crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria (MARTINE, 1991, p. 10).

Em contramão, os produtores menos capitalizados permaneceram em geral nas pequenas áreas, utilizando práticas agrícolas tradicionais e explorando a mão de obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado

⁵ Organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho nas áreas rurais. Desapareceu após o movimento político-militar de março de 1964. Ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ULTAB surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores em favor do aumento do salário mínimo. Abrangendo principalmente os trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná, onde sua principal reivindicação era a extensão do salário mínimo ao campo.

nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra dos trabalhadores garantiam preços também baixos.

O momento também é protagonizado pela intenção reformista de João Goulart frente o fortalecimento do papel do estado, visto a intensificação das lutas no campo e nas cidades, o que contribuiu para a consolidação do golpe de estado, realizado pelos militares, que em exercício promulgam o Estatuto da Terra, assim como assumem projetos de colonização na Amazônia, direcionando assim, nordestinos e sulistas à região norte, o que não resume o quadro. De acordo com Fausto (1995a), no mesmo período, 700 mil pessoas se dirigiam ao estado de São Paulo, em especial para os grandes centros urbanos. Em direção ao Paraná, também se movimentaram cerca de 900 mil pessoas, ainda pelas perspectivas de espaço agrário, promovidos pela venda de pequenas propriedades, através da Companhia de Terras do Norte do Paraná.

De acordo com Medeiros (1989, p. 66), nas décadas de 40 e 50, constituiu-se no Rio Grande do Sul, uma camada de agricultores que não tinham acesso a terra, devido ao esgotamento da fronteira interna do estado e ao crescimento do número de assalariados temporários, o que leva a criação do primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)⁶ em 1962, através da reivindicação de uma área de 1.600 ha, no município de Encruzilhada do Sul, que estava na mão de cerca de trezentas famílias de posseiros a mais de 50 anos, caracterizando assim a forma de luta emblemática dos Sem Terra, a montagem de acampamentos no perímetro de latifúndios, previamente escolhidos. O Rio de Janeiro também ganha destaque no mesmo âmbito.

A década de 70 é um divisor de águas em termos populacionais no Brasil. Até este período, a população rural em termos gerais, era superior a urbana, ao passo que esta aumentava, porém paulatinamente, bem como a rural. É este o momento da “inversão da curva”, momento em que a população rural reduz em termos absolutos comparativamente. Martine aponta que este processo está intimamente relacionado com a aderência do pacote tecnológico agrícola ofertado pelos países desenvolvidos, onde houve uma substituição drástica da mão de obra rural. A aderência a tecnologia química e mecanizada se deu restritamente a médios e grandes produtores rurais, amparados pelo crédito agrícola altamente subsidiado,

⁶ Foi o primeiro movimento de pequenos agricultores da Região Sul, o qual fortemente ligado a lideranças do Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

indutor de um padrão de modernização “compulsória”, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. A centralidade no financiamento é central neste processo, justamente pela sua crise na década de 70 e 80, resultando em uma queda de 126 bilhões de cruzados em aplicações na agricultura, porém o setor agropecuário seguia correspondendo com um bom desempenho entre 80 e 85, o que levou a incorporação de novas áreas à valorização do capital. Destaca-se neste âmbito, o reforço do crédito aos agricultores resilientes a própria política, o que levou a gradativa saída de pequenos agricultores do campo, desclassificados do “mercado e subsídio competitivo”.

[...] A retirada do crédito subsidiado genérico, foi substituída pelo crédito dirigido ainda mais subsidiado. Ou seja, não houve exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão maior seletividade dos beneficiários que paradoxalmente passaram a ser mais subsidiados que antes. Os produtos de maior peso no desempenho favorável a agricultura nessa fase, são aqueles que dispunham de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além do crédito e de preços mínimos: a cana de açúcar, o trigo, a soja, o cacau, o algodão e a laranja- todos mais ou menos beneficiados por mecanismos especiais relacionados aos esforços de ajuste externo ou por fatores externos. De outro lado a redução de crédito subsidiado direcionados a compra de insumos modernos não afetou necessariamente a produtividade, pois uma utilização mais racional de insumos permitiu a manutenção dos níveis de rendimento com menores níveis de despesa (MARTINE, 1991, p.12).

Os posicionamentos analíticos frente ao processo de êxodo rural e urbanização descritos acima, se dividem em diversos aspectos, porém ganham força na centralidade crítica a inevitabilidade da modernização agrícola e por consequente no estímulo empregatício industrial, principalmente urbano, à espelho de países desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá. Ao fato, Martine expõe os diferenciados contextos em questão, quanto ao nível igualitário entre as populações envolvidas em determinado contexto como também ressalta Fausto (1995a, p.535), sobre o caráter gradual que o processo modernizador ocorreu nestes países, onde a experimentação tecnológica se deu a partir de uma inovação interna e ponderada entre o avanço mecânico e químico, e não por aderência ou importação externa imediata sob condições de adaptação, como empregada ao Brasil.

A abruptalidade dos processos (substituição mecânica e química), superposicionaram uma estrutura produtiva ainda rudimentar em boa parte do país, bem como a evidente mudança no aspecto demográfico brasileiro, onde se configurava um crescimento acelerado, provocado por taxas declinantes de

mortalidade e estáveis de natalidade, bem como o surgimento de um perfil geral jovem, acompanhado do processo de envelhecimento que atingia um índice crescente de 7,5% na década de 70 (FAUTSO, 1995a, p.532).

As áreas urbanas e rurais assistiam uma dificuldade de absorção populacional no âmbito produtivo, que se colocavam em condições típicas de subdesenvolvimento. O quadro projetado se agrava, frente à redução de atratividade a migrantes potenciais tanto internos como estrangeiros via composição de pequenas áreas, bem como se demonstra uma tendência de desequilíbrio produtivo e distributivo de alimentos a um contingente de baixa renda compondo as metrópoles brasileiras, que anteriormente, enquanto rurais, auto subsistiam e atendiam a demanda alimentar citadina (MARTINE, 1991, p.21).

Entre estes anos de reversão do quadro populacional rural e urbano, onde aproximadamente 30 milhões de pessoas deixam o campo, os grupos como sindicatos e movimentos sociais, antes em aguçada movimentação, sentem suas formas de organização reprimidas pelo contexto governamental, e assim entram em refluxo, principalmente os que abarcam a pauta rural, que frente a estratégia de reforma através do Estatuto da Terra (1964), vinda para amenizar os pontos de conflito entre minifúndios e latifúndios, veem suas pautas balanceadas. Em clima de instabilidade, também assistem a criação o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), fundidos em 1970 pela criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Medeiros (1989) visualiza que o momento de organização sindical foi dificultado, porém a estratégia adotada foi a de uma organização mais cautelosa, incidindo sobre um perfil mais prudente dos líderes organizados, que se mantêm em organização via congressos, e cada vez mais sob o amparo da igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷, gerando também uma disputa de representação dos trabalhadores no interior dos movimentos.

Em meio ao exposto, se ressaltam movimentos que trouxeram em seu bojo uma crítica a política agrícola governamental, representando os agricultores que estavam sofrendo com o processo modernizador, eram os “integrados”, proprietários

⁷ Organização que nasce em 1975, ligada à igreja católica e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com propósitos de apoiar causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização, sendo os posseiros da Amazônia, os primeiros a receberem seu apoio, pelo seu surgimento neste local. Posteriormente a organização cresce e se expande por todo o Brasil, atuando fortemente na criação e mobilização dos movimentos rurais, como o MST, através do seu propagado resgate da identidade camponesa (CPT, 2010).

da terra, com mão de obra predominantemente familiar, mas que no entanto foram levados a se especializar sob instruções dos ramos industriais, onde para os quais vendiam sua produção mas tinham pouco ou nenhum controle sobre os preços, agregando assim novos personagens, gerados na expulsão de seringueiros (que tiveram as florestas substituídas por pastagens), ribeirinhos (expulsos pela construção de barragens) e os milhares de expulsos do campo, levando a uma grande intensificação na luta pela reforma agrária.

Em paralelo, a população atingida através de despejo pela construção de barragens em todo o território, com a finalidade de gerar energia para as indústrias que se colocavam em um ritmo acelerado de desenvolvimento, embora tardiamente começa a reagir. A alternativa proposta pela Usina Hidrelétrica de Itaipu na região sul, foi a indicação através do INCRA, de agir gerando fluxos migratórios para o norte, buscando aliviar as tensões sociais na área, onde algumas famílias se desafiaram a migrar para estas áreas de fronteira, que foram propagandeadas durante o regime militar como uma política de colonização, porém a experiência foi mal sucedida, uma vez que muitos retornaram pelas condições inóspitas e de isolamento das novas áreas, assim como a falta de incentivo à produção. Estes colonos retornaram, segundo Santos (1993), com uma percepção da realidade agrária diferenciada, uma vez que enfrentaram situações complexas e de muita dificuldade, e assim passaram a reagir, denunciando e participando da gestão de recusa da política de colonização.

No Rio Grande do Sul, a Eletrosul⁸ propunha o deslocamento de 40 mil famílias em nome da construção da barragem no Rio Uruguai, o que gerou uma grande mobilização através de um abaixo assinado buscando conjuntamente a desapropriação com pagamento justo e o assentamento destas famílias no próprio estado. Em meio as experiências dos colonos citados acima, agregaram-se a dos expropriados pelas barragens, que no Paraná levou a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste, apoiados principalmente pela CPT, o qual instrumentalizou-se com algumas ocupações de terras isoladas. Este contexto constrói uma das bases para a posterior criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MEDEIROS, 1989).

⁸ Empresa pública controlada pela Eletrobrás, criada em 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395, atuando nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia.

Assim, neste mesmo período, outros atores vem se colocando nos processos de luta pela terra, com origens em experiências diferenciadas, mas que se convergiram para um mesmo objetivo. Os chamados Sem Terra espelham os índices demográficos da década de 80, onde apenas 32,4% da população se mantêm no campo, mostrando as fortes raízes destes, ao processo de exclusão oriundo do contexto modernizador da agricultura, principalmente no Sul do país, resultando da impossibilidade de reprodução social da maioria dos pequenos agricultores familiares, uma vez que encontravam entraves jurídicos e financeiros no acesso a terra, bem como na projetada falência pela divisão de pequenos lotes que ainda os cabiam, frente aos altos preços da terra e o caráter industrial atribuído a agricultura. Estes sujeitos, com forte identidade rural, compreendidos entre posseiros, pequenos agricultores expropriados, meeiros e colonos constituem um perfil característico das bases da luta pela terra, em detrimento de um perfil urbano que passa a se engajar nas lutas salariais nos centros urbanos.

1.2 O MST E O PERFIL DO SEM TERRA

A partir de um avanço nas mobilizações tangentes a pauta da reforma agrária, e no conseqüente surgimento do MST, visualiza-se uma expressividade de perfis que passam a compor este setor de forma dinamizada ao longo dos anos, influenciados sobre tudo aos pontos anteriormente descritos, que se relacionam ao processo migratório brasileiro. Desta forma busca-se identificá-los, tendo como termômetro para tal, os sujeitos aderentes ao MST, uma vez que expressam este contingente demandante de terra, que em diálogo com o Estado, conquistaram legitimidade frente ao fenômeno.

1.2.1 A emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O contexto de estagnação econômica dos anos 80, difundida por todo o país refletiu em uma redução nas migrações inter-regionais, onde se observa um movimento de retorno às áreas que até então prosperavam em emigração como Minas Gerais e Nordeste. As grandes metrópoles entram em restrição quanto ao crescimento atribuído a migração, dado que as taxas demográficas não atingem a média do crescimento da população do país. A grande mudança com relação à

década anterior é que o êxodo rural adquiriu um caráter predominantemente inter e intra-regional se concentrando mais nas cidades de pequeno e médio porte, deixando de ser uma migração predominantemente da classe baixa para envolver desde a classe média aos profissionais liberais, aos estudantes até a população idosa que, depois de aposentada retorna a seu lugar de preferência, geralmente mais distante das grandes aglomerações (Martine 1995).

Frente ao exposto, o cenário tangente às mobilizações populares impulsiona suas reações. Emblematicamente em 1979, os posseiros de áreas indígenas em Nonoai - RS, que estavam em condições conflituosas com a população local a vias de despejo e não aderindo ao processo de colonização, ocuparam as fazendas de Macali e Brilhante, na região de Sarandi - RS, o que desdobrou-se em processo de desapropriação. Assim em 1983 o governo estadual acabou por adquirir quatro fazendas no estado para assentar a população acampada.

Somado a este cenário, em 1981, 700 famílias sem terra, muitas oriundas da experiência anteriormente citada, acampam pela primeira vez às margens da rodovia, na “Encruzilhada Natalino”, pertencente ao município de Ronda Alta -RS, reivindicando seu assentamento e reforma agrária, a partir de uma centralidade mais consolidada de suas pautas e com uma organização social estruturada, simbolizando a raiz das “lutas” seguintes. Em 1984 ocorre o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel-PR, englobando uma série de estados também assistidos por tentativas de desapropriação. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e pequenos agricultores sem terra, que desejavam de forma coletiva “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2014). O congresso formalizou a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entendido como um movimento camponês e de massas, com o lema: “Terra não se ganha, se conquista”.

Os desdobramentos deste contexto incentivaram a promoção de outros encontros e mobilizações, onde se somam a luta pela terra, à luta salarial dos trabalhadores, que se expressavam novamente através de greves. Porém, foram nas lutas pela terra que as tensões internas quanto as concepções e dirigências do sindicalismo brasileiro foram levadas ao seu ponto máximo, repercutindo na avaliação de recusa ao Estatuto da Terra como instrumento capaz de promover a realização de uma reforma agrária. Neste momento, a ação do estado assume três dimensões: a repressiva, a de intervenção regularizadora sobre algumas áreas de

tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da “maior reforma agrária do mundo”, visando a neutralização política dos conflitos no campo (MEDEIROS, 1989).

Em 1985, em Curitiba, o movimento do sem terra realiza o seu primeiro congresso com perfil nacional já instituído, onde se elaborou um conjunto de resoluções que envolviam a demanda por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, desapropriação de todas as áreas acima de 500ha, distribuição imediata de todas as terras em mãos do Estado, extinção do Estatuto da Terra e a criação de novas leis com a participação dos trabalhadores, levando suas pautas ao recém criado Ministério da Reforma Agrária e ao INCRA, o que os incentivou para continuarem com suas ações em formas de ocupação e acampamentos.

1.2.1.1 A chegada dos urbanos em um movimento camponês

O Movimento, que inicia sua atividade de “luta” e territorialização em um contexto de amplo êxodo rural, a priori tem este perfil endossando suas pautas. São em um primeiro momento colonos, pequenos agricultores, bem como posseiros, meeiros, parceiros e arrendatários, com um forte vínculo rural, que se manifestam em prol de sua *manutenção* nestes espaços os quais fizeram parte de quase a totalidade de suas experiências enquanto indivíduos. Os protagonistas deste processo em geral, buscavam *preservar a sua condição* de agricultores ou trabalhadores rurais, em um cenário onde ainda não emergiam os sujeitos que se atentavam na *possibilidade de tornar-se um*, através da reforma agrária.

Entre os anos iniciais que antecederam a criação do Movimento, promoveu-se a circulação de um boletim informativo (Anexo B), objetivando o esclarecimento de suas ações para a sociedade em geral, bem como a promoção do apoio de suas pautas. Mais tarde este se tornou o maior veículo de informação direta do MST, o jornal do Movimento. Em sua primeira edição (1981), o boletim expressa a urgência solidária da sua pauta, através do destaque para o perfil em questão: “Os *colonos acampados* de Ronda Alta”, o que para além de revelar as características originárias do grupo, era assertivo ressaltá-la enquanto estratégia dialógica, uma vez que este perfil era numeroso no estado, proporcionando um contexto de indignação comunitária mais ampla, somado ao forte apoio da igreja através das CPT's, que resultou em geral um impacto positivo, ao grupo.

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. *Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer*(I Boletim Sem Terra, 1981, grifo nosso).

Somado a narrativa acima, vincula-se a frase que conclui o texto do boletim: “Terra para quem trabalha nela”, demonstrando o perfil do público demandante pela política de reforma agrária, o qual revela-se em totalidade à sujeitos com origens e identidade concomitantemente rurais, por terem em sua historicidade este vínculo, e resistirem a abrir mão deste modo vida para locomover-se as cidades tanto por estratégia de reprodução social, ou por expropriação. Este perfil rural se mantêm e tenciona a conformação do próprio movimento até meados de 1995. Este espectro temporal conta com alguns fatos que engendram este caráter, que até onde se percebe molda o tom como o MST se pauta pela reforma agrária.

Embora, desde sua gênese o movimento paralelamente pontuasse questões que iam para além da reforma agrária, vinculadas a temáticas tangentes a justiça social, a sua centralidade sempre se deu neste âmbito, dinamizado ora mais, ora menos com as pautas circundantes. O I Congresso Nacional do MST (1985) oficializa esta postura, uma vez que define os princípios do Movimento: a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo, bem como a sua orientação pela ocupação de terras como meio de ação (MST, 2014). Os lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução” elucidam a forma como o movimento passa a se colocar em diálogo com a população, bem como o perfil e os objetivos dos sujeitos participantes, que nos meios publicizados expressam um movimento de caráter rural, pela manutenção dos “camponeses” em seu meio de vida e trabalho.

Contudo, adentrando-se as especificidades locais, Novicki (1994) e Coletti (2005), sinalizam já nesta época, a centralidade de um perfil urbano em ocupações de terra nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, sob a “fusão de populações desempregadas, biscateiras e mal aposentadas”. Estas, denotam a primeira sinalização urbana no engajamento sem terra, em um período que antecede a criação do MST, sendo assim organizadas e apoiadas fortemente pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como ressalta o autor.

As ocupações do Rio de Janeiro, de Campo Alegre para cá, não foram fruto da organização do Movimento dos Sem Terra, mas o Movimento foi fruto

das lutas que iam surgindo. Assim o Movimento se expande, mas com essa característica: as pessoas viam o Movimento dos Sem Terra apenas como um referencial (NOVICK, 1992, p.147).

Este quadro é fortemente influenciado pelos arranjos sociopolíticos dos estados em questão. Na década de 70, registrou-se que apenas 32,6% dos migrantes de procedência rural e de destino urbano eram naturais do Rio de Janeiro, o que indica um "esgotamento" do meio rural no estado, enquanto frente migratória. Ao passo que o fluxo rural-urbano representou apenas 13,4% do movimento total dentro do Estado, sendo 70% das migrações do tipo urbano-urbano, o que encaminha a configuração de um perfil periférico às primeiras ocupações, que ocorreram em 1983 (UFF, 1986, p. 9). No mesmo ano, o Espírito Santo, sob um quadro altas taxas de desemprego, levou cerca de 60 famílias moradoras da "Favela do Pé Sujo", a trocarem sua reivindicação de emprego por terra, uma vez que anteriormente, em maioria eram lavradores.

Este período também perpassa ao registro da aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), pelo governo Sarney, o qual caracterizava-se como "programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais" (PNRA, 1985, p.16). O programa tinha como meta, assentar 1,4 milhão de famílias, porém, segundo Oliveira (2007, p.127) até 1987, cerca de 10% desta foi cumprida. Nota-se uma proposta que abrange o público urbano enquanto formulação, visto que em seu conteúdo, sinaliza o debate com os setores deste segmento, para colher subsídios de aperfeiçoamento da proposta. Destaca-se também, o objetivo caracterizado na proposta, de promover uma diminuição no êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sob as áreas urbanas e os problemas delas decorrentes.

Aí está o êxodo rural de mais de um milhão de pessoas por ano, para confirmar o agravamento do problema. Para que tão grande excedente populacional pudesse ser absorvido, economicamente, sem agravar a já dramática situação urbana, deveriam ser gerados atualmente quase quatrocentos mil empregos além dos necessários ao atendimento das populações já domiciliadas nos centros urbanos. Se esse ritmo de migração rural-urbana não for significativamente reduzido, mesmo com uma taxa de crescimento de 5% ao ano, o Brasil poderá contar, em 1990, com um contingente de 11 milhões de desempregados (PNRA, 1985, p.9).

A partir do plano, o debate sobre a função social da terra se aprofunda e em 1988, ganha espaço na constituinte, sob os artigos 184 e 186, destacando-a como

condição à propriedade privada rural. Porém com a ineficácia do I PNRA, somada a nova conjuntura governamental de Collor, em 1989, o período foi de estagnação em termos de reforma agrária. Assim, em 1990, se realiza o II Congresso Nacional do MST, em Brasília, envolvendo participantes dos 19 estados onde o movimento havia se territorializado, reafirmando como lema uma postura que refletia as repressões estatais da luta: “Ocupar, Resistir e Produzir”. Neste período percebem-se elementos de uma aproximação maior do movimento às *pautas* urbanas, incorporando-as em sua estratégia de *diálogo* com este setor, que também passa a ser convidado a se somar nas lutas do Movimento. O documento de reivindicações do II Congresso demonstra esta postura na ênfase de uma convocação a todos os trabalhadores urbanos, a participar da manifestação de entrega da pauta reivindicatória do MST ao presidente Collor, onde elenca uma série de vantagens vinculadas a realização da reforma agrária ao segmento urbano (Anexo B).

Este momento se configura pela percepção do Movimento, na prosperidade em dialogar com os trabalhadores urbanos não só com fins de divulgar e receber apoio em sua pauta neste âmbito, mas por visualizar um possível novo contingente demandante de terra, uma vez que estes se inclinam a condições potenciais de *retornarem ao campo*, dado o contexto citadino. Porém o seu caráter central, ainda se mantém em um forte diálogo com os setores rurais, visto sua aliança à Via Campesina⁹, criada em 1993.

No congresso de 1995, a postura acima referenciada é enfatizada, onde a temática da “importância da reforma agrária para a cidade” ganha espaço na programação do evento, que tem por lema: Reforma agrária, uma luta de todos. Após o congresso, o Movimento formula uma carta destinada exclusivamente aos trabalhadores urbanos, onde novamente os convida para se somarem as suas lutas, uma vez que boa parte dos quais estão dialogando são oriundos do campo. O MST também estende sua solidariedade e disponibiliza-se a apoiar as pautas dos trabalhadores urbanos.

Como incentivo a esta ampliação de público, a priori sob caráter de diálogo e apoio as causas, percebem-se sinais sólidos da iminência do sujeito urbano à aderência do movimento, pelas experiências que vinham se configurando mais

⁹ Movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas de cinco continentes.

fortemente em São Paulo neste período, mas presente em outras regiões do país. O relatório de conflitos do campo da CPT (1995) pontua este quadro, bem como sinaliza o crescimento significativo de famílias acampadas em todo o país, chegando ao dobro dos registros dos anos de 1991 e 1992, atingindo 30476 famílias¹⁰, que frente ao contexto de altas taxas de desemprego, começam a reagir.

O ano de 1995 marca o início de uma tendência que aponta para a sua consolidação nesta virada de século: grande contingente populacional que habita as periferias de cidades, sem perspectivas de vida, *volta ao campo* ocupando terras porque acredita que esta é uma possibilidade de garantir sua continuidade de vida [...] A maioria dos acampamentos de sem-terra, em 1995, conta com um grande número de pessoas oriundas de favelas e periferias urbanas. Para muitos, *esta é uma volta às origens, que completa o círculo: da roça para a favela e dela para a roça.* (CPT, 1995, p. 22. Grifo nosso).

O mesmo relatório ressalta o perfil dos ocupantes do Pontal Paranapanema no extremo oeste de São Paulo, onde se evidenciam em maioria desempregados advindos das periferias, ex-barrageiros e bóias-frias. Segundo Ramiro (2008), o início das ocupações na região, são datadas desde 1983 e se intensificam ano de 1990, onde já estavam sob a organização do MST, e abrangendo também famílias de outros estados como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Porém esta diversidade não ocorre só na região do Pontal. Na fazenda Cantagalo (RJ), alguns ocupantes têm origens urbanas. [...] Na fazenda Boqueirão em Cruz Alta, (RS), ocupada por 802 famílias de sem terra, há 70 famílias de ex-agricultores que migraram para o Vale dos Sinos, acabaram perdendo seus empregos na cidade e foram forçados a voltar ao campo[...] Na década de 80 era muito mais fácil saber a origem dos ocupantes, na maioria rural. Eram filhos de pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros e atuavam nas ocupações de terra e nos acampamentos. Já em 1995, percebe-se que *todos os acampamentos de sem terra são constituídos por grupos de origem heterogênea: aos oriundos do campo, juntaram-se ex-operários de usinas de cana e de barragens e bóias frias.* Isso indica que a luta pela terra passou a ser bandeira de diversos grupos sociais, entre os quais aqueles que experimentaram a dificuldade de se adaptar à vida na cidade, e veem na terra a possibilidade de concretizar o sonho de uma vida melhor (CPT, 1995, p. 22. Grifo nosso).

Coletti (2005) destaca que os anos 90 refletiram mais acentuadamente o efeito das políticas adotadas pelo governo da época, fruto da redução dos gastos

¹⁰ Há uma dificuldade de registros quanto ao número de acampamentos tanto no âmbito nacional como estadual, uma vez que possuem, na maioria dos casos um caráter dinâmico, somado ao fator de rotatividade de ocupantes. A CPT tem como fontes de formulação de seus dados, as notícias registradas em meio jornalístico, bem como seus informantes localizados em suas diversas regionais que acompanham os acampamentos, porém estes dados carecem de um rigor científico e podem conter erros de precisão.

sociais por parte do Estado, repercutindo em uma degradação das condições de trabalho, bem como no *aumento da concentração agrária* e na surpreendente *elevação nas taxas de desemprego*, o que para o autor explica a ampliação das bases sociais do MST neste período, que tem no “recrutamento de trabalhadores desempregados e subempregados urbanos, um de seus pilares de sustentação”.

Outros pontos que somam contribuição sob a inserção deste perfil no Movimento, através do diálogo e apoio, são a divulgação da pesquisa de opinião pública, realizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA¹¹, a qual registra um amplo amparo popular à reforma agrária pela *população urbana* da cidade de Campinas-SP, bem como a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”¹², que chegou a Brasília, em abril de 1997, exatamente um ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás, buscando segundo as palavras do próprio movimento, “abrir canais de comunicação com a sociedade”. Desta forma, foram recebidos sob um numeroso público, que somaram cerca de cem mil pessoas, onde em maioria eram estudantes e trabalhadores urbanos, solidários ao Movimento.

Desta maneira, percebe-se que neste contexto de transformações, sobressai-se um novo formato de deslocamento populacional: *as migrações de retorno*, onde estes sujeitos são definidos por Siqueira, et al (2006), como “indivíduos que deixam seu local de origem para residir algum tempo em outra localidade e depois regressar ao seu lugar/região de origem”, onde se faz necessário pontuar que a conotação interpretativa aqui nos remete aos espaços *rurais e urbanos*, no sentido de comportar indivíduos que retornam ao rural, mas não obrigatoriamente aos mesmos endereços os quais saíram, pois passam a compor processos de mobilização coletiva, que os colocam a mercê de um local de destino por vezes incerto e distante dos quais partiram pela primeira ou segunda vez. Cunha (2005) e Golgher & Marques (2006), também apontam a expressividade deste novo formato aos anos 90, porém restringindo as migrações de retorno aos locais de saída. Sendo pertinente assim, refletir sobre as teorias que apontam para um “desaparecimento” do rural, como resposta a ampliação das atividades urbanas, atentando-se as

¹¹ Entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1967 no Rio de Janeiro, com o objetivo de ajudar a promover a concretização da reforma agrária, dentro dos marcos conceituais a que se refere a Lei nº 4.504 (1964), o Estatuto da Terra.

¹² Os participantes saíram de três pontos diferentes do país, onde por dois meses percorreram a pé diversos municípios do Brasil (MST, 2014). A marcha também é registrada como o espaço de construção do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (Goulart, 2011).

particularidades expostas. Neste sentido, Carneiro (1998), ressalta a posição precipitada em concluir que a modernização e a urbanização, resultariam na dissolução e homogeneização do espaço agrário. Para a autora, ocorre um processo de apropriação e ressignificação nestes meios, uma vez que a modernização não transforma o campo de maneira uniforme, fazendo-se por diferentes meios e formas em universos sociais, econômicos e culturais díspares. Esta, ainda reforça que as conexões estabelecidas entre estes meios, podem construir ou reforçar identidades que se apoiam no pertencimento ao campo (Carneiro, 2000 apud Sauer 2003).

Através dos estudos de Becker (1997, p.4), percebe-se a predominância de sujeitos que possuíam vínculos rurais tanto em sua origem, ou como ocupação anterior a aderência ao movimento, sob um crescimento dos sujeitos ligados em última instância a atividades do setor industrial, no acampamento, “Zumbi dos Palmares” no Campo dos Goyotacazes - RJ, com um perfil migratório diferenciado à tendência registrada anteriormente aos anos 70, sendo que 83,3% dos ocupantes eram nascidos no Rio de Janeiro, e em maioria pertencentes a região da ocupação. Estes, majoritariamente realizaram uma trajetória migratória do tipo rural-rural e rural-urbano-rural, sendo importante ressaltar o registro, embora em expressão reduzida no acampamento, de uma frente de 12% sujeitos que *migram pela primeira vez para o rural*, ou seja, que não estão em condição de *permanência*, ou *retorno*, como até então vinha-se registrando nos casos gerais.

Este caso demonstra o primeiro registro em trabalhos, sob a incidência deste perfil estritamente urbano, que migra *nesta condição* para o rural, e permanece, na modalidade de assentamento estabelecido, vinculados ao Movimento. Assim, se remonta aos dados gerais sobre este tipo de migração (Tabela 3), a fins de alguma sinalização do início deste evento no país, que no ano de 2000, demonstra um quadro em destaque para a região Norte, e Nordeste, ocupando o terceiro posto (8,8%) como frente migratória em termos totais da população.

Tabela 3 – Imigrantes por tipo de migração, nas diferentes regiões do Brasil, em porcentagem

Migração	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil
Urbano – urbano	59,3	61,5	78,0	69,4	70,8	70,4
Rural-urbano	15,3	16,0	11,2	14,1	12,1	13,3
Urbano-rural	13,6	11,6	6,3	8,0	9,7	8,8
Rural-rural	11,7	10,9	4,5	8,4	7,4	7,6
Total	1.139.035	3.473.122	6.276.944	2.539.714	1.656.427	15.315.242

Fonte: Censo Demográfico –IBGE, 2000.
Organização: Golgher e Marques (2006).

Dentro deste contexto, cabe-se ressaltar a ausência de trabalhos e registros com este perfil incidente ao meio *através do MST*, nestas regiões que tendem a expressar uma maior probabilidade de ocorrência. Entretanto, como no caso acima, observam-se outras sinalizações, onde este atua em proporções predominantes, na região Sudeste.

Neto (2013), em entrevista com o membro do Setor de Produção do MST e dirigente nacional do Movimento, registra um traço importante deste perfil no município de Porto Feliz, no estado de São Paulo, muito embora compusesse uma “tentativa frustrada” de acampamento.

Desde o final dos anos 1990, muita gente tem partido dos centros urbanos para estabelecer moradia em acampamentos e assentamentos. Um marco nesse processo foi a ocupação Nova Canudos, organizada pelo Movimento no município de Porto Feliz, próximo da cidade de Sorocaba, formada por “urbanos” entre 1998 e 1999. Esta teria sido a primeira grande experiência com pessoas de origem urbana em São Paulo, segundo Matheus a qual acabou se desfazendo e seus integrantes se deslocaram para outros acampamentos e assentamentos (NETO, 2013, p, 118)

A construção dos processos que substanciaram a formação do acampamento “Nova Canudos” iniciaram no ano de 1995, onde aponta-se o início de um “recrutamento” por parte do MST, aos moradores periféricos da região metropolitana

de Sorocaba-SP. Destarte, a atenção ao período revela que este vínculo cidade-campo parte de uma articulação entre o MST, grupos da Igreja Católica e o recém criado Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹³¹⁴ na região, onde idealizava-se a união de duas propostas em uma só reivindicação, buscando “na luta pela reforma agrária uma contraposição à violência e à miséria nas cidades” (Iha, 2005).

Embora a Goulart (2011) e Campos e Silva (2016) sinalizem o surgimento oficial do MTST no ano de 1997 a partir da Marcha Popular Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária e da organização de núcleos urbanos de Campinas-SP intermediada pelo MST, Iha (2005), a registra em 1994, porém sob um contexto organizativo local, onde este emerge também a partir de redes de apoio do MST. Ademais, visualiza-se uma confluência na região Sudeste ao que tange o surgimento dos primeiros acampamentos do MST que registram entre seus participantes, sujeitos que obedecem ao *perfil migratório urbano-rural*, e o surgimento de um movimento social que tem como objetivo “lutar pela reforma urbana”. Estas sinalizações somam-se ao quadro de pleno crescimento do desemprego no estado neste período, onde registra-se entre os anos de 1989 e 1999 um aumento deste de 8,7% para 19,3%, atingindo 1,715 milhão de pessoas, ao passo que o salário médio mensal decai em 18,8% (DIEESE;PME/IBGE), resultando também em uma queda no número de migrações para o estado. Estes elementos compõem um cenário favorável e influente sobre o início deste fenômeno.

O acampamento “Nova Canudos” somou 1.200 famílias em sua ocupação, realizada na Fazenda Engenho D’água, onde Buzzeto (1999), indica que deste contingente ocupante, cerca de 80% eram advindos de centros urbanos, sendo trabalhadores desempregados, sem teto e “moradores de rua”¹⁵. Contudo, como já citado, por decorrência dos inúmeros pedidos de reintegração de posse e despejos, fator que ao mesmo tempo une e desfaz o grupo, muitos destes desistiram da

¹³Movimento social que objetiva a organização de trabalhadores urbanos, atuando nas grandes cidades, guiados pela pauta da reforma urbana, e pelo direito à moradia.

¹⁴ Na ocasião, resultante da união de sujeitos participantes da Central de Movimentos Populares de São Paulo e do MST, no ano de 1994

¹⁵ O termo encontra-se entre aspas, pois embora, assim fosse descrito nas fontes acessadas, há a discussão entre determinadas terminologias que reforçam estigmas relacionados a estes sujeitos, que possuem variadas formas de relação e casualidade a esta situação, estando por vezes em situacionalidades conscientes à estas, e submetidos a definições que os impelem a uma única e exclusiva condição subordinada aos cenários sociopolíticos e culturais, que por vezes acabam colocando em obscuridade as formas de relação, práticas e modos de existência produzidas neste espaços (SCHUCH E GEHLEN, 2012).

ocupação, migrando novamente para as cidades, o que desmobilizou o acampamento como um todo. Iha (2005, p.125), registra o esvaziamento do acampamento no ano de 2001, levando a dispersão dos integrantes à outros acampamentos que vinham se consolidando.

Dentro deste contexto, na busca de registrar alguma experiência pioneira, que volte-se a *este perfil*, a qual tenha progredido das modalidades de acampamento para assentamento, registram-se as “Comunas da Terra”, também no estado de São Paulo.

1.2.1.1.1 O caso das Comunas da Terra: De crises organizacionais à promoção do bem estar social

Considerando os pontos anteriormente elencados, registra-se a primeira experiência que simboliza a concretude deste fenômeno enquanto homogêneo e permanente, a construção das chamadas “Comunas da Terra” na região da grande São Paulo. Embora o movimento já adotasse posturas de diálogo com as periferias em períodos anteriores, a consolidação desta ocorre em 2003. O trabalho de Neto (2013), registra a grande influência do Projeto “Fraternidade AIDIS na Rua”¹⁶, criado pelo Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados (CDCM)¹⁷ de São Paulo, no trabalho de aproximação de sujeitos urbanos periféricos para a organização de luta pela terra, onde em quase sua totalidade, não possuíam vínculo rural, estando em “condições de rua”.

A aproximação do Movimento com o projeto citado, ocorre em meados de 1993, através da tentativa de levar alguns, assistidos por este, para um acampamento no município de Piratuba - SP. No ano seguinte o CDCM é dividido em dois grupos, onde o fragmento “Fraternidade Povo da Rua” passa a atuar conjuntamente com o MST e com a Associação Rede Rua. Em 1995 e 1996, o

¹⁶ Nesse projeto, uma equipe formada por assistentes sociais, advogados, psicólogos, médicos, voluntários, missionários, padres, freiras, seminaristas e pessoas ligadas as CEBs, prestava assistência a *moradores de rua* soropositivos que comprovassem estar realizando tratamento médico para a AIDS, além de fazer trabalhos de prevenção à doença nas ruas, principalmente nas regiões do Centro e do Leste da cidade de São Paulo. A maior parte do público atendido pelo projeto “Fraternidade AIDS” era formada por usuários ou ex usuários de substâncias ilícitas e portadores do vírus HIV. Junto à entidade encontravam orientação e cuidados médicos que os incentivavam a iniciar e em seguida dar continuidade ao tratamento antirretroviral e a prevenir a propagação do vírus, através da prevenção. O público atendido pelo projeto chegou a 500 pessoas (SHIMMA, 2001).

¹⁷ Grupo vinculado a Igreja Católica que realizavam atendimentos a pessoas soropositivas e *moradores de rua* na cidade de São Paulo.

grupo centra forças em levar grupos de moradores de rua para os acampamentos do Movimento, em Andradina e Itapetininga, o que coloca o MST de São Paulo em uma maior reflexão sobre sua atuação, surgindo assim em 1998, a proposta de criação de um acampamento com uma caráter diferenciado, voltado à pessoas dos grandes centros urbanos. A ideia foi amplamente debatida, sendo fonte de aprofundamento estratégico nos anos seguintes, através da realização de três congressos chamados “Da Rua para a Terra” construídos em aliança com o MST e o grupo Fraternidade Povo na Rua.

Há assim, um encaminhamento organizativo por parte do Movimento, que ao estar em um processo amplo de diálogo com os setores urbanos desde o início dos anos 90 de forma geral, cria em 2001 a Regional Grande São Paulo, sendo esta a base organizativa do projeto “Comunas da Terra”, que de acordo com o caderno de cooperação agrícola nº 15 do Movimento se apresenta como uma “nova forma de assentamento” em uma nova concepção de reforma agrária, a “reforma agrária popular” (MST, 2004), lançando-se na compreensão de que as problemáticas do rural estão intrinsecamente relacionadas à questão urbana, onde encontra nas bases de incorporação destes sujeitos ao movimento, não só a massificação deste, mas uma proposta educativa social que acompanha o movimento desde sua gênese, como aponta o 10ª caderno de cooperação agrícola de 2001.

A consciência social como produto do convívio e da participação social, desenvolve-se naturalmente, na medida em que se estimule os aspectos deconvívio e da participação. O acampamento é um grande exemplo disto: arrebanhamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco) e com elas construímos uma nova estrutura social (acampamento) onde passaremos a vivenciar diversos níveis de participação interna (grupo de base, equipes, setores, coordenação, assembleia). Como também participar das mobilizações e enfim conviver intensamente. Assim, estas pessoas saem de um nível muito pequeno de convivência e participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera estes aspectos. Se esta estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um “laboratório de formar consciências sociais” (MST, 2001, p. 7).

As comunas compreendem assentamentos com localização próxima as áreas urbanas, que de acordo com Goldfarb (2007 p.64), não se enquadram como um espaço urbano/rural, a partir de imprecisões ou transições, mas um espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução de vida camponesa, porém com elementos urbanos, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao

longo dos séculos. São o projeto de um campo recriado nos interstícios do tecido urbano, os quais possuem como princípios norteadores, a vinculação originária de seus sujeitos com a cidade, a produção baseada em práticas e princípios agroecológicos e a priorização da concessão e do uso coletivo da terra (associação ou cooperativa), e não individualmente. Este projeto se constrói sob a lógica de “grupos de economia camponesa”, uma vez que se fundamentam no trabalho ligado a terra, e são potencializadas pela geração de trabalhos diretos e indiretos, o que vai ao encontro do programa agrário do MST (NETO, 2013).

Na região da grande São Paulo, se registram quatro experiências que compõem este formato organizativo, sendo o assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Franco da Rocha - SP, a mais antiga delas e por este aspecto, aqui destacado. Tanto a trajetória que permeia a formação das comunas, bem como as características inerentes aos seus sujeitos, ademais de sua proposta e localização, caracterizam-se lógicas organizativas *sue generis*, embora busquem se adequar ou aproximar-se às propostas gerais de organização do Movimento, principalmente ao que tange o setor produtivo. Neste sentido, sem a pretensão de avaliar o desempenho das experiências publicizadas, que em sua amplitude fugiriam de parâmetros referenciados apenas nas origens dos sujeitos componentes dos assentamentos, busca-se através dos trabalhos de Silva (2013) e Neto (2013) identificar algumas formas, configurações e lógicas que se expressam neste meio.

Descreve-se sobre os processos iniciais de orientação por parte das direções do Movimento, que “o objetivo da luta era a terra, para nela trabalhar sem patrão”, através de uma proposta atualizada de um modo de vida e de produção de *agricultor familiar camponês*. A centralidade desta proposta, porém tem suas bases lançadas através do *trabalho coletivo*,¹⁸ por parte dos dirigentes, onde se registram diferentes significações e interpretações por parte dos assentados a este ideal, o que contribui para um quadro de não adoção homogênea à proposta. Assim, Neto (2013), salienta fatores inerentes as “dificuldades de construir uma lógica coletiva e cooperada”, por parte dos dirigentes à um perfil “individual” que compunha o espaço, onde se registra uma ação impositiva por parte da direção, gerando assim, uma

¹⁸ Principalmente através das Cooperativas de produção agropecuária (CPAs).

“desconfiança”¹⁹ entre os envolvidos, sendo estas, fontes influentes sobre este aspecto.

Neste sentido, quanto aos arranjos organizacionais, tangentes a forma de produção coletiva, denota-se uma dissonância²⁰ entre as propostas, vinculadas as figuras dos dirigentes, e o anseio e cumprimento dos demais assentados, principalmente quanto aos aspectos individuais, frente às tentativas de enquadramento às lógicas cooperativadas tanto de trabalho como de industrialização e comércio dos produtos produzidos, o que leva a um esvaziamento dos espaços organizativos como um todo e uma baixa frequência de atividades agrícolas componentes da renda familiar²¹. Entretanto, os solos destes locais geralmente são íngremes, com baixa fertilidade e dispostos a períodos de seca, o que somado a falta de assistência técnica, monta um cenário encaminhativo a recorrente busca por “bicos” de trabalho na cidade, dada a emergência de manutenção econômica das famílias. Contudo, salienta-se a relevância da manutenção da segurança alimentar por boa parte das famílias, que através das estratégias de subsistência garantem sua alimentação, que se torna diversificada pelos sistemas de troca²².

Silva (2013, p. 152), ressalta que as comunas, ao adotarem como princípio a produção agroecológica, estariam engendrando um movimento contrário à forma produtiva convencional, uma vez que estariam aderidos a discursos críticos quanto a “utilização de produtos agroquímicos, transgênicos, controle de sementes e

¹⁹O autor pontua esse aspecto, vinculado as trajetórias de vida desses sujeitos, que quase em sua totalidade experienciaram os estratos mais baixos da hierarquia social, passando por intensas e múltiplas situações de expropriação, exploração, espoliação, dominação e opressão, ao que se acresce o baixo nível de instrução formal e de acesso a informações, onde sem contextualizar essas condições que marcam a história de vida desses agentes ficaria difícil se entender a permanente desconfiança que mantêm quanto ao outro, que pode ser o agente estatal, o dirigente do MST ou mesmo outro acampado ou assentado.

²⁰ Frente ao caso, o Movimento realizou em 1994, um seminário para discutir a questão dos “individuais”, que são enquadradas em uma polarização frente aos “coletivos” apontando a falta de um trabalho educativo sobre cooperação agrícola, bem como uma falta de política clara sobre como trabalhar com os assentados que não desejavam se integrar aos “coletivos”, em uma aposta de trabalho primeiramente através das místicas, no sentido de trabalhar elementos culturais de solidariedade, companheirismo e afetividade a fim de motivá-los ao trabalho produtivo coletivo. Atualmente, o movimento aposta na superação da “propriedade individual” propondo a criação de grupos de base de famílias, unidos por suas afinidades e com o objetivo cooperativo, levando em conta a diversidade cultural dos sujeitos em questão. A discussão referenciada a estas questões, apresentam elementos que sugerem a existência de uma falsa dicotomia entre “coletivo” e “individual”, que por tal acaba ignorando as dinâmicas sociais realmente existentes entre as famílias assentadas, encontradas nas produções de Kleba (1992), Khistoffoli (2000), Ccazella (1992), Bavaresco (1998), Brenneisen (1999), Souza (2000) e Navarro (1995).

²¹ Não considerando o auto sustento produtivo.

²² Típicos de pequenos agricultores rurais.

agrotóxicos”. Neto (2013) vincula esta postura às formulações de demandas por parte do Movimento, estarem atreladas ao conceito de “função social de terra”, o que elenca a produção agroecológica a uma manutenção por vezes ideal nos espaços.

Há poucos sinais de que a maioria dos assentados nas *Comunas da Terra* na Região Metropolitana de São Paulo tenham aderido ao ideário agroecológico e o pratiquem, como propõe o MST, apesar de todos afirmarem que produzem apenas produtos orgânicos, isto é, sem agrotóxicos – o que está muito distante de caracterizar, por si só, a abordagem agroecológica [...]. Por outro lado, a produção dos assentados segue parâmetros ecológicos e o cuidado ambiental é uma marca dos assentamentos nos quais a pesquisa foi desenvolvida, o que reafirma em parte o cumprimento da função social da terra (NETO, 2013, p.293).²³

Contudo, Goldfarb (2007, p.38) expõe a luz das propostas e do objetivo do projeto das comunas, a intencionalidade deste, primeiramente baseada na segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas e posteriormente na possibilidade de geração de renda através do beneficiamento da produção em pequenas agroindústrias, agregando assim, valor à produção excedente para o comércio, possibilitando um maior retorno econômico ao assentado. Juntamente com esta proposta secundária, se somariam a produção de móveis, cerâmicas ou fitoterápicos, por exemplo, como uma fonte de renda mensal, complementar à da safra agrícola, uma vez que pelas trajetórias de vida deste público, que nas cidades comumente empregavam-se de “bicos”, não estariam habituados a uma renda safrista, que se apresenta geralmente uma ou duas vezes ao ano.

Por fim, destaca-se um aumento considerável de qualidade de vida destes sujeitos, que não só através de créditos ampliaram seu consumo de bens duráveis, mas passaram a ter a garantia de segurança alimentar, trabalho, educação e moradia. O que elucida as potencialidades de emancipação social e reconstrução de estratégias que compreendam as relações cada vez mais próximas entre o campo e a cidade.

²³ Sobre o ponto, é feita a reflexão das condições gerais as quais estão inseridos os agricultores familiares brasileiros, onde as dificuldades por vezes se acentuam, através das constrictões as quais interagem aos assentados, o que leva a compreensão da não efetivação ampla da proposta. Destaca-se também o viés orientador do “discurso agroecológico”, a fins de identificar “um inimigo de classe” na figura do *agronegócio* e do *latifúndio*, buscando a concomitante afirmação da identidade política da agricultura familiar camponesa e agroecológica.

1.2.1.1.2 As nuances urbanas nas experiências gaúchas

Adentrando as experiências e historicidade do território onde se desenvolve a pesquisa empírica percebe-se um desdobrar que se aproxima das tendências gerais descritas nesta seção terciária, mas que possuem particularidades advindas das características referentes à ocupação do território, ao êxodo rural e ao modelo modernizante da agricultura que foram mais fortemente assistidas no estado.

O processo de ocupação territorial, fortemente vinculado aos processos de colonização, registram substancialmente esta identidade ao rural do Rio Grande do Sul, contudo processos como estes foram fundamentais para diferenciadas caracterizações socioeconômicas entre “Metade Sul” e “Metade Norte” do estado, onde para Coronel, Ilha e Leonardi (2012), a primeira balizou o cenário a partir das grandes propriedades de terras, servidas ao setor agropecuário, emergentes mediante a doação de sesmarias²⁴, que perfilou uma organização espacial com grandes e esparsos centros urbanos, sem inter-relações comerciais, com população essencialmente rural, onde as atividades econômicas se reduziam ao charque, muares e arroz, sendo elementos chave no seu dinamismo econômico, dado o fornecimento de charque para as outras regiões do estado, ao passo que a “metade norte” possuía pouco peso no produto interno do Estado, quadro que foi invertido em 1939, após a crise pecuária.

Outra forma de organização compreendeu a Região Norte, onde predominavam a pequena propriedade dinamizadas com uma produção diversificada e lavouras mecanizadas e Região Nordeste²⁵, onde se registra uma base econômica voltada na agricultura de subsistência, no comércio artesanal e posteriormente no deslocamento de atividades primárias para o setor industrial, configurando Porto Alegre como o principal centro urbano da região. Estas divisões, segundo Alonso (1986), promoveram a coexistência de “duas sociedades”, a dos estancieiros e a dos pequenos agricultores, fomentada especialmente pela vinda dos imigrantes alemães e italianos, que a tornou também mais populosa e dinâmica economicamente, em detrimento da precoce urbanização e concentração agrária registrada na Metade Sul.

²⁴ Restrita a pessoas “brancas de sangue” e católicas.

²⁵ Constituída pelo eixo Porto Alegre- Caxias do Sul

Como já referenciado, a soma destas dinâmicas ao processo de modernização da agricultura, a qual incumbiu ao estado muitas experiências²⁶ de adoção tecnológica a passos de pioneiridade, acarretando em maiores incentivos e políticas de preço a segmentos que prosperavam em retorno produtivo aos estímulos empresarial, são fatores correspondentes ao surgimento do MST, que emerge ao bojo gaúcho, com sujeitos perfilados pela exclusão tanto de suas pequenas áreas de terra, como do trabalho rural, eram os *colonos*.

O fenômeno do *retorno* através do movimento, possui registros de ocorrência mais nítida no início da década de 90 no estado, período em que Schneider e Radomsk (2002, p. 690) apontam um aumento populacional nas áreas rurais metropolitanas, ocorrido pela redução de cerca de 120 mil pessoas nas áreas rurais não-metropolitanas, o que demonstra um ainda presente processo de expulsão populacional dos espaços definidos pelos autores como *rural privado*, onde predominam os estabelecimentos agropecuários, que no contexto se expandem em condições de redução gradual e consistente do emprego e das ocupações rurais agrícolas, o que demonstra também um ainda intenso direcionamento destes sujeitos para as áreas urbanas ou periféricas.

O cenário metropolitano, por vez, encontra-se com taxas de crescimento populacional acentuadas neste período, que se configuram aproximadamente desta forma desde a década de 60, bem como atinge a maior taxa de desemprego registrada até hoje a partir dos anos 90, chegando a 19% (PED, 1999) estimulando assim, a parcela populacional que havia migrado para a cidade a adotar medidas de retorno ao campo, ou de direcionamento aos espaços periféricos da região, compreendidos entre projetos de moradia do poder público e ocupações irregulares as quais “proliferaram” devido as carências habitacionais das populações de baixa renda (KOZENIESKI, 2010, p.48). Neste sentido, ao compasso do aumento de 100% no número de ocupações registrados no país no início da década, a região metropolitana de Porto Alegre demarca a criação de seus assentamentos em maioria entre os anos de 1994 e 1999, com um pico nos dois último anos (INCRA, 2017).

²⁶ Em meados da década de 60, os estados de SP e RS eram exceções quanto as características de rudimentariedade agrícola, concentrando por exemplo 44% e 25%, respectivamente de todos os tratores do país (MARTINE, 1991, p.9).

A partir deste contexto, observa-se a incidência, principalmente nestes assentamentos, de um perfil mais heterogeneizado que não se caracteriza mais com a “novidade” de sujeitos urbanos que compunham o movimento de *retorno*, mas de indivíduos que pela primeira vez migram para o rural, em decorrência das múltiplas dinâmicas e relações, avaliadas como insustentáveis no espaço urbano, buscando a priori experimentar outra lógica de vida, com muitos elementos ainda desconhecidos. A etapa de acampamento se torna decisória nesta expectativa de progressão, uma vez que o espaço, através de sua organicidade já insere elementos da vida não só rural, mas coletiva, sobre um novo *membro ou militante do MST*, que se volta a um *projeto* de continuidade à estes, após o acesso à terra. Desta forma, a rotatividade de pessoas nestes espaços é um aspecto que também é mais saliente sobre este perfil. Porém, uma vez que permanecem nos acampamentos, sinalizam sua adaptabilidade e se projetam “assentados”.

O trabalho de Lima (2006), registra a presença deste perfil migratório em acampamentos da região no ano de 2000, onde alguns²⁷ já possuíam vínculo com movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que na percepção de Mello e Netto(2005) possuem relações estratégicas quanto a ocupação de terras. Estes acampamentos se dinamizavam entre os municípios de Arroio dos Ratos, Nova Santa Rita e Pantano Grande, que junto com os assentamentos já estabelecidos, colocaram em mostra a diversidade deste contingente, também para o poder público, o que levou a criação do “Projeto Rururbano”²⁸.

Desta forma, é possível compreender a expressividade desta lógica migratória, que ano a ano vem mostrando maior proporção nos espaços que se propõem a buscar acesso a terra, uma vez que são identificadas com maior frequência nos assentamentos mais recentes do estado²⁹.

²⁷ Englobando dirigentes do Movimento.

²⁸ Criado na administração de 1999 a 2002, porém abandonado na gestão seguinte. Buscava atender este público identificado como diferenciado, composto basicamente por urbanos da periferia da Região Metropolitana de Porto Alegre e cidades médias, propondo ampliar o número de pessoas assentadas através da destinação de lotes menores, porém garantindo a proximidade dos centros urbanos, através principalmente de agrovilas.

²⁹ Linder e Medeiros (2012) indicam esta tendência, e demonstram esta realidade também na Região da Campanha Gaúcha, nos assentamentos identificados como novos (datados de 2008): Novo Horizonte II, em Santa Margarida do Sul, Conquista do Caiboaté, em São Gabriel e Cerro dos Munhós (Santana do Livramento).

1.3 UMA BREVE PERIODIZAÇÃO DOS FATOS

Para concluir e retomar de forma mais pontual os objetivos do capítulo, salienta-se a complexidade dos múltiplos determinantes que se envolvem na construção das realidades influentes em torno do universo migratório, onde muitos fatores não foram possíveis de serem esmiuçados nesta proposta. Contudo é primordial destacar a progressiva intensidade relacional entre os espaços rurais e urbanos que hoje repercutem na multiplicidade de suas características, trazendo a pertinência do estudo destas relações sócio espaciais cada vez mais a tona.

Os contextos aqui trazidos, embora complexos e dinâmicos, não deixam de assimilar uma centralidade na evolução do fenômeno em questão, dada pela relação entre as políticas desenvolvimentistas e o processo de urbanização, que observados por Martine (1983), iniciam na era Vargas e são fortemente intensificados nos anos 50, onde a aposta na industrialização e na manutenção e expansão das grandes propriedades de terra, que ao se tecnificarem, lançaram ao bojo urbano um contingente de cerca de 30 milhões de pequenos agricultores e trabalhadores do campo, onde somadas as táticas políticas de arrefecimento às reações populares, criaram projetos falhos à tangente pauta de reforma agrária, e colocaram em articulação estes sujeitos que situavam-se a margem de sua própria relação histórica com o espaço rural, e que passam a corresponder a estes fenômenos de ordem política, social e econômica, através da organização coletiva, criando através de um forte incentivo das CEB's, o emblemático MST, hoje reconhecido como o maior movimento de luta pela terra no país.

Este que ao longo de sua história demarca sinais uma influência dialógica *sobre e de* sua base massificada, principalmente quanto aos perfis dos sujeitos e de comportamentos migratórios que neste associam-se, passa também a assim interagir com a esfera pública, através de suas concepções de reforma agrária. Desta forma identificam-se, não de maneira abrupta e tão pouco a partir de rompimentos, mas por sinalizações mais expressivas, que gradualmente foram se apresentando, três períodos que não possuem uma definição ou delimitação blocada, dada a diversidade de fenômenos e territórios que permeiam sua gênese, mas que são possíveis de reconhecimento, quanto a uma tendência espectral de diversificação referente ao perfil e identidade do chamado "sem terra", onde coloca-se em questão os contextos de surgimento deste, que compõe o objeto de estudo

desta pesquisa, o perfil citadino, que inaugura seu processo migratório no sentido urbano-rural.

Neste sentido, em um primeiro momento, compreendido entre o surgimento do MST e o início da década de 90, note-se a expressividade de um perfil que em proporções próximas a sua totalidade assimila sujeitos que pretendiam *permanecer* na terra, ou seja, que possuíam um vínculo histórico de vida com o espaço rural, bem como com as relações de trabalho imputadas neste, inclinando-os assim ao processo organizativo do Movimento, a vias de “resistência” a continuidade de suas atividades rurais. Eram os denominados “colonos” ou “camponeses”, que se ocupavam como posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, os quais não aderiram aos meios migratórios para os centros urbanos e requeriam a possibilidade de permanecer no campo.

Adentrando-se posteriormente a um período identificado no início da década de 90, sem ainda uma limitação de “encerramento”, que pode-se identificar como um *presente transitório*, uma vez que absorve fortes influências do processo de urbanização, identifica-se o surgimento do *fenômeno migratório de retorno*, protagonizado por sujeitos que buscam retornar a este meio, ou seja, de sujeitos que passaram pelo processo de êxodo rural, e adotaram a migração aos centros urbanos ou por estratégia de reprodução social ou por expropriação, como uma alternativa à sua condição limite no campo. Não adaptados a realidade citadina, que em geral apresentava índices baixos de qualidade de vida aos trabalhadores, reorganizam suas perspectivas, e se movimentam novamente ao rural. Este momento transparece uma mudança significativa nas concepções de reforma agrária pelo MST, adotando assim uma postura mais dialógica com o urbano, a partir não só da possibilidade estratégica “massificadora” que esta guinada representava, mas pela nova percepção das transformações inerentes das relações entre estes espaços, que traduz-se na compreensão de uma reforma agrária mais enfaticamente caracterizada como política social.

O último período identificado, compreendido principalmente a partir do final da década de 90 e que ano a ano caracteriza-se com mais expressividade, é demarcado pelo surgimento de sujeitos que *pela primeira vez* passam pelo processo migratório compreendendo o meio urbano e rural, esmiuçados em movimentos de saída de regiões periféricas citadinas, em direção a espaços disponibilizados através de políticas de reforma agrária. São sujeitos que não possuem, via de regra, um

vínculo rural, ou que possuem através de vivências não proporcionadas pela posse da terra ou por relações de trabalho. Este perfil, em maioria compõe um segmento específico e não homogêneo, do meio urbano, entendido às regiões periféricas, onde se experienciam situações limites impelidas nas dinâmicas sociais cotidianas, como moradia, alimentação, saúde, segurança, educação e bem estar.

Como analisado ao longo do capítulo, é possível então, identificar uma mudança de perfil tanto migratório quanto dos sujeitos componentes da luta pela terra no MST, e embora a impossibilidade de afirmar o ponto exato de pioneiridade do fenômeno em destaque, este inaugura sua presença no Movimento mais perceptivelmente, a priori na região sudeste do país, com os casos mais emblemáticos do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio Grande do sul registram maior assiduidade a partir dos anos 1998/1999, mais fortemente na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Por fim, cabe ressaltar que identificam-se elementos comuns enquanto condicionantes ao último fenômeno abordado, dadas as altas taxas de densidade populacional, somadas aos mesmos patamares de desemprego e diferenciação socioeconômica das regiões metropolitanas, que em geral passaram por um maior grau de industrialização, onde em períodos anteriores abriram uma demanda significativa de mão de obra para sua manutenção econômica, e que aos poucos passa a se saturar, bem como o baixo comprometimento do estado com políticas de cunho social, que cada vez mais imputa as populações marginalizadas, condições limites de vida, reverberando nas organizações populares também urbanas (MTD, MTST), que passam a atuar conjuntamente e a partir do MST, tornando-se assim, como a CPT, uma aliada influente quanto a presença deste perfil nos acampamentos e assentamentos, uma vez que suas pautas compreendidas na reforma urbana e na justiça para o povo sem terra, se relacionam como um todo na centralidade das políticas distributivas e da *reforma agrária popular*.

Este último perfil, ao qual buscou-se identificar as origens dentro do MST, compõe a análise central desta pesquisa, que propõem-se, nos próximos capítulos, a aprofundar sobre suas influências nas estruturas de organização tanto internas, quanto as que balizam institucionalmente as suas perspectivas, através do estudo de caso de dois acampamentos, que de forma significativa mostraram a presença destes sujeitos supracitados, no município de Charqueadas-RS.

2 ACAMPAMENTOS “UNIDOS PELA TERRA” E “DOM TOMÁS BALDUÍNO” EM PERSPECTIVA: SUJEITO URBANO, ESTRUTURA ORGANIZATIVA E INFLUÊNCIAS MÚTUAS

Este capítulo objetiva contextualizar o surgimento dos acampamentos estudados, sendo este, um fator determinante na compreensão dos processos desencadeados pelas estratégias de territorialização do MST na Região Metropolitana de Porto Alegre, bem como influi na estrutura organizativa interna dos mesmos, dado que suas similaridades se apresentam mais fortemente entre perfis dos ocupantes, e não entre seus formatos organizativos dos acampamentos, sendo necessário assim evidenciá-los. Desta forma, voltam-se olhares às sinalizações intrínsecas as lógicas organizativas, tanto espacial quanto funcional dos acampamentos, influentes e influenciadas dentro de seus limites, pela incidência de um perfil majoritariamente urbano em meio aos acampamentos supracitados, através de uma perspectiva descritiva.

Por fim, partindo do pressuposto de que se faz necessária uma contextualização dos processos estruturantes, que levam ao estabelecimento dos acampamentos estudados e repercutem no seu fazer organizacional, o capítulo também buscou elucidar alguns pontos balizadores para leitura do capítulo 3, no qual se dará maior atenção aos *sujeitos urbanos* acampados, sendo assim necessário o entendimento prévio da conformação e organização do espaço que estes estão inseridos.

Diante disso, o universo de estudo aqui referenciado se limita sob as estruturas organizativas dos acampamentos “Unidos pela Terra” e “São Tomás Balduino” situados no município de Charqueadas-RS, onde as quais são descritas entorno das configurações espaciais e formas de moradia que são discutidas à luz da concepção da *forma acampamento*, solicitando registros fotográficos para que melhor sejam percebidas, bem como das conformações representativas e divisões setoriais que envolvem uma estrutura organizativa aqui trabalhada a partir da ideia da *forma em movimento*, em consonância com este “novo” perfil urbano que vem se apresentando e configurando possíveis novas redes de sociabilidade frente a estas estruturas.

2.1 ACAMPAMENTOS “UNIDOS PELA TERRA” E “DOM TOMÁS BALDUÍNO”: ENTRE ORIGENS E FORMAS, SEMELHANÇAS E DESCOMPASSOS

Sigaud (2000, 2004) e Sigaud, Rosa e Macedo (2008), a partir do estudo da realidade pernambucana, exploram o universo dos acampamentos de luta pela terra a partir de uma *forma*, traduzida em uma linguagem social. A *forma acampamento* se coloca como um meio reivindicatório de demandas sociais ao Estado, nesse caso, desapropriação de terras para fins de reforma agrária, que se reproduz através de um “novo colocar”, intrínseco a uma linguagem simbólica, que se depara com a recorrência de determinados arranjos e elementos, não estritamente endógenos em sua construção. A *forma acampamento*, para a autora, nasce no Sul do país, com o surgimento e consolidação do MST, que anteriormente incorporava formas mais amplas de reivindicação, mas que intensifica sua estratégia através das ocupações, amarrando características de organização espacial, política e de símbolos característicos, destoantes de experiências anteriores como a das Ligas Camponesas e demais, ainda persistentes no Brasil, como mais tarde abordado através da leitura de Fernandes (1999).

Esta nova *forma* demarca o início de um processo de reconhecimento por parte do Estado, que acolhe a ocupação como um pedido de redistribuição de terras e reconhece no movimento promotor, um representante legítimo, o acampado, um pretendente a terra. Neste sentido, se percebe também a imputação de um reconhecimento institucional às duas esferas em questão, que dialogam em torno da problemática, e que em sua prática modificam³⁰ as relações que permeiam a ocupação territorial, as formas de trabalho, a economia e a vida cotidiana não só de um contingente demandante.

Em um primeiro momento, a *forma* nos remete a um padrão, que une características em definição e “reprodução”, porém é a partir da percepção da paralela ocultação de singularidades componentes desta forma, que os autores inspiram a análise dos acampamentos aqui estudados.

Dentro deste contexto, antes de adentrar ao tempo de acampamento, é relevante contextualizar o que o antecede, a ocupação. Loera (2014), a define como:

³⁰ Para aprofundar os impactos percebidos pelos assentamentos em diferentes regiões do país: LEITE, Sérgio; et al. Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Momento da entrada dos ocupantes na propriedade em questão e os primeiros dias nos quais, *novos acampados* e principalmente os *velhos de acampamento* e assentados permanecem, apoiando o *movimento* e mostrando para os *novatos* a tecnologia de montagem do acampamento (LOERA, 2014, p.35).

Uma vez que as barracas são montadas, a bandeira do movimento é colocada e famílias novas começam a se instalar *debaixo da lona*, já se denomina acampamento, segundo a mesma autora. Caldart (2000, p.114, grifo nosso) vê a ocupação como um “ato de momento, *preparado antes*, desdobrado depois”, porém estas definições nos remetem a necessidade de uma localização frente a um amplo universo destas experiências, que nos é reportado por Fernandes (1999) e condizente com as percepções de Sigaud (2004), em uma concepção que traz como chave de diferenciação, a manifestação de ocupações em “movimentos isolados” e “movimentos territorializados”, referenciados na organização social e no espaço geográfico. Assim o autor divide as experiências das ocupações em espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas e organizadas e espacializadas. As primeiras, acontecem em maior parte, por pequenos grupos, em uma ação singular intrínseca a sobrevivência, sem uma organização social prévia. Primeiramente há a ação, e é a partir desta que passa a se construir um movimento social.

A espontaneidade é um fator que desarticula este grupo a priori, de uma maior rede de relações que compõe o objetivo coletivo que pode ou não ser construído ao longo do processo, tendendo a gerar um movimento social isolado. O segundo caso, já caracteriza uma ocupação organizada por pequenos movimentos sociais, de um ou mais municípios, geralmente com poucos integrantes, onde as famílias formam o movimento antes de ocupar a terra, através de reuniões, e estruturação coletiva. As tendências apontadas pelo autor a estes movimentos são de esgotamento após a conquista da terra, ou de territorialização, rompendo com a escala local de atuação, através da organização em redes, ampliando suas ações e dimensionando seus espaços.

Os tipos de ocupação citados são consequência de sua organização que se constrói antes ou depois da ação, mas que tem características organizativas definidas pelo seu fazer enquanto grupo *isolado*, fruto de uma territorialidade e espacialidade limitadas em si, pois se diferem das ocupações realizadas por movimentos socioterritoriais, como é o caso do MST, que ao longo dos anos acumula conhecimentos relacionados ao seu universo de luta pela terra, a partir de

sua grande experiência que se territorializa em diversos estados brasileiros desde o seu surgimento, contidos em um amplo projeto político, assim como uma agenda de ações, pois:

O movimento social territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização (FERNANDES, 1999, p. 278)

Desta maneira, o autor aponta sobre o processo de aprendizado e de construção de conhecimentos a partir das ocupações em processos de territorialização, onde sinaliza o termo “lutas de referências” à estas experiências que são relatadas e constroem este universo a partir da multiplicação de ações em semelhanças, onde “o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas” (FERNANDES, 1999, p. 281).

Imergindo a uma destas experiências, o trabalho de campo foi realizado em dois acampamentos localizados nas proximidades do município de Charqueadas - RS, em um contexto onde um origina o outro. As famílias em primeira estância organizaram-se em um acampamento base, em uma área cedida pelo Assentamento “Lanceiros Negros”, as margens da BR 290, localizado em Eldorado do Sul-RS, onde permaneceram por cerca de três meses com vistas a estabelecer um núcleo mais solido de organização, assim como intensificar o processo de massificação³¹, como medida preparatória para a ação prioritária, a ocupação Horto Florestal Carola da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), localizado a 12 km da cidade de Charqueadas.

A ocupação se concretizou no mês de Outubro de 2014, com a durabilidade de quinze dias. Desta data até hoje, o movimento realizou três ocupações na área, onde as últimas se colocam como desdobramentos da primeira, a qual traz um marco importante no diálogo com o Estado, através de um acordo, formalizado em um Termo de Compromisso entre o INCRA e a CEEE, destinando a área de 777,4 hectares as famílias, dentro de um prazo de 60 dias. De acordo com o MST, este documento registra o interesse da empresa em se desfazer da área, uma vez que esta, não pretende dar continuidade a sua atividade fim no local, o plantio de árvores

³¹ Atividades desenvolvidas com a finalidade de elevar o número de participantes do acampamento. Geralmente realizadas pelo setor de Frente de Massas.

do gênero *Eucalyptus*, para a fabricação de postes de energia elétrica e também poderia utilizar os Títulos da Dívida Agrária³² provenientes da desapropriação, para investir no sistema elétrico.

Frente ao descumprimento do acordo, que prevê, em um prazo de dois anos, a limpeza da área, incluindo a retirada da cobertura vegetal, o destocamento de 50% das árvores já retiradas, e o recolhimento dos resíduos de Arseniato de cobre cromatado³³, o movimento, mais uma vez retornou ao local em Novembro de 2016, com a finalidade de reivindicar a área. O número de ocupantes oscila em registro, entre duzentas e quinhentas pessoas, onde em maioria são oriundas da Região Metropolitana de Porto Alegre, que aguardavam o cumprimento do acordo até o final do mês de Outubro, em outro acampamento, também em uma área de CEEE, em Candiota - RS.

No período de espera citado, o movimento também se somou a uma ocupação, englobando todos os acampamentos do estado do Rio Grande do Sul, em Tapes-RS, na Fazenda Guerra, porém após a reintegração de posse da fazenda, os ocupantes organizados no núcleo inicial se dirigiram ao assentamento Hugo Chaves, também em Tapes, onde solicitaram o pedido de arrendamento de três hectares, pelas famílias já assentadas, para que mantivessem o acampamento neste local por mais três meses, até suas próximas ações, em São Lourenço do Sul-RS e Eldorado do Sul-RS. Este período em Tapes influencia fortemente a estratégia organizativa do movimento, uma vez que este opta em dividir o núcleo metropolitano em dois acampamentos, em função de algumas similaridades organizativas e perante o grande número de famílias participantes, frente às possíveis ações que se colocavam no seu horizonte estratégico.

São estes dois núcleos que retornam a área do Horto Carola, em Novembro de 2016 (Figura 03), reivindicando o cumprimento do termo. Porém, aos primeiros dias de ocupação, as famílias foram intimadas sob o amparo judicial de

³²São títulos mobiliários da dívida pública federal interna, criados em 1964, através da Lei nº 4.504/64, decorrentes de desapropriações de imóveis rurais, ou de aquisição amigável de imóvel rural pelo INCRA para fins de reforma agrária. Os TDA eram emitidos pelo INCRA e representados por títulos cartulares, ou seja, na forma física. Podiam ser nominais ou ao portado. Hoje é regulamentado sob o decreto nº 578, de 24 de Junho de 1992, onde cabe ao Ministério da Fazenda a gestão, o controle, lançamento, resgate e pagamento de juros dos TDA. Passaram a ter a forma escritural, efetivada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, junto à Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

³³ Produto utilizado para a conservação da madeira sob a interação de fungos e de insetos. A norma brasileira (NBR 10004:2004) determina o uso do CCA como Classe 1 (perigosos) no que se refere à lixiviação (liberação do elemento), mas não especifica a classificação quanto à volatilização.

Charqueadas, a se retirarem do local de maneira voluntária, em um prazo de dez dias, sob pena de despejo. Frente a este impasse, o acampamento opta por permanecer na área em “vias de resistência”, como colocado pelos acampados, e posteriormente acaba dividindo-se, nos dois núcleos estabelecidos em Tapes. Estes dispõem-se em áreas próximas um do outro. Um no próprio horto, denominado “Acampamento Unidos Pela Terra” onde encontram-se as famílias com mais “tempo de acampamento”, e o outro localizado no trevo do município, entre a BR 290 e a RS 401, denominado “Acampamento Dom Tomás Balduino”, que vem recebendo as novas famílias aderentes ao movimento. Ambos reivindicam a mesma área da empresa CEEE.

Figura 03 — Ocupação do Horto Florestal Carola, realizada no dia 14 de Novembro de 2016



Fonte: Catiana de Medeiros – Comunicação MST/RS.

Através das fontes consultadas, empresa justifica o descumprimento do acordo por conta da complexidade dos requisitos legais e técnicos na conversão de uma área de uso florestal em área agrícola. Este desdobramento carece de uma

fonte judicial, então se detêm em uma busca de repercussão jornalística³⁴, da nota publicizada pelo MST em meio eletrônico³⁵ e dos relatos registrados durante as entrevistas realizadas:

A ocupação desta área foi muito tranquila, até demais. Não era esse no nosso objetivo, porque se a gente não incomoda, de nada adianta fazer ocupação. Estávamos preparados para a ação da polícia que é corriqueira quando esse tipo de coisa acontece. Mas quando entramos na área, não tinha ninguém no local, e a polícia veio bem depois para ver de perto o que estava acontecendo. Não houve confronto, então foi muito tranquilo. Mas mesmo assim, posso lhe dizer que foi a coisa mais emocionante que eu fiz na minha vida. Entramos aqui, e hasteamos a nossa bandeira gritando as palavras de ordem do movimento. Era uma coisa que corria pelo nosso sangue. Parece que aquilo dava mais força ainda, quando todos gritavam juntos, sabe? O nosso objetivo se renova. Depois de termos acampado ali na beira do asfalto, começamos a nos organizar para alocar as famílias nas casas aqui em cima e isso sim nos deu um pouco de incomodação. Como não tinha lugar para todo mundo, bastante gente não se livrou dos barracos[...]. A gente foi ignorado pela polícia e pela empresa, mal e mal lançaram uma nota no jornal aqui da cidade no outro dia, noticiando a nossa ação. Isso deixou a gente meio desanimado, mas também nos revolta. Para empresa e para o INCRA isso é muito cômodo, para eles é como se não fizesse diferença a gente estar aqui ou não. Bem no tempo que a gente ficou ali no asfalto, pegamos chuva de pedra e dias muito quentes. Tu imagina, no calor de quarenta graus, essas lonas queimando e largando esse cheiro tóxico para nossas crianças respirarem. No dia da chuva de granizo, todo mundo ficou desabrigado, um tentou ajudar o outro. Teve gente que se machucou muito. Todo mundo correu para as barracas mais fortes, mas não teve jeito. A gente já não tinha nada e perdeu até os barracos”. (João – 14/03/2017).

“A gente teve que ocupar pela terceira vez aqui, porque a CEEE deu a assinatura no termo com o INCRA, só que não cumpriu com nada, e as

³⁴Muitos jornais noticiaram o acontecimento, por hora referindo-o como invasão. É de relevância adentrar conceitualmente ao termo dentro da ilegalidade da ação, onde se apresentam divergências entre juristas quanto a interpretação do artigo 184 da Constituição Brasileira frente ao caso, porém o trabalho prioriza a concepção de ocupação, pois assim é referenciada pelos integrantes durante as entrevistas. A gama de jornais que publicizaram a notícia vão do escopo regional ao nacional. As referências foram registradas nos seguintes portais de notícias: G1 Rio Grande do Sul <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/mst-ocupa-area-da-ceee-pela-terceira-vez-em-charqueadas-no-rs.html>>; Canal Rural <<http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/mst-volta-invadir-area-rio-grande-sul-64664>>; Portal Band de notícias <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticia/100000832301/justi%C3%A7a-notifica-mst-para-desocupar-%C3%A1rea-da-ceee-em-charqueadas.html>>; Jornal do Comércio <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/11/geral/532716-justica-da-10-dias-para-que-mst-deixe-area-da-ceee-em-charqueadas.html>; Zero Hora Notícias <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/11/mst-ocupa-area-da-ceee-em-charqueadas-8296368.html>>; Correio do povo <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Rural/2016/11/602887/MST-ocupa-horto-florestal-da-CEEE-em-Charqueadas>>; Portal de notícias do estado do Rio Grande do Sul <http://www.rs.gov.br/conteudo/210059/ceee-e-incra-assinam-cessao-de-area-no-municipio-de-charqueadas/termosbusca=*>e o jornal eletrônico Brasil de fato <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/14/familias-voltam-a-ocupar-o-horto-florestal-carola-em-charqueada-rs/>>.

³⁵<http://www.mst.org.br/2016/11/24/mst-avalia-decisao-da-justica-e-diz-que-nao-pretende-deixar-area-da-ceee-em-charqueadas.html>

coisas não podem ficar assim, só no papel. Olha quantas famílias estão esperando. Se a gente ficar esperando pela boa vontade dos engravatados, nós vamos morrer esperando. Eles precisam limpar a área aqui, e destocar também, porque tu imagina quando nós vamos conseguir pagar pra fazer isso por fora? Nunca. A gente veio pressionar o acordo, que foi feito lá na primeira ocupação. Tentaram nos despejar, mas a gente ficou aqui, e não vamos sair até não liberarem a área para nós. Parece que agora o processo foi pra instância federal, vamos ver [...]” (Lucas – 13/03/2017).

“[...] Ainda bem que no dia da ocupação, tinha gente que já tinha experiência com isso, que sabia como fazer, sabe? Porque eu estava com muito medo. Foi minha primeira vez nessas coisas, então a gente mais olha e aprende. Eu espero que não tenha outra, mas se tiver a gente já sabe como fazer, porque tem que estar atento a muita coisa e saber conduzir. Uma ocupação não é tão simples, e todos estão meio exaltados. A gente fica com medo, também”. (Luciana – 14/03/2017).

É notória a situação de instabilidade, bem como de adversidade a qual passaram as famílias no processo de ocupação da área, porém também se registra o uma lógica de aprendizado entre novos e antigos membros, endossando um continuum no fazer de suas estratégias, como anteriormente referenciado, assim como na concretização de suas ações. Desta forma, assim que se finaliza a ocupação, e o estabelecimento nas casas, assim como a construção dos barracos ganha numerosas proporções, juntamente com uma organização definida, consolida-se o acampamento “Unidos pela Terra”.

2.1.1 O acampamento “Unidos pela Terra”

A área onde o acampamento está localizado, totaliza 777,4 hectares, onde, majoritariamente é utilizada por reflorestamento de Eucalipto. Esta possui acesso através da rodovia RS 401, delimitada por um portão e uma guarita, distantes cerca de 500m da rodovia, utilizados para a guarda diuturna por membros do acampamento, que se revezam em turnos de geralmente seis horas. A entrada no local requer identificação, justificativa de visita, e quando necessária, uma revista pessoal, com fins de garantir a segurança dos acampados que, de acordo com os relatos em algumas entrevistas, o local, por estar nas proximidades de quatro penitenciárias, entre elas, a Modulada, a Estadual e a de Alta Segurança, acaba se tornando ponto de esconderijo de detentos que fogem do sistema carcerário de Charqueadas. Os entrevistados também ressaltam a importância da segurança em um acampamento como este, uma vez que caracteriza uma zona de conflito agrário

e que estas compunham em maioria, os índices de violência no campo³⁶. Posteriormente serão abordados outros pontos referentes a segurança do acampamento.

O local possui uma boa estrutura de casas já construídas, as quais eram utilizadas pelos funcionários do antigo Horto Carola que permaneciam no local. Hoje, são aproveitadas para acomodação de boa parte das famílias do acampamento, onde uma casa, por vezes, abriga até três famílias. São cerca de vinte moradias padronizadas com estrutura de alvenaria e duas de madeira. A maioria das casas possui dois quartos, onde geralmente dormem mais de três pessoas cada, um banheiro, uma cozinha, uma dispensa que é utilizada como quarto, uma sala, e uma pequena área na parte exterior.

Ao fundo das residências há um pátio, de em média 100m², o qual é utilizado para a criação de alguns animais como porcos e galinhas assim como, para a produção de hortaliças que é mais frequente, uma vez que grande parte da alimentação das famílias é proveniente das hortas. As casas foram construídas lado a lado, em duas fileiras, uma de frente para a outra. Fotografias destas moradias não foram autorizadas pelos integrantes do acampamento. Houve um aconselhamento de registro das outras estruturas, uma vez que estas casas descaracterizavam o modelo tradicional dos acampamentos do MST, bem como a simbologia implícita a este modelo.

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, o cominho para a conquista da terra. É símbolo de luta pela Reforma Agrária que as mais de 130 famílias acampadas em todo o Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do movimento contra o latifúndio, e segregação e as injustiças sociais que tanto castigam este país (MST, 2014).

Esta colocação é pertinente, uma vez que a acomodação em casas traz consigo a ideia de um maior conforto e segurança, e a possibilidade desta interpretação rompe com a lógica do merecimento identificada por Loera (2014) pela qual geralmente está associada uma narrativa de sofrimento, que legitima a pretensão a um lote de terra. Castells (2001) identifica que esta é uma lógica intrínseca ao MST, onde até as pessoas comumente consideradas mais vulneráveis como, gestantes, idosos e crianças, permanecem nos acampamentos e resistem a

³⁶ CPT. **Conflitos no campo Brasil 2015**. Goiânia, 2016, p.20.

situações limitantes, pois são ações que além de inerentes ao meio, se caracterizam por formas de diálogo simbólico.

Direcionadas a pressionar o Estado e que buscam reforçar imagens de uma população sofrida e excluída de todo e qualquer tipo de direito social. Internamente, estas experiências dos acampados, vivenciando na própria “pele” a luta política pela reivindicação de terra, reforçam a convicção da necessidade de apoiar a proposta do MST, em termos organizacionais, de sua identidade coletiva e de sua capacidade de resistir às condições de vida limite (CASTELLS, 2001, p.133).

Este ponto ganha destaque em meio às entrevistas e conversas informais, sob a perspectiva de que a utilização desta estrutura também é um dos fatores de desunião entre o grupo, pois associam a partilha das dificuldades estruturais como algo que os une e que os mantêm na busca de reverter a situação de sofrimento (lona preta) através da reforma agrária. O Sr. Pedro relata a sua percepção da estrutura, quando questionado sobre as dificuldades do acampamento.

Esse acampamento em comparação com outros e com os acampamentos antigos do movimento, é um luxo. Nem parece acampamento de sem terra, né? Aqui a gente tem essas casas para dormir. Temos um bom abrigo. Antigamente a coisa era bem diferente. Aqui é tudo meio facilitado. Se alguém tem um problema, todo mundo se junta pra resolver, principalmente de quem está na lona. Ninguém passa sufoco forte. Ainda bem, né. Mas o povo era muito mais unido no passado, por conta das dificuldades mesmo. É isso que é o sem terra. Ficar na lona é outra história. Nós que estamos nas casas, já ficamos na lona antes, mas não tem motivo para não usar estas casas que já estavam aqui. Seria burrice [...]. (Pedro, 57 anos, ocupante das casas já existentes no local – 15/03/2017)

Outra perspectiva sobre a ocupação das casas é, que mesmo utilizando as estruturas de moradia já existentes, as dificuldades são grandes, e que este fator é que os mantêm ali, pois “ao menos há uma condição de abrigo, ao meio de tantas adversidades” como relata Antônio, que ocupou a estrutura por poucos meses e hoje acampa nos barracos de lona. Esta legitimidade, sob o sofrimento, em uma primeira instância, está na esfera da exteriorização da condição, pois remete a uma possível imagem dos acampados em diálogo com sociedade e com o poder público, responsável por cumprir com os objetivos do grupo, interferindo assim, em questões características da *forma acampamento*, uma vez que os barracos de lona preta são a representação mais forte da linguagem simbólica utilizada, porém, também é perceptível que esta legitimação é fortemente disputada internamente, onde se cria um critério subjetivado de merecimento, ou de prioridade à quem não está residindo

nas casas, ou seja, à quem teve o trabalho de montar o seu barraco e vive as dificuldades estruturais de um acampamento por inteiro. Esta prioridade permeia principalmente o “ganho da terra”, auxílios financeiros, de alimentação, e roupas, principalmente em períodos como o inverno.

O local também conta com a antiga “sede” da empresa, onde eram realizadas confraternizações dos funcionários. Hoje, este lugar abriga cerca de sete famílias que dividem o espaço com cortinas, madeira e estruturas de PVC. Uma antiga escola (Figura 04), onde estão alocadas a “bodega”³⁷, uma biblioteca juntamente com a sala de reuniões, ocupada geralmente pelo grupo de jovens acampados, denominado “setor de juventude” e também destinada ao abrigo de cerca de seis famílias.

Figura 04 – Antiga escola do Horto Florestal Carola, hoje destinada a diversas funções pelos acampados (moradia, sala de reuniões, biblioteca e “bodega”)



Fonte: Buzzatti (2017).

³⁷ Uma espécie de venda, onde encontram-se alguns produtos de higiene pessoal, alimentos em maioria industrializados e bebidas. A bodega é administrada por um dos acampados, mas é compreendida como um dos setores do acampamento, uma vez que uma porcentagem do lucro obtido nas vendas retorna para o “caixa” do acampamento.

Os barracos também ocupam significativamente a área. Alguns estão instalados sob um galpão aberto (Figura 05), outros escorados nas estruturas de alvenaria e boa parte encontra-se esparsa em áreas livres, mas próximas a árvores com a finalidade de proteção e sombra. São construídos pelos próprios acampados, onde quem tem mais tempo de acampamento e experiência com a técnica de construção auxilia quem vai aderindo o movimento. Os locais com cobertura pré-estabelecida pelo Horto, foram os primeiros a serem utilizados para a construção dos barracos, por serem consideradas áreas mais seguras. Esta ordenação de ocupação, que se impôs principalmente devido a conformação do local, leva a uma descontinuidade na organização espacial das moradias típicas dos acampamentos do MST, pois constata-se um afastamento significativo entre um barraco e outro, o que para Caldart (2000, p.116) pode expressar uma característica de isolamento, associada tipicamente ao camponês.

Ao fundo, esta percepção se origina de uma teoria organizativa do próprio Movimento, expressa no Caderno de formação nº 11, publicado em 1986, onde se expõe a necessidade de romper com o que são chamados de *vícios ou desvios ideológicos*, determinados pelas formas artesanais de trabalho, no qual o *camponês*, identificado como um artesão do campo, por operar um processo produtivo único, sem divisão, em que inicia e finaliza o seu produto, faz com que a visão sobre o processo de trabalho seja individual, determinando seu comportamento ideológico no momento em que participa de um grupo social, o que se traduz em atitudes isolacionistas e referências personalistas, definidas pelo Movimento como vícios, onde o indivíduo se coloca em um plano superior à organização e ao coletivo, sendo avesso a associações, priorizando os interesses individuais, ambos definidos por oportunistas (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 11, 1986). Porém é válido salientar que o caderno, foi desenvolvido a partir de um contexto, que faz alusão a *perfis de sem terras*, característicos dos anos de surgimento do Movimento, definidos no primeiro caderno de formação, por:

Trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº1, 1986)

Desta forma, ainda não se evidenciava e tão pouco se idealizava a presença de sujeitos urbanos em suas formas de luta. Hoje, como exposto anteriormente, este

perfil vem crescendo na ocupação destes espaços, e se revela expressivo no acampamento em questão. Estes em maioria são advindos de regiões periféricas do entorno metropolitano, onde habitaram maior parte de suas vidas, em aglomerados subnormais³⁸ ou em domicílios improvisados, onde a organização espacial de suas moradias, também se apresentava em configurações muito próximas umas das outras, forma que se idealiza na organização de um acampamento típico do MST, uma vez que pela organização do próprio habitat, se forjaria uma maior qualidade educativa, pela ideia de que “o que acontecer no barraco do vizinho, pode acontecer no meu”, onde experimentariam a necessidade de cooperação e solidariedade (CASTELLS, 2001, p. 129).

A partir da ideia de *trajetórias sociais* e de *habitus*, conformuladas pelo sociólogo Bourdieu (1996), onde os estilos de conduta dependem de um sistema de referências históricas que moldam o senso prático dos indivíduos, a partir de sua incorporação, transposta na sua forma de agir e coerentes com suas disposições mentais, inclina-se a reflexão de que os sujeitos urbanos tenderiam a se dispor espacialmente de forma semelhante como a que já experienciaram, ajustando-se a forma acampamento, através da adaptabilidade contínua ao meio, também exposta pelo autor. Porém, evidencia-se que a adaptação destes, quanto a disposição de suas moradias, se relaciona com a própria organização espacial natural do local, e por uma aversão a situação anterior, o que não a desvincula da ideia de *habitus*.

Eu e a maioria aqui, já estamos cansados da vida de vila, que você escuta o vizinho fazendo qualquer coisa. Por isso que um monte de gente se isola assim. Querem aproveitar esse tempo mais afastados, porque foi uma vida inteira morando em casinha pequena, uma por cima da outra (Lucas, 15/03/2017).

³⁸ O IBGE define como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010, p. 5)

Percebe-se assim, que a forma como os indivíduos se espacializam dentro do acampamento, possui vínculos com as formas de disposição local anteriores, típicas das zonas periféricas, a qual é associada nas entrevistas, com sensações incômodas e de ausência de privacidade, onde buscam, na situação de acampados, livrar-se destas. O que sinaliza, em condições possíveis, uma influência deste aspecto característico do meio urbano, à este acampamento.

Se tratando do material utilizado na construção dos barracos, o que normalmente é encontrado nos acampamentos do MST, é a conhecida lona preta, porém na realidade estudada, verificam-se para além destas, barracos construídos com banners descartados e materiais de divulgação. A estrutura principal é construída com varas de Eucalipto já existentes na área e madeiras coletadas de uma antiga serralheria da empresa, próxima do acampamento. Em alguns barracos, foram acopladas portas e janelas convencionais (Figura 06), também com o objetivo de tornar esta “moradia provisória” mais segura.

Figura 05 – Barracos montados sob o galpão, onde cerca de seis famílias utilizam o espaço



Figura 06 – Barraco construído em área livre, com o uso de porta convencional



Fonte: Buzzatti (2017).

Nos barracos, as famílias improvisam as estruturas de pia (Figura 07), fogão (Figura 08) e cama (Figura 09), unindo partes destes móveis à construções manuais geralmente feitas com barro, pequenos troncos de madeira, tijolos encontrados pela área, pedras e borracha. Alguns acampados, geralmente os que possuem moradia na cidade, trazem seus móveis e eletrodomésticos de suas casas para o acampamento. Estas estruturas variam de acordo com a condição financeira das famílias. A refrigeração dos alimentos geralmente é feita nos vizinhos que estão acomodados nas casas, onde há rede elétrica estável, local onde permanecem as geladeiras existentes no acampamento.

Em período recente, um reservatório foi destinado a área, onde as famílias buscam água com baldes para o uso doméstico. Anteriormente, era necessário buscá-la em um encanamento 3 km distante do acampamento. Os banhos eram realizados em um açude que existia próximo ao local. Espaço que também era compartilhado com a comunidade indígena Kainguang, que ainda permanece ao lado oposto da RS 401. Com o financiamento coletivo, foi adquirida uma bomba hidráulica, que possibilita a chegada de água em algumas casas, mas de acordo com os entrevistados, diariamente apresenta problemas técnicos.

Figura 07 – Estruturas de pia e fogão típicos dos acampados que estão acomodados nos barracos de lona



Fonte: Buzzatti (2017).

Figura 08 – Fogão construído de tijolos, barro e outras estruturas trazidas de casa, onde o dono abre a parte inferior do fogão demonstrando o forno, geralmente utilizado assar de pães



Fonte: Buzzatti (2017).

Figura 09 – Quarto de apenas um acampado, onde se percebe o uso geral de varas de Eucalipto para a construção dos móveis, como prateleiras e cama



Fonte: Buzzatti (2017).

O espaço também possui uma quadra de esportes em condições precárias, onde o acampamento realiza suas raras festividades, geralmente organizadas pelo setor de juventude, com fins de arrecadação financeira para a autogestão do grupo. Há um campo de futebol cercado, onde ocorrem frequentes jogos nos finais de tarde, após a chegada das crianças e adolescentes da escola, fazendo-se a expressão mais forte do lazer neste meio, junto às rodas de viola em torno dos barracos ao anoitecer, onde com frequência são cantadas as músicas do Movimento³⁹, que segundo o relato do Sr. Pedro em entrevista, caracterizam não só os momentos lúdicos do acampamento.

Cantar as músicas do MST nos dá esperança, eu seguido me emociono, e tem gente que chora mesmo, porque alimenta o nosso sonho, e passa um filme na cabeça quando a gente tá cantando, porque a gente lembra do tempo da ocupação, do sofrimento, da construção dos barracos, do medo, de um monte de coisas. Mas são os momentos de diversão da gente e é muito bom, porque alimenta a única coisa que a gente tem que é a esperança. E é bom também, porque com as músicas do Movimento, nós vamos ensinando os mais novos a criar gosto por isso aqui. Tem um monte de guri novo que já sabe quase todas as músicas, e eles gostam também,

³⁹ O movimento possui uma série de cancionários, contendo letras de músicas que abordam a luta pela terra, assim como lançou dois CD's (Arte em Movimento e Dor e Esperança) com canções de artistas que dedicam e retratam as nuances da vida dos sem terra.

porque as vezes quem puxa a cantoria são eles (Pedro, 57 anos, 15/03/2017).

A música, como descrita, cantada de forma compartilhada e com letras alusivas as suas realidades, utopias ou a um perfil ideal de “militante, líder de movimento, acampado, assentado ou até camponês”, que resgata os princípios do Movimento, torna-se um dos elementos mediadores na constituição da identidade coletiva do MST, pois como explica Eyeman (1998), são momentos que, os sujeitos experienciam uma linguagem que pode os tocar de forma afetiva e reflexiva, podendo instigar processos de identificação com o Movimento e com os semelhantes que estão “na luta”. A música no cotidiano dos sem terra se torna também um meio de criar e fortalecer identidades, porque para além de um elemento expressivo, ela instiga a “construção de raízes” (MENESEZ, 1993).

Desta forma, o MST, a partir de suas cartilhas vem trabalhando os elementos de mística, como a música, desde os anos iniciais de sua existência, o que para Piana (2001), foi influenciado principalmente pela mediação da igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), onde a compreensão de mística, enraizada nos elementos de fé e política é resignificada como um elemento conscientizador, contribuindo com a manutenção das ações coletivas do Movimento.

A forma como os sujeitos urbanos percebem e se relacionam com estes aspetos serão trabalhados mais aprofundadamente no capítulo 3, porém a partir dos relatos, percebe-se que estes espaços proporcionam momentos de troca entre os diferentes perfis que se encontram no acampamento. A música é um elemento que ora os aproxima, ora os afasta, de acordo com os hábitos culturais de cada perfil, porém quando se trata das “músicas do movimento” a apreciação é visualizada em proporções totais, onde, quando cantadas e declamadas, compõe uma alegria compartilhada entre todos.

2.1.2 Estrutura organizativa do acampamento “Unidos pela Terra”

As relações de coesão no acampamento se dão a partir de uma estrutura organizacional, que é mantida enquanto modelo tanto no âmbito local, regional, estadual e nacional, onde por vezes se assemelham entre acampamentos e assentamentos, ou seja, é uma estrutura do Movimento como um todo e não específica de cada lócus ou modalidade. Este formato não se origina de um projeto previamente elaborado e aplicado paralelamente a criação do MST. De acordo com

Fernandes (1999), esta estrutura obedece à lógica da *forma em movimento*, que se coloca a partir de um amadurecimento e de um acúmulo de diversas experiências que o movimento, através de sua prática, passou a organizar ao longo do tempo sua forma de diálogo interna e externa. O autor salienta como os *processos e as mudanças*⁴⁰ são elementos condicionantes da dinâmica dos movimentos sociais. O MST abraça fortemente estes pontos, de modo que, quando uma atividade é estabelecida, e se coloca enquanto *forma*, ela pressupõe um fazer anterior, que surge de uma práxis e não de um projeto previamente elaborado, onde “*Forma em movimento*, modificando-se e dimensionando-se, conforme as necessidades na marcha das transformações das realidades, *tornou-se alógica de organização sem terra*” (FERNANDES, 1999, p.161).

Uma vez que o processo de construção de experiências gestiona necessidades, estas, segundo o autor, resultam em diversas comissões, equipes, núcleos, setores, e outras formas de atividades, que quando se estabelecem, são nomeadas, denominando uma forma, que rumo a consolidação do Movimento, espacializando-o na sua territorialização.

A divisão em setores é uma das características mais marcantes desta estrutura, que conta com um número variável destes. Assim, permeando a possibilidade de territorialização do Movimento, é necessário pontuar o meio onde os agentes realizam as primeiras atividades, pelas quais “entram” as famílias que passam a compor o MST. O setor de Frente de Massas trabalha como propiciador da travessia dos indivíduos de fora para dentro do movimento. São estes agentes que, ao se deslocarem para outros municípios, regiões e até estados, realizam atividades de aglutinação, formando novos grupos de famílias, objetivando promover novas ocupações ou “engrossar os acampamentos” como relata a Frente de Massas deste.

Nós temos um trabalho árduo, que é massificar o acampamento, engrossar isso aqui. Então nos dividimos e vamos atrás destas pessoas apresentar o movimento e mostrar um caminho para quem mais precisa. A gente tem feito um bom trabalho de base, tanto que toda a semana tem gente chegando no acampamento lá do trevo. Nós vamos para Porto Alegre, e conversamos com as pessoas, a gente consegue identificar os que estão em condições mais precárias, temos ligações com os líderes dos *bairros mais pobres*, porque muita gente desses lugares já está aqui, e um vai chamando o outro também. Tem algumas frentes de massas que tem ligações políticas, por exemplo, aí também facilita, porque vão fazer o

⁴⁰ Grifo nosso

trabalho de base. Mas a gente tem ido mais nas vilas do que nas ruas (embaixo das pontes), porque o morador de rua tem um estilo muito diferente. Não ficam mais que duas semanas aqui no acampamento. A gente já teve dezoito destes aqui, ao mesmo tempo, e ficaram só dois (Frente de Massas - Acampamento Unidos pela Terra, 45 anos).

Faz-se necessário vincular o trabalho realizado pela Frente de Massas com a proximidade do acampamento ao município de Porto Alegre, que registra no último censo realizado pelo IBGE, o maior índice de densidade demográfica urbana⁴¹, bem como o local com maior incidência de pessoas em situação de extrema pobreza⁴² do estado do Rio Grande do Sul, tornando um foco fértil para o trabalho de massificação, como relata a Frente de Massas.

Após o estabelecimento do acampamento, primeiramente são formados os Núcleos Base - NB's, constituídos por todas as famílias acampadas. Estes geralmente são identificados por números, mas neste caso, adotam nomes que homenageiam, geralmente, ex-membros⁴³ do MST, que perderam suas vidas em confrontos pelos ideais do movimento, compreendidos entre os acampados como *ídolos lutadores*. O acampamento possui quatro NB's, como assim são chamados, onde geralmente o local de origem dos acampados define uma base, segundo Morissawa (2001, p. 200), porém, não se aplica como regra a este acampamento. Cada núcleo possui em média 32 famílias, que elegem seus coordenadores e representantes. Os núcleos se reúnem semanalmente, onde os integrantes levam os seus *pontos*⁴⁴ para um diálogo entre o grupo, onde na medida do possível se busca manter um debate saudável e sob as regras do acampamento.

A escolha dos representantes se dá, para compor a voz do núcleo nos outros *setores*, que serão mais explorados adiante, onde a qual prioriza da paridade de gênero, ou seja, é escolhido um representante homem e uma representante

⁴¹ O registro é de 2837,52 habitantes/km² (IBGE, 2010).

⁴² Porto Alegre lidera o ranking com 13.506 habitantes em situação de extrema pobreza. Leva-se em conta que a quantidade de pessoas nessa situação está altamente relacionada com o tamanho da população do município. Entretanto, mesmo que haja essa associação, não se pode afirmar que exista uma relação direta de causa e efeito (IBGE, 2010).

⁴³ Entre eles estão Roseli Nunes, vítima de um atropelamento por caminhão, quando estava junto a uma barreira humana, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação a política agrária que acontecia em Sarandi/RS no ano de 1987. Roseli tinha 33 anos e era mãe de três filhos. O caso foi retratado em um filme chamado "Terras para Rose" de Tetê Moraes, ganhador de seis prêmios nacionais e um Latino-Americano. Outro homenageado é Elton Brum da Silva, executado durante uma reintegração de posse da Fazenda Southall, no município de São Gabriel/RS, em 2009.

⁴⁴ O termo compreende situações tanto de relações pessoais como estruturais, que precisam ser resolvidas, passando assim, pela primeira instância de discussão, os NB's. Caso a situação não seja resolvida neste, o ponto é levado para a reunião dos Coordenadores dos NB's e Direção, sucessivamente.

mulher. Esta é uma orientação do Movimento, contudo há problemáticas envolvidas neste ponto, uma vez que alguns representantes se sentem obrigados a cumprir com esta orientação e relatam algumas dificuldades em desenvolver sua “função”. Assim, os representantes dos NB’s se reúnem e se responsabilizam em formar e organizar os *setores*. Cada núcleo também escolhe dois coordenadores, sob a mesma orientação de paridade, para compor a *Coordenação* do acampamento, que segundo Morissawa (2001, p.200) tem como dever, dar unidade ao trabalho das equipes, encaminhar as lutas, negociar com o governo, e relacionar-se com a sociedade, o que prevê um espaço amplo de discussão no acampamento através de uma assembleia geral. A relação entre coordenação e núcleos é o fio condutor das informações de dentro para fora e de fora para dentro do acampamento. As informações externas são repassadas aos NB’s pelos coordenadores, bem como as pautas internas são repassadas a estes através dos NB’s.

Os setores, acima citados, são divididos de acordo com as necessidades organizativas de cada acampamento. Este é composto por onze setores, sendo eles: Infraestrutura, Secretaria, Segurança, Produção, Educação, Alimentação, Saúde, Gênero, Ciranda, Juventude e Bodega. As finanças são vinculadas a cada setor, porém há um caixa geral sob administração da direção do acampamento.

O Setor de infraestrutura é responsável por acompanhar e dar suporte as construções e manutenção dos barracos, assim como problemas de instalação elétrica e hidráulica. Até o mês dezembro de 2016, o INCRA enviava lonas ao acampamento, como medida de auxílio, que foi requerida em manifestações frente ao órgão. Hoje o acampamento não conta mais com este suporte. Assim é necessário utilizar o dinheiro do caixa para compra do material, ou vasculhar lonas e materiais semelhantes descartados nas cidades próximas.

O Setor da Secretaria é responsável por operar burocraticamente no acampamento. As tarefas se dividem em, realizar as chamadas de presença, que ocorrem três vezes na semana, registrar e autorizar os pedidos de liberação, quando é necessária a saída de algum acampado para realizar alguma atividade pessoal, controlar o tempo de acampamento⁴⁵ dos integrantes, assim como o desempenho nas atividades destinadas a cada um.

⁴⁵ A contabilização do tempo de acampamento é realizada pela secretaria, conjuntamente com os coordenadores dos NB’s que além da verificação da presença do acampado via chamadas coletivas, registra a participação das famílias nas reuniões dos NB’s. Estes dados posteriormente são enviados a Direção. É uma prática cumprida com rigor, pois compõe um dos mais relevantes critérios internos de prioridade para o acesso à terra.

O setor de produção é responsável por organizar e manter os grupos de horta e os demais plantios coletivos do acampamento, que são contabilizados ao tempo de atividade agrícola, pela secretaria do acampamento, na tentativa de comprová-lo posteriormente ao INCRA. Porém esta prática de controle é mais ideal, que real, pois ainda não se tem uma organicidade efetiva quanto a isso. O acampamento conta com quatro grupos de produção coletiva, utilizando as estruturas da antiga estufa florestal, para produzir hortaliças (Figura 10) e ervas medicinais, assim como de grãos e frutas (Figura 11) nas proximidades do acampamento.

O setor de segurança organiza as guardas diurnas, realizadas na entrada do acampamento, onde há um revezamento entre todos os acampados, que se dividem em duplas na tarefa. Também são responsáveis por sinalizar o horário de silêncio no turno da noite.

O setor de educação busca dar respostas às necessidades educacionais. Os maiores objetivos estão sobre a ordem de erradicação do analfabetismo nas áreas e a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola (MST, 2014). No acampamento, o setor se responsabiliza por encaminhar os filhos dos acampados as escolas, assim como os adultos interessados em concluir os estudos. Através de seus coordenadores, também estabelece um elo de comunicação com estas escolas, perante as justificativas de ausência as aulas em determinados momentos como relata Silvana, mãe e estudante.

Há momentos em que o Movimento precisa de reforço nas marchas e nas mobilizações que fazem parte da nossa luta. A gente se solidariza com os nossos companheiros que estão passando pela mesma situação que nós. Porque precisamos fazer as nossas ações com bastante gente, para fazemos mais pressão, se não, de nada adianta. Mas, para nos ajudarmos, muitas vezes precisamos sair aqui do nosso acampamento e levar nossos filhos junto. Então o setor de Educação faz a conversa com as escolas, explicando a nossa situação. As professoras geralmente nos entendem, e deixam trabalhos para que possamos entregar no retorno das nossas atividades (SILVANA, 52 anos - 16/03/2017)

O acesso à escola é dificultoso, uma vez que o acampamento é distante da cidade, onde se concentram as escolas. Há cerca de um ano, não havia transporte disponível e que trafegasse na rota do acampamento. “A conquista foi lenta, mas possível, pelo menos para a turno da manhã, mediante o contato do setor com a secretaria de educação de Charqueadas” segundo Luciana, mãe e participante do setor de educação. Porém, os adultos, que em sua totalidade estudam a noite,

através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, contam com a ajuda mútua dos “companheiros”, através do empréstimo de um carro, onde o custo do combustível é dividido entre estes estudantes. Hoje, todas as crianças do acampamento, maiores de quatro anos, frequentam a escola.

Figura 10 – Produção variada de hortaliças, utilizando as estruturas de bancada, bandejas e tubetes que havia na antiga estufa, hoje coberta com sombrite



Fonte: Buzzatti (2017).

Figura 11 – Produção de grãos e frutas nas áreas livres em torno do acampamento, realizadas pelo grupo “João de Barro”



Fonte: Buzzatti (2017).

O setor de alimentação é responsável por operar e distribuir as doações destinadas ao acampamento, assim como realizar compras para a manutenção da alimentação coletiva. O setor atualmente está mais fragilizado, pois assim como as lonas destinadas a estrutura de moradias, o acampamento recebia via INCRA, uma cesta básica por cadastro/mês, as quais eram estocadas e repassadas aos acampados conforme sua necessidade. Os responsáveis pelo registro de retirada dos alimentos e de contagem de estoque eram os membros do setor de alimentação. Como os repasses foram cancelados, o acampamento conta com a solidariedade da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN), que hoje destina ao acampamento, a quantidade demandada de arroz orgânico, também oriundo de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. A alteração desta dinâmica transfere as responsabilidades dos membros do setor para a coleta financeira entre as famílias e a realização de compras de suplementos essenciais, que não conseguem ser produzidos no acampamento.

O setor de Saúde, que é fortemente vinculado ao setor de produção, é operacionalizado também através dos cursos de formação realizados pelo Movimento em alguns assentamentos que possuem referência na produção de ervas medicinais no estado. Assim os responsáveis do setor participam dos cursos e quando retornam ao acampamento, realizam oficinas de elaboração de chás e xaropes caseiros. Estando assim, em contato com o setor de produção, no sentido de suggestionar o cultivo de algumas ervas, as quais são conhecidos os métodos de preparo dos produtos. O acampamento ainda não conta com uma estrutura própria para o setor de saúde, ponto idealizado pelos coordenadores deste. Este setor também é responsável por contatar serviços de atendimento médico, que são bem comuns no acampamento, devido as condições precárias ao que tange a saúde básica. O cuidado com as gestantes acampadas também perpassa ao setor, não restrito ao encaminhamento adequado, no momento do nascimento, que nem sempre é possível, mas também auxilia os pais a se prepararem financeiramente, priorizando o trabalho do pai, através das *Frentes de Trabalho*, mais exploradas posteriormente.

O Setor de Gênero é algo que surge no Movimento, a partir do Encontro Nacional do MST, em 2000, porém o tema vem em discussão e permeia a auto-organização das mulheres sem terra e assentadas desde os primeiros anos de

criação do movimento. Hoje o setor “tem a tarefa de estimular tal debate, nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST” (MST, 2014). Desta forma o setor adotou algumas linhas políticas, envolvendo a inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão e uso da terra, a efetivação da participação das mulheres no planejamento e na execução das linhas de produção e controle dos resultados, assim como a paridade de gênero em todas as atividades de formação e capacitação do movimento, bem como nas coordenações e representações de instâncias, a garantia da ciranda infantil, seguridade da realização de atividades de formação sobre a temática de gênero e classe em todos os setores e instâncias do Movimento e o combate à violência, particularmente contra as mulheres e crianças (MST, 2014).

Entre conversas com algumas participantes do setor, relata-se que este surge no acampamento a partir de uma reunião, onde foram convocadas a participar todas as mulheres, visando uma auto-organização preparatória para uma “ação do 8 de Março” no ano de 2015, atividade que é realizada anualmente em todos os estados do país, compreendendo mulheres acampadas e assentadas, sob a orientação da esfera nacional do movimento. A partir desta primeira reunião, o grupo foi gradativamente construindo relevância à pauta e se inserindo nos espaços nacionais, estaduais e regionais de *formação de gênero*. O setor também se organiza, objetivando espaços de encontro e a independência financeira das mulheres, através da criação de um grupo que fabrica pães, cucas, “calças-viradas” e outros salgados (Figura 12). A venda ocorre no próprio acampamento, através da “bodega” e sob venda a domicilio. A fabricação ocorre em uma das estruturas do antigo Horto Florestal, onde percebe-se resquícios de uma estrutura voltada para a preparação de alimentos. A confecção dos salgados ainda não é periódica, pois conta com a sobra de ingredientes das famílias, que não é frequente, porém o grupo já possui um grande reconhecimento no acampamento, obtendo uma demanda de fabricação muito superior à ofertada, o que as estimula cada vez mais o grupo a progredir para uma futura padaria coletiva formal “quando a terra sair”, como explicitado durante a entrevista com este grupo de mulheres.

Figura 12 – Produção de “Calças viradas”, em umas das estruturas do antigo Horto Florestal



Fonte: Buzzatti (2017).

O Setor de Ciranda é responsável de pela elaboração de atividades recreativas e de cuidado com as crianças do acampamento, principalmente enquanto seus pais participam das reuniões ou necessitam se ausentar por pouco tempo. Geralmente são realizadas na praça (Figura 13) construída pelos acampados, contendo balanços e pneus.

Figura 13 – Praça construída coletivamente pelos acampados com vigas de Eucalipto encontradas no local e pneus velhos doados.



Fonte: Buzzatti (2017).

O setor de juventude, embora situado como setor, é identificado pelos jovens acampados, como um coletivo, o *coletivo de juventude do MST*, na busca de abarcar a pluralidade dos indivíduos participantes através das pautas, que vinculam sua organização, em última instância, aos debates construídos em congressos nacionais, estaduais e regionais, os quais os jovens têm participado. O grupo também centra sua atuação organizado vias de participação mais ampla nos *acampamentos de juventude* nas Romarias da Terra⁴⁶ e nas “ações do 8 de Março” com as jovens acampadas, desde o surgimento do acampamento.

Outra preocupação deste setor é proporcionar debates que envolvam suas pautas enquanto jovens acampados, através do “cinema”, onde são exibidos documentários e filmes seguidos de espaços de diálogo que ora se dão apenas entre o grupo, ora, envolvendo todo acampamento, assim como as noites culturais, que visam dar espaço a apresentações artísticas dos jovens acampados, promovendo a diversidade artística assim como, o financiamento do grupo, através da venda alimentos durante o evento.

Como explicitado anteriormente, a bodega possui um setor próprio, responsável por realizar os levantamentos do estoque necessário e que atenda a demanda de diversidade de suplementos alimentícios e de higiene que o acampamento necessita. Como o acampamento é distante da cidade, boa parte das necessidades são atendidas através da bodega. Os valores dos produtos são um ponto de queixa entre a maioria dos acampados, porém é seguido da justificativa de que este é o um dos meios de manutenção financeira do acampamento e de que há a possibilidade do pagamento mensal das compras realizadas. Este acaba sendo o maior foco de compra de suplementos dos acampados, pois sentem-se contribuindo financeiramente com o acampamento.

Outra instância organizativa do acampamento é a *direção*, que ampara e assessora as coordenações dos setores assim como as dos núcleos base. Esta é eleita pelas famílias que constituem os núcleos, tendo o mesmo status de decisão que os coordenadores, porém os amparam normativamente. Os critérios internos

⁴⁶ A CPT realiza as “Romarias da Terra” desde 1978. As primeiras ocorreram no Rio Grande do Sul e na Bahia. No Rio Grande do Sul a última, foi realizada em fevereiro de 2017, no Assentamento Anoni, localizado no município de Pontão, com o tema: “Terra de Deus, Terra de irmãos”, conjuntamente com o Acampamento da Juventude da Romaria, que ocorre desde 2005 contando com a presença dos jovens acampados de todo o estado. O acampamento é um espaço de auto-organização da juventude, que o define como um “espaço sócio-político-formador”. O tema trabalhado neste último ano enuncia: “Juventude que constrói o Projeto Popular”. (CPT, 2017).

para eleger um dirigente são ressaltados entre as conversas por: ser coerente com as normas do movimento, ter disponibilidade, ser alguém que demonstre na prática o zelo pelos acampados e pela justiça social, assim como alguém que através do exemplo ensine os demais acampados a ser um “bom militante”.

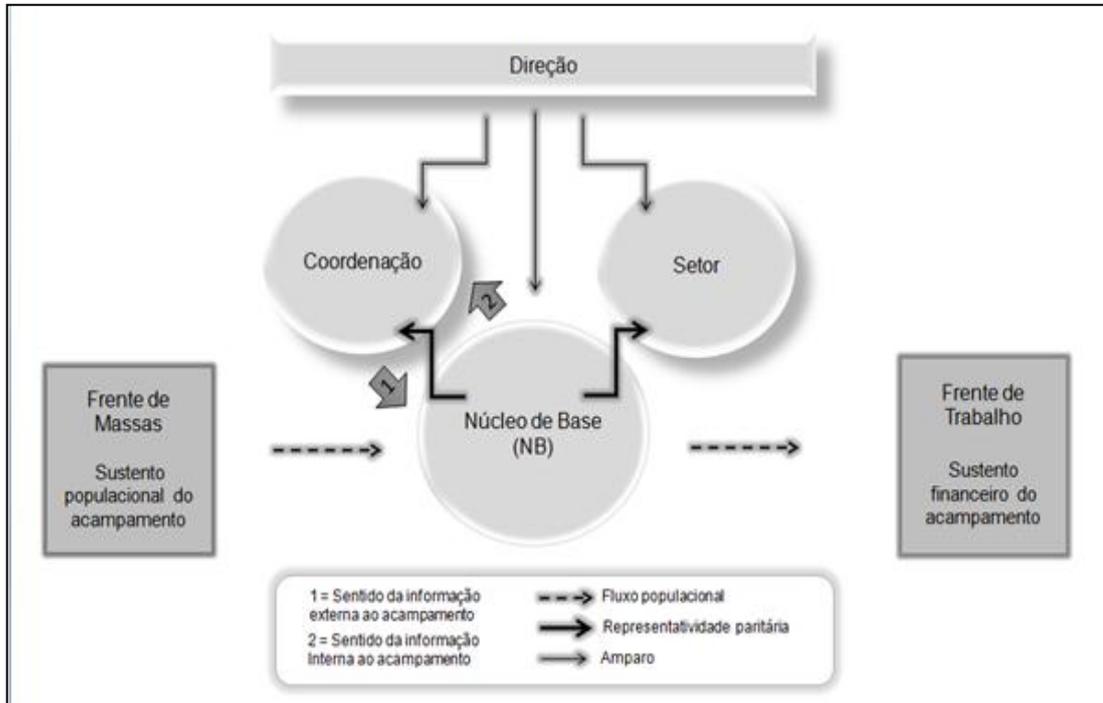
As *frentes de trabalho* também compõem outra esfera organizativa do acampamento. Configura-se pelo grupo de pessoas que durante algum período (no mínimo 30 dias), são “liberados” em função de uma oportunidade de emprego, geralmente mediada pelo Movimento. Neste acampamento existe uma sub-frente de trabalho, denominada de “local”, a qual os acampados se deslocam todos os dias para atividades geralmente realizadas em Charqueadas, relacionadas a construção civil ou jardinagem. Porém, boa parte obedece a normalidade da proposta, onde permanecem toda a temporada de trabalho fora do acampamento, com a obrigação de retornar a cada 15 ou 30 dias, com a permanência no acampamento por pelo menos um dia, o qual devem participar ao máximo das atividades que estiverem acontecendo neste período, sob pena de ter seu tempo de acampamento prejudicado.

As atividades citadas, geralmente são realizadas em Vacaria-RS onde trabalham com o plantio, manejo e colheita de maçãs. Parte do salário dos chamados “FT’s” é repassada⁴⁷ ao acampamento, com o propósito de financiar o sustento coletivo do movimento. A frente envolve parte significativa do acampamento, onde a direção informa uma porcentagem que em média se mantêm entre 50% e 60% dos participantes, envolvendo em grande maioria os acampados vindos da cidade, na justificativa de que estes ou já possuíam alguma experiência de trabalho informal e melhor se adaptariam e este meio, em detrimento da rotina de acampamento ou de que eram estes os sujeitos que necessitavam estabelecer algum vínculo com a produção de alimentos.

Desta forma, pontua-se que as interações entre estas esferas se dão de forma dinâmica e guiada pelas diferentes ocasiões, onde a partir de cada problemática emergente, os setores podem unir-se. Frente a complexidade das relações entre estas instâncias, pode-se sintetizar a conformação organizativa do acampamento a partir da Figura 14.

⁴⁷ Normalmente a taxa repassada é de R\$ 2,00/ dia trabalhado, o que se traduz por arredondamento pelos dirigentes a R\$ 60,00/mês.

Figura 14 – Síntese organizativa do acampamento “Unidos pela Terra”



Fonte: Buzzatti (2017).

Destarte, como apresentado, a *forma em movimento* assume características intrínsecas as condições e demandas do acampamento, as quais tendenciam continuar em adaptação a partir da dinâmica interna do grupo, que atualmente não demonstra sofrer influências diretas em seu aspecto organizativo bruto pela presença majoritária de um perfil urbano, mas visualiza-se que segmentos desta estrutura, registrados no trabalho do setor de Frente de Massas, influem no perfil de sujeitos presentes no acampamento.

2.2 ACAMPAMENTO “DOM TOMÁS BALDUÍNO”

O acampamento, que em seu nome homenageia o bispo que atuou fortemente na CPT e na promoção de direitos para os sem terra, possui algumas diferenças que vão para além do que tange a *forma acampamento* e o que foi denominado por *forma em movimento* se comparado ao acampamento anteriormente descrito. Detêm-se neste ponto o objetivo de ressaltá-las, para não tornar a descrição repetitiva.

A homenagem feita na escolha do nome do acampamento é um dos sinais que elucidam uma destas dissonâncias. Como já pontuado no capítulo I, o Movimento possui uma forte relação com este setor da igreja católica desde sua gênese, o que se explica pelos objetivos da CPT, que se voltam na convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria nos processos coletivos, de formação e de divulgação relacionados às conquistas dos direitos a terra, de produção sustentável, no combate as injustiças dos povos da terra e das águas, “buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade na luta pela terra e na terra: no rumo da terra sem males” (CPT, 2010).

O núcleo de famílias, que na divisão inicial dos acampamentos pertence a este em questão, era expressivamente menor, onde algumas, descritas nas entrevistas como “pioneiras”, possuíam uma forte identidade com a atuação da CPT, o que no decorrer do tempo se traduziu na vinculação destas, às estruturas organizativas de maior peso decisório no acampamento. Na percepção dos acampados, estes fatores refletem primordialmente nas estratégias de ação do acampamento, estando corriqueiramente vinculadas a uma narrativa comparativa.

[...] O pessoal do asfalto é da CPT, são mais pacifistas, se dependesse deles a gente não faria ocupação de terras nos latifúndios. Açam que o INCRA vai resolver tudo. Nós aqui não queremos esse comodismo, temos que fazer barulho. Sem pressão a gente não consegue nada. Nós somos diferentes deles, desde a ocupação aqui. Então a gente que puxa a frente sempre. (SILVANA, 52 anos).

Este ponto auxilia na compreensão das motivações envolvidas na divisão do grupo que compunha a última ocupação no Horto Florestal Carola, ou seja, no surgimento do acampamento “Dom Tomás Balduino”, que por deliberação coletiva com o acampamento “Unidos pela Terra”, fica a cargo de receber todo e qualquer novo acampado, em função de um número reduzido de famílias que o compõe, atingindo em última contagem⁴⁸ cerca de 40 “cadastros”, contrastados com cerca de 180 registros do acampamento anterior.

Uma vez consolidado este grupo, no ano de 2016, inicia-se a montagem do acampamento, localizado próximo ao trevo do município de Charqueadas, entre a

⁴⁸ De acordo com as direções dos acampamentos, a quantificação precisa dos membros seria uma informação impossível, uma vez que a rotatividade de acampados ainda é grande, onde se relata a chegada e a saída de pessoas, toda a semana. Estes números são correspondentes à uma média de acampados ativos percebida pelo setor da secretaria dos acampamentos.

RS 401 e a BR 290 (Figura 15), distante cerca de 6 km, do acampamento anteriormente descrito.

A partir da imagem acima, é possível perceber um cumprimento organizacional mais nítido quanto à *forma acampamento*. As numerosas bandeiras dispostas na entrada, juntamente com uma faixa de identificação, a visibilidade do acampamento pela escolha do local assim como a unanimidade das estruturas em lona, compunham as características intrínsecas a um acampamento do MST.

O acesso ao acampamento possui uma espécie de pórtico, onde são realizadas as vigílias de segurança, organizadas de forma semelhante ao acampamento anterior. Os problemas relatados em função das fugas do sistema prisional de Charqueadas também foram incisivamente relatados neste acampamento, onde a incidência destes sujeitos é “corriqueira”. Porém os acampados não veem esse fato como uma situação de risco, pois normalmente estes vêm ao acampamento com o propósito de pedir algum auxílio como água ou comida.

Figura 15 – Entrada do acampamento Dom Tomás Balduino, as margens da RS 401



Fonte: Buzzatti (2017).

A organização espacial do acampamento, também obedece a forma tradicional, onde os barracos estão dispostos frente a frente, separados por uma “grande rua”. Na região central (Figura 16), localiza-se a “aérea de lazer”, por ali

estar situada a “bodega”, e sediar o ponto de encontro onde os acampados realizam suas reuniões, as chamadas presenciais que controlam o tempo de acampamento, bem como é destinada à atividades como rodas de chimarrão, e jogos de futebol.

Figura 16 – Área coletiva destinada às atividades primordiais do acampamento



Fonte: Buzzatti (2017).

Diferente do acampamento anterior, as “moradias provisórias” são uniformemente construídas com lona preta e varas de Eucalipto (Figuras 17 e 18), dispostas uma ao lado da outra de forma muito próxima, como idealizado pelo Movimento, a fim de incentivar a vivência de experiências comunitárias entre os participantes do acampamento.

Esta disposição espacial se traduz em um aprender diário de valores almejados nos perfis destes, como solidariedade, cooperação e trabalho, que de acordo com Bogo (1999, pg. 94) se expressam na proposta política geral do MST, mas são desenvolvidos de acordo com a especificidade de cada local “procurando melhorar o nível de organização das pessoas na elevação da consciência moral e ética”. Caldart (2000) ao encontro da proposta, indica que esta experiência educativa vivenciada nos acampamentos permitiria aos sem terra a passagem, do que se poderia chamar de uma “ética do indivíduo”, para uma “ética comunitária”, que posteriormente poderá se desdobrar em uma “ética coletiva”, através de uma

necessidade inicial e não pela imposição, situada no cotidiano de um acampamento, forjado na proximidade de um barraco do outro.

Em comparação, este acampamento expressa uma população urbana ainda mais frequente, porém é perceptível que se adéquam a *forma acampamento* principalmente por dois fatores, sendo a partir da interpretação de que esta forma é uma condicionante imposta para alcançarem seus objetivos, uma vez que existe uma exigência mais rígida quanto a organização espacial neste acampamento, bem como por chegarem a um local com uma organização já estabelecida, e conformada desta maneira, onde de antemão se sentem intimidados a solicitar alguma mudança estrutural, assim relatam.

Na verdade quando a gente chega aqui, não tem muita escolha, porque a gente vem de fora. Não dá pra chegar aqui querendo mandar, ou mudar as coisas. Não é um acampamento de pescaria. Aqui a gente tem umas metas que são sérias e quando a gente chega em um lugar novo, primeiro a gente observa, conhece as pessoas e tenta ser amigo de todos, primeiro tenta aprender, pra depois ver se pode ensinar ou dar opinião. Aqui tem norma, e se não for assim, não funciona, porque todo mundo quer a mesma coisa, então a gente suporta essas coisas, vai entendendo e no fim a gente vê o quanto a gente muda para melhor. Eu queria fazer o meu barraco do meu jeito, mais ali assim onde pega mais sombra de tarde, mas daí eu vi tudo arrumado assim, fui conversar com a coordenação e eles indicaram fazer como os outros, porque a gente só aprende com os outros convivendo né? Falaram que ia ser bom pra mim, e eu não tinha nada para perder mesmo, queria aprender, ser amigo de todos, criar amizade mesmo. Ai eu entendi já no começo que a gente é um grupo, é uma família, e a gente está aqui pra se ajudar, passando as dificuldades e as alegrias juntos, porque também não é só tristeza. Depois que a gente vira uma família vamos se sentindo mais de casa. A gente quer a mesma coisa, então não custa nada, né? (Leonardo, 25 anos).

Uma vez que a rotatividade de acampados também é recorrente, muitos acabam ocupando os barracos abandonados por outras famílias, já dispostos de acordo com a configuração ideal do Movimento, o que torna a aderência a deste modelo, conveniente.

Figura 17 – Barracos mais antigos do acampamento, em processo de reforma, dispostos uma ao lado do outro



Fonte: Buzzatti (2017).

Figura 18 - Barracos construídos recentemente



Fonte: Buzzatti (2017).

Em uma das extremidades da rua, localiza-se a única estrutura diferenciada do acampamento, uma casa circular construída de barro (Figura 19), compondo um projeto idealizado pela direção do acampamento, onde se propõe incentivar o

aprendizado da técnica de bioconstrução⁴⁹, traduzida em uma prática agroecológica e sustentável pelos acampados. De forma geral, a narrativa da idealização de um futuro “lote agroecológico” é presente na maioria das conversas realizadas a campo, principalmente pelos sujeitos de origem urbana, uma vez que ainda não estão familiarizados com as técnicas agrícolas convencionais, por outro lado nota-se também o quanto isso faz parte, não só de um ideal subjetivo, mas da concepção que abarca o projeto do MST como um todo, que, de acordo com Gonçalves (2008, p.225) e Barcelos (2010), é materializado na sua proposta de reforma agrária, explicitada a partir do IV Congresso Nacional do MST, quando assume a agroecológica como meta e a partir disso se faz reverberar nas práticas educativas também nos acampamentos, para além do setor de produção, como explica o jovem acampado.

Nós queremos a terra pra produzir alimento, para agente e para os outros. No mercado você só encontra comida que foi produzida com veneno ou aquelas adulteradas. Aqui a gente está aprendendo o porquê temos que produzir sem essas coisas. O movimento ensina muito a gente. Eu sempre digo que poderia ser mais, porque tem muita gente com vontade de aprender aqui. Para a maioria tudo é diferente, então a gente tem, tipo um encantamento com as coisas sabe? A maioria aqui conhece alguém que teve intoxicação na lavoura, ou que teve câncer. Antigamente não tinha esse tipo de coisa. Então a gente trabalha com a nossa horta sem veneno no setor da produção, tem a casa de bioconstrução, que é da agroecologia também, e tem a composteira ali atrás, que a gente joga o nosso lixo orgânico para fazer adubo para a horta. Eu não conhecia nada disso, mas estou ensaiando aqui, pra quando o meu lote sair. Tudo é um aprendizado novo para mim, e essas ideias são muito boas. Aí, quem sabe vamos fazer a nossa casa, ou alguma peça assim, como a casa de barro na nossa propriedade e produzir nossa comida sem os venenos também, porque além de fazer mal para a saúde é muito caro comprar todos esses produtos que o pessoal tem costume de usar. O pessoal mais velho, que tem experiência com a agricultura comenta bastante essas coisas com a gente. Eu quero ter tudo natural (Leonardo, 25 anos).

⁴⁹ São construções ecologicamente corretas, onde a preocupação com o meio ambiente está presente desde a sua concepção até a sua ocupação. Tem como prioridade a utilização de materiais reciclados ou de baixo impacto ambiental, onde resíduos se tornam insumos a partir do máximo aproveitamento das capacidades do entorno, com o mínimo de impacto ao ambiente. Preocupações na concepção desses projetos são, por exemplo, a coleta de águas pluviais, o uso de fontes de energia renováveis e não-poluentes, o máximo aproveitamento da iluminação natural e espaços que garantam o tratamento de resíduos (BRASIL, 2008).

Figura 19 – Estrutura de bioconstrução, feita pelos mutirões de trabalho no acampamento



Fonte: Buzzatti (2017).

Estruturalmente, os banheiros também se diferenciam do acampamento anterior, onde são compartilhados de forma coletiva nas casas, na antiga escola e nas barracas de melhor estrutura, o que por vezes gera uma relação conflitiva entre os acampados quanto as diferentes noções de público e privado, porém este é um dos pontos que compunham a ideia de solidariedade e cooperativismo, em um espaço onde a organização espacial dos barracos não favorece este ideal, como citado anteriormente. No acampamento Dom Tomás Balduino, existe apenas um banheiro (Figura 20), com aparência semelhante as antigas “patentes” que eram corriqueiras na parte exterior das cassas rurais, porém este é construído com lona e próximo ao armazenamento de água, o que facilita o cumprimento das tarefas estruturais, uma vez que todos os acampados são responsáveis pela manutenção da limpeza e organização de todo o espaço e em especial do banheiro. Em comparação ao outro acampamento, percebe-se a nítida atribuição do uso e responsabilidade deste espaço como público.

Figura 20 – Banheiro construído de lona, onde as reformas são corriqueiras devido ao frequente uso pelos acampados



Fonte: Buzzatti (2017).

Desta forma, o local estudado mostra-se com características típicas de um acampamento do MST, onde se mantêm em destaque os elementos de identificação do Movimento e de diálogo simbólico com os que circulam em sua volta. Neste, onde o número de acampados de origem urbana é significativamente superior, percebe-se uma maior rigidez quanto ao cumprimento das regras e normas estabelecidas por parte dirigentes e representantes dos núcleos, justificados pelo fator de alta rotatividade de acampados no local, onde em suas perspectivas se faz necessário um maior incentivo e aprendizado através do exemplo, à ética de um perfil de acampado idealizado pelo Movimento.

2.2.1 Estrutura organizativa do acampamento Dom Tomás Balduino

Neste acampamento se observa um nítido exemplo da dinâmica *forma em movimento*, conceituada anteriormente, em um processo de acúmulo e adequação *in loco*. Uma vez que este acampamento possui determinadas referências organizativas à sua origem, acaba reproduzindo-a fielmente a priori, para assim perceber como reestruturá-la a partir de *sua* realidade e demandas concretas. Neste

sentido, no período observado, o acampamento encontrava-se estruturado de maneira muito semelhante ao anteriormente descrito, em um corpo composto pela forma tradicional (Frente de Massas, Frentes de Trabalho, Direção, Coordenação, Núcleos Base e Setores), porém verifica-se que os Setores em questão se repetem, em um contexto diferenciado.

[...] Tem alguns setores que não tem atuação, eles são necessários, mas ainda não tem o porquê. São os mesmos lá de cima, mas aqui não tem tanta criança, e as que estão aqui ainda não vão para a escola. A gente tá organizando isso ainda. Aqui a rotatividade é alta. As pessoas ficam atuando pouco tempo nos Setores, e já muda, as vezes um setor fica só com duas pessoas, aí fica difícil tocar (NEUSA, 68 anos).

Dentro deste contexto, também se relata a priorização de manter em atividade constante o Setor de Produção, pois é o setor que além de cumprir com uma estratégia de “educação agroecológica” e contabilizar “tempo de trabalho agrícola”⁵⁰, ao que costa no controle interno, garante boa parte da alimentação das famílias acampadas, e se torna um meio de expor a sua produção (Figura 21 e 22) a quem transita em frente ao acampamento, bem como para visitantes, ampliando assim a possibilidade de comercialização e divulgação da produção. Vasconcelos, Silva & Costa (2009) demonstram a importância de projetos vinculados a produção agroecológica nos acampamentos, no sentido da garantia de segurança alimentar e autonomia das famílias frente às cestas básicas, quando eram dispostas pelo INCRA. Analisam como este é um ambiente favorável em se cultivar a segurança alimentar e nutricional, pois são lógicas organizativas diferenciadas dos assentamentos, que em maioria já possuem um estrutura mínima de amparo, mas que dependem substancialmente de créditos subsidiados e se conforma em uma lógica produtiva individual, ou de baixa associação. É um meio de demonstrar e desenvolver as capacidades produtivas e uma conscientização socioambiental que tende a se reproduzir nos futuros lotes, também para o público que circunda a área, sendo uma forma prática de dialogar indiretamente com estes, sobre a proposta de reforma agrária e a lógica que sustenta o ideal dos acampamentos.

⁵⁰ Tempo dedicado a atividade agrícola/cadastro, no acampamento. O registro é realizado pelo Setor de Produção.

Figura 21 – Horta coletiva, em processo de sementeira



Fonte: Buzzatti (2017).

Figura 22 – Espaços de cultivo em torno do acampamento com a produção de chás, verduras e legumes



Fonte: Buzzatti (2017).

O setor de Saúde é outra prioridade do grupo, uma vez que muitos acampados se identificam com a temática e se dispunham a participar dos cursos anteriormente citados, que resultam na fabricação de diversos xaropes, tinturas e demais compostos fitoterápicos. Neste acampamento há um barraco exclusivo para

o setor, onde os que necessitam de algum cuidado diferenciado são alocados, bem como onde são preparados e armazenados os chamados “remédios naturais” do acampamento (Figura 23).

Figura 23 – Compostos fitoterápicos produzidos pelos acampados



Fonte: Buzzatti (2017).

Quanto a outras instâncias, pode-se salientar que os setores operam no mesmo sentido em que o acampamento anterior. A frente de trabalho, também envolve parte significativa do acampamento, porém é mais frequente a modalidade de trabalho “local”. O perfil típico de “FT” em ambos os acampamentos corresponde ao homem acampado, com idade entre 18 e 35 anos, e em grande parte, cidadão.

A *frente de massas* trabalha conjuntamente com a frente do acampamento “Unidos pela Terra”, onde, como relatado anteriormente, é priorizada a atuação com as populações periféricas de Porto Alegre.

Fazemos isso, porque, eu queria que você visse o quanto é transformador na vida das pessoas. O *MST não luta só por reforma agrária, a gente busca justiça social, acabar com as desigualdades, e ajudar as pessoas*. Essas pessoas das vilas recomeçam suas vidas aqui, começam a se sentir gente aqui dentro, elas não conseguiam mais sobreviver lá. Eu sou urbana, estou aqui com meus filhos, é a única chance de dar uma vida digna para eles. O *movimento não pode morrer*, a nossa luta não pode acabar, nós temos um objetivo, que lá no horizonte é uma sociedade justa, então nós temos que espalhar nossa semente, chamar os pobres e os excluídos para somar na nossa luta. Isso tem um potencial muito grande de luta e organização, porque a gente, quando vem pra cá, acha que a única coisa que nos

interessa é a busca pela terra, e depois vamos vendo que a transformação de toda a sociedade também é o nosso horizonte (Frente de Massas - Acampamento Dom Tomás Balduino, 52 anos).

A proximidade das frentes de massa deste acampamento com a CPT, também proporciona um maior vínculo com esta, no município de Porto Alegre, onde há uma colaboração da entidade nos trabalhos de “massificação”. As frentes também comentam sobre uma atuação mais branda, mas que obteve resultados, nos municípios próximos de Charqueadas, onde visualizam que os aderentes ao movimento advindos destes locais, em maioria, são ex-funcionários de empresas que operavam fortemente na Microrregião Carbonífera do RS, e vieram e encerrar suas atividades no ano de 2016, levando a uma forte crise de desemprego, principalmente no município de Charqueadas.

2.3 OS ACAMPAMENTOS NA REGIÃO DE CHARQUEADAS-RS E O PERFIL URBANO NA REFORMA AGRÁRIA

A partir das reflexões feitas ao decorrer do capítulo, identificam-se elementos de influência que se estabelecem de forma mútua, entre estrutura e sujeito. Tratando-se da proporção de acampados advindos do meio urbano, verifica-se a intencionalidade do próprio Movimento como um dos componentes promotores quantitativos desta, que via um direcionamento de público na atuação das instâncias de Frente de Massas, encontra uma lógica estratégica de espacialização e territorialização que ganha respaldo na amplitude das pautas do movimento. A realização deste trabalho se fundamenta nos objetivos do setor de frente de massas, que possui registro de atividade na década de 90, momento onde o setor passa a compor a *forma em movimento*. Anteriormente este trabalho de “massificação” era centrado nas CEB’s, enquanto espaço interativo e comunicativo, definidos por Fernandes (1996), como lugares em que os camponeses dialogam criticamente a respeito da realidade em que vivem, conscientizando se da possibilidade de transformá-la através da organização política e espacial.

De acordo com as entrevistas, esta metodologia de massificação revela diversas nuances que se pressupõe, dividem-se em causas gerais e específicas dos acampamentos de Charqueadas. A localização destes, como citado anteriormente, garante uma maior probabilidade da presença de um perfil urbano, porém

identificam-se motivações advindas das noções de justiça social e de manutenção do Movimento, que são mais consonantes com os objetivos deste, a partir do 5º congresso nacional realizado em 2007, tendo como lema: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Alimentar”, que representa a proposta dos novos desafios da luta pela terra, onde a reforma agrária se coloca como alternativa para as “soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil, como a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social” (MST, 2014).

Assim, a partir da análise dos acampamentos estudados, frente ao trabalho dos dirigentes e frentes de massa, visualiza-se que a aderência do sujeito urbano a esta nova condição, é estimulada por estes, pela percepção de que a busca pelo acesso à terra tornar-se-ia um elemento educativo quanto a conscientização de suas próprias realidades sociais, bem como o próprio acesso, uma projeção próspera de vida, que somado a um projeto de reforma agrária, torna o Movimento, um promotor de justiça social, pelos seus objetivos, desde a sua atividade inicial (o acampamento), até a concretização de uma ampla *reforma agrária popular*, como indica a Cartilha do Programa Agrário do MST (2014), conformando assim, de forma estratégica a manutenção populacional dos acampamentos, em consonância com seus objetivos.

Desta maneira, registra-se o vetor de influência interna quanto a presença deste perfil no acampamento, que por consequência tende a conformar dentro de seus limites, as relações organizativas deste. As formas de ocupação e organização espacial, não se assemelham nos dois locais estudados, o que não nos permite afirmar que a forma acampamento é diretamente influenciada pelo perfil urbano, mas que ocorre frente a uma flexibilização coletiva dos princípios e normas, bem como pelo arranjo do local escolhido. O acampamento “Unidos pela Terra” demarca esta exceção, por apresenta uma estrutura previamente construída, onde a possibilidade de alguns acampados se alocarem em casas de alvenaria, somadas a baixa rotatividade do grupo, onde as famílias permanecem em grande parte, as mesmas desde o início, facilita com que tomem uma maior liberdade de escolha, quanto o local de construção de seus barracos. Sendo a partir destas condições, que passam a influírem na espacialização do meio, referenciados nas suas experiências anteriores, buscando experimentarem locais mais isolados, uma vez que raramente ou nunca os vivenciaram.

Quanto as estruturas organizativas, não se evidenciam pesos significativamente influentes, quanto a este perfil. O que pode-se salientar, é que por decorrência de uma alta rotatividade de participantes, no acampamento “Dom Tomás Balduino” enfrenta-se uma maior dificuldade organizacional, uma vez que a manutenção dos setores é desestabilizada pela constante mudança de conjuntura local.

Por fim, encaminha-se a próxima seção, com a percepção de que verificam-se fatores de confluência ao que tange um perfil em maioria urbano nos acampamentos “Unidos pela Terra” e “Dom Tomás Balduino”, que sofrem e estimulam influências entre si, formando e colocando em um continuum a forma acampamento e a forma em movimento em expressas conjunturas, que por consequência tende a conformar as relações estabelecidas nos acampamento partir das diferentes trajetórias e projeções de vida, aprofundadas no capítulo seguinte.

3 TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS SUJEITOS URBANOS ACAMPADOS

Este capítulo apresenta de forma prevalente uma tradução do trabalho de campo realizado nos acampamentos “Unidos pela Terra” e “Dom Tomás Balduino”, tendo como objetivos centrais: Compreender os elementos socioculturais que conformam o *perfil urbano* em questão, envolvendo os significados subjacentes às suas origens territoriais através de suas *trajetórias* de vida, bem como assimilar sinalizações referentes às motivações circundantes a aproximação deste movimento social que se apresenta como seu método migratório; Analisar como este perfil é percebido e percebe o seu novo meio de sociabilidade, frente as conformações relacionais projetadas pela sua organização e pelo *ideal de acampado* que é construído sobre estes; Identificar as significações atribuídas aos espaços, designados como urbano e rural, a partir das perspectivas de vida traçadas por estes agentes sociais e por fim, em diálogo com estes elementos, avaliar como este perfil se relaciona com os critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, para o acesso à terra, a luz do PNRA.

3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DO PERFIL URBANO NA BUSCA DE ACESSO A TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE-RS: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

De acordo com o MST⁵¹, os acampamentos em questão, são referenciados como os mais populosos do estado, dada a proximidade com a capital Porto Alegre, a qual, como pontuado no capítulo anterior, se torna o principal local de atuação das frentes de massa, responsáveis por manter o sustento populacional destes. Assim, com a finalidade de conhecer primeiramente acerca do perfil geral destes acampamentos, realizaram-se entrevistas com ordenação aleatória, para que a partir deste panorama, o recorte do perfil urbano fosse possível.

Dentro deste contexto, buscou-se identificar as lógicas migratórias que compunham este quadro, bem como as motivações envolvidas neste processo, onde verifica-se um perfil diverso e dinâmico, uma vez que verificam-se casos onde

⁵¹ Dados adquiridos em contato com a secretaria estadual do Movimento.

o movimento de *retorno* não encerra as lógicas de mobilidade, tanto de quem possui origem citadina, como de quem parte em primeira estância do rural. Desta forma, cinco conformações migratórias distintas foram possíveis de reconhecimento, sendo aqui denominadas numericamente: *Tipo 1: Rural-Urbano-Rural; Tipo 2: Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural; Tipo 3: Urbano-Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural; Tipo 4: Urbano-Rural-Urbano-Rural e Tipo 5: Urbano-Rural*, onde o último termo, refere-se ao local de destino, o qual estes agentes buscaram através do processo de reforma agrária.

Das lógicas que tomam o rural como espaço de partida, verificam-se dois casos, o Tipo 1 e Tipo 2. O primeiro compreende o emblemático *fenômeno de retorno* referenciado no capítulo 1, onde as motivações de saída do espaço primário se apresentam pelo processo de êxodo rural, o qual as famílias relatam o “abandono” de suas origens por não visualizarem outras saídas de auto-sustento, a não ser “tentar a vida” na cidade, e desta partem novamente, frente não só as dificuldades em conseguir trabalho, mas como frequentemente relatado, por não conseguirem se adaptar ao espaço urbano.

Eu nasci no interior de Constantina - RS. Meu pai e minha mãe eram da roça, mas trabalhavam para outras pessoas, trabalhavam de empregados. Nunca tiveram casa própria, então sempre existiu essa preocupação do aluguel quando eles não eram caseiros no interior. Quando eu tinha dezenove anos, fui morar no Guarujá, em São Paulo. Fui trabalhar na padaria que os meus irmãos abriram lá. [...] Lá, eu trabalhei de babá logo que cheguei, mas logo depois fui para a padaria. Eu morei dezenove anos lá. Me casei, e no meio disso, surgiu a proposta de um emprego para o meu marido no Tocantins, e a gente foi lá passar um período pra ver como era. E nesse tempo que estávamos lá, a nossa casa de São Paulo foi invadida e o meu marido teve que voltar. Eu fiquei sozinha no Tocantins, com minhas duas filhas pequenas para cuidar. Por deus, eu nunca mais na minha vida quero passar por aquilo. A cidade era muito violenta. Eu estava com as gêmeas de colo, com fome e não podia sair de casa. Eu vi eles matarem um motoqueiro lá. Passei uns seis dias em estado de pânico, e sozinha. Depois de tudo isso, eu voltei para São Paulo e me separei do meu marido e voltei para a casa dos meus pais, que estavam morando em Três Palmeiras-RS, na cidade. Eu me traumatizei com a violência, e como meus pais estão vivendo da aposentadoria deles, não me resta outra saída se eu quiser dar um futuro para as minhas filhas, juntei minhas coisas e vim acampar (Elenir, 42 anos)

Eu nasci e me criei no meio das criações lá em Alpestre-RS, tinha de tudo: porco, galinha, vaca... porque os meus pais trabalhavam de empregados para um fazendeiro que plantava soja e depois de uma seca, foram morar na cidade, porque foram todos demitidos. Foi um corte destes drásticos no número de trabalhadores. Os meus pais já estavam com uma certa idade, aí eu fui pra Canoas-RS pra tentar alguma coisa, porque eu era a única esperança de conseguir dinheiro para eles, e lá eu passei por tanta coisa,

mas tanta coisa, que até dentro de um galinheiro eu tive que morar por um tempo, menina. Eu demorei uns seis meses para arrumar o meu galinheiro (risos), mas eu não tinha onde morar, então tenho até que agradecer. Uns amigos da minha tia me ofereceram esse galinheiro que tinha nos fundos da casa deles e eu tive que aceitar, porque estava procurando serviço ainda. Eu comecei a trabalhar de doméstica na terceira semana que me mudei e aí fui levantando uns trocos, mas como eu tinha que mandar para meus pais, não tinha condições de sair de lá. Então fui limpando o galinheiro aos poucos, fui ajeitando ele, mas o cheiro era terrível, porque não saía. Eu me lembro como se fosse hoje o dia que eu comprei um tapete para colocar no meu galinheiro [...] Mas sabe, a gente que é criada no meio dos bichos, não se acostuma na cidade, ainda mais em um lugar como Canoas. Eu conheci meu companheiro lá, que também é criado pra fora, e nem eu e nem ele aguentávamos mais aquele tumulto. A gente não é disso, nós só queremos votar pra onde é o nosso lugar. (Rosa, 50 anos)

Quanto a este perfil migratório faz-se necessário pontuar o comum momento de migração para a cidade, o qual corresponde aos primeiros anos da fase jovem (15 aos 24 anos)⁵², onde o vínculo rural se apresenta em maioria pela ocupação dos pais, os quais comumente não possuíam a posse da terra, e sim prestavam serviços a grandes produtores, que ao acessarem os aparatos tecnológicos, principalmente os de aptidão mecânica, desfizeram-se da mão de obra contratada, o que levou à migração para as cidades em geral, a família como um todo, ou em conformações onde apenas o pai permanecia no local de trabalho, o que incumbiu a estes jovens a tarefa buscar formas de auto-sustento nas cidades. Neste caso são relatadas, tanto as saídas individuais para cidades com maior índice populacional, como a da família em um todo, onde os pais por habitualmente terem o trabalho relacionado aos afazeres agrícolas, apostam na capacidade de adaptação dos filhos aos trabalhos citadinos.

Verificam-se também alguns casos peculiares que se fazem presentes nesta lógica migratória, os quais sugestionam um aprofundamento, em um possível estudo específico destas situações, mas que se traz em relevante registro. O primeiro denota o vínculo rural de uma senhora acampada, através da posse da terra pelos pais da mesma, local onde permaneceu até os 17 anos contribuindo como mão de obra familiar, porém esta perde a possibilidade de permanecer neste espaço, por não possuir o repasse de sua herança.

Eu nasci no interior de Rodeio Bonito - RS, meus pais, posso dizer que para a época eram bem de vida, tinham o que antigamente se chamava de “duas

⁵² Definição a partir dos parâmetros concebidos pelo IBGE

colônias de terra”. Eu estudei nas Brizoletas⁵³, mas sempre ajudando muito em casa e na lavoura, por que nós éramos colonos mesmo. Quando eu tinha 17 anos, o meu pai morreu e aí começou a descambar tudo, por que ficamos eu e minha mãe. Minhas irmãs casaram e saíram de casa e meus dois irmãos ficaram com as terras. Eu não ganhei nada, por que naquela época eles não dividiam com a gente, então fui lecionar para um filho de um colono, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização(MOBRAL), por dois anos. Depois fui para a casa de um irmão que morava em Palmeira das Missões-RS, para cuidar dos filhos dele. Acabei conhecendo o meu marido por lá e nos casamos, nessa época a gente vivia na cidade, mas não tinha emprego e nem terra própria. Com isso, há vinte e seis anos a gente foi para Canoas onde ele conseguiu trabalhar de pedreiro e eu de faxineira, mas não conseguimos nos manter com essa renda lá em Canoas. Tanto ele como eu somos colonos, a gente é acostumado com isso, então o que a gente mais quer é ter nosso pedaço de chão, por isso que a gente está aqui desde o começo e só vamos sair com a nosso lote garantido (Maria, 57 anos).

Este caso explicita os entraves circundantes ao título de domínio e concessão de uso da terra para as mulheres, que passa a ser reconhecido como um direito, apenas na reforma constitucional de 1988. Anteriormente, a posse de terras era vinculada apenas aos homens. Este caso simboliza um resquício da legislação que excluía este direito às mulheres, e que hoje contribui para que estas também se integrassem ao movimento sem terra.

Soma-se a este caso, os agentes que aderiram ao acampamento, a priori por motivações envoltas a sua seguridade ou integridade física. Um destes casos é registrado nesta lógica migratória, e outro na de Tipo 5. São casos onde os indivíduos experienciaram situações conflituosas e passaram sofrer prenúncios alusivos ao risco de suas vidas, aderindo assim ao acampamento por motivos de segurança, uma vez que por regra o acesso a estes espaços é restrito aos acampados, onde de modo geral esta norma só é excedida mediante justificativa e autorização.

As migrações do Tipo 2 (*Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural*), sinalizam um movimento de diversas saídas e entradas a estes espaços, que são marcadas principalmente pela dinamização dos vínculos empregatícios às cidades e a possibilidade de retornar para o rural, pois neste espaço ou ainda se encontram familiares, os quais possuem alguns hectares de terra, onde por vezes são assentados, eventualmente necessitando de mão obra complementar, ou pela precisão de serviços denominados de “caseiro”, que possuem uma demanda vulnerável a situação econômica da família contratante, a qual a renda em geral,

⁵³ Escolas construídas sob o projeto educacional do governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” as quais se estendiam as áreas rurais.

depende de atividades agrícolas. Os casos mais emblemáticos são o de seu Jairo e dona Marli.

Eu nasci em Palmeira das Missões, no meio rural. Meu pai tinha bem pouca terra e com o passar do tempo tiveram que vender por que não estavam mais conseguindo se sustentar. Eles quebraram. E então a gente foi para a cidade quando eu era adolescente. Eu comecei a minha vida profissional trabalhando de carpinteiro. Fui pegando alguns serviços em empresas de construção e acabava indo para onde tinha serviço. Eu dependia disso ali, não tinha muita escolha. Eles me mandaram pra muitos lugares pra fazer obra. Eu conheci o RS, SC, SP, MG, MS, MT, PA e o TO. Mas sempre que dava crise de falta de serviço, ou quando eu era demitido eu ia para a casa do meu irmão trabalhar, ele é assentado também. Eu que me criei pra fora, tinha aquilo como um paraíso, só saía de lá porque não era meu, por que desde pequeno lidei com aquilo. Eu que me criei assim, então a gente tem gosto de cuidar dos bichos e de fazer a colheita, sempre que eu podia eu voltava. Ele me incentivou muito a tentar o meu próprio pedaço de chão, aí eu criei coragem e vim acampar (Jairo, 54 anos).

Nós dois ficamos no meio rural até que a gente pode. Minha mãe e meu pai trabalhavam para fora, ficaram anos em uma granja lá em Cruz Alta - RS, mas deu seca, os patrões foram se afundando em dívida e a gente teve que sair. Fomos pra cidade daí. Eu trabalhei de empregada doméstica por uns dois anos, mas não me adaptava muito, porque é diferente, e a gente tinha que viver de aluguel. Minha mãe e eu que sustentávamos a casa nessa época. O meu pai sempre ficou procurando outra granja pra trabalhar, e a primeira que surgiu eles foram. O parente desse granjeiro disse que me contratava, já que eu queria trabalhar para fora, porque eu tava desocupada na cidade, precisando muito, sabe. Fui pra lá, era um lugar pequeno até, mas eles tinham muito "rolo" judicial, não deu dois anos foram para a cidade também. Eu fiquei mais uma vez desempregada. Não consegui nada na cidade, daí acabei indo morar com os meus pais lá na granja onde eles trabalhavam, conseguia uns trocos fazendo almoço para os peão, mas eles me contrataram por obrigação por conta dos meus pais, ai não durou muito tempo também. Voltei para a cidade e eu me vi sem nada, não tendo como botar comida na mesa, o que me restou foi vir acampar, pra tentar teu o lote, e poder fazer o que eu sei (Marli, 42 anos)

Este perfil migratório, em geral, associa o retorno ao rural, a "volta as suas raízes", porém não é possível definir que este movimento ocorra através de um processo de livre escolha, relacionada apenas uma vontade de estar neste espaço. Este é permeado por constantes processos de demissão, ora no rural, ora no urbano, levando estes agentes a uma dinamização de hábitos profissionais, os quais prevalentemente são exaltados com prioridade aos "trabalhos agrícolas", uma vez que possuem um vínculo significativo com este. Sua gênese está relacionada ao *habitus* destes indivíduos, os quais são incorporados pelos condicionamentos culturais aos quais experienciaram, alegando em um processo avaliativo, maior peso identitário "as suas raízes", que se conformam em uma constante busca a este restabelecimento, hoje sinalizada pela posição social de acampados do MST.

Das lógicas que tomam as cidades como espaço de partida, sinalizam-se as de Tipo 3, Tipo 4 e Tipo 5. As de Tipo 3 (*Urbano-Rural-Urbano-Rural-Urbano-Rural*) e 4 (*Urbano-Rural-Urbano-Rural*) se assemelham com a de Tipo 2 no aspecto de constância entre saídas e entradas à estes espaços. Estas lógicas variam em quantidades de idas e vindas, porém se diferenciam da anterior pela origem do vínculo rural e pela motivação envolta no processo migratório. Os casos registrados possuem algumas similaridades, onde percebe-se o idêntico porte⁵⁴ das cidades de origem, categorizadas como pequenas, bem como o porte das cidades que motivaram o retorno para o meio rural, consideradas cidades grandes. A exemplo explicita-se os casos do senhor Antônio e dona Nêusa.

Eu nasci em São Sepé-RS, na cidade e fui para São Gabriel-RS quando eu tinha uns 10 anos, porque os meus pais foram trabalhar de empregados em uma fazenda [...] Então com quatorze anos eu me rendi para o sistema e fui para Porto Alegre trabalhar de pedreiro e fazer bico, fiquei lá uns cinco anos e fui para El Dourado trabalhar de peão em uma fazenda de arroz, porque eu sabia lidar com aquilo. Eu aprendi de tudo com o meu pai lá em São Gabriel. Fiquei lá por muito tempo, até enjoar (risos), porque foram quase vinte anos trabalhando ali, e depois voltei para Porto Alegre novamente, para ser pedreiro. Mas eu me identifico muito mais com o rural, só não morei a vida inteira no campo porque não tinha minha terra[...] Quando eu era guri ajudava o pai e a mãe a fazer de tudo nas fazendas dos patrões e depois quando eu fui trabalhar de peão nessa fazenda de arroz, eu era um empregado exemplar, tinha visão para a coisas, sempre fui elogiado pelos patrões. Eu não quero mais saber da cidade, Porto Alegre é o inferno na terra, nem quem tem dinheiro vive bem lá. É violência, criminalidade, e tu não sabe quem é mais bandido, se é a polícia ou os bandidos mesmo, porque é a polícia quem está nos matando também. Nós, eu digo os pobres. Eu vi tanta coisa nessa tal de capital, que não tem como não perder o juízo as vezes [...] Tu percebe que eu não sou de tolerar essas coisas, então não dá certo. Eu acampeei há uns cinco anos atrás, por um ano e seis meses, e depois de três meses que eu sai do acampamento a terra foi destinada para a reforma agrária. Isso foi um baque enorme, você imagina? Mas eu não desisto. (Antônio, 45 anos, lógica migratória Tipo 3)

Eu me criei em Jaguarão, na cidade e quando eu tinha dezoito anos eu fui para Porto Alegre tentar a vida, e lá eu sempre trabalhei em mercado. Sempre morei de aluguel também. Eu não aguentei o tranco na cidade, e coisa foi ficando muito pesada para mim. Chegou ao ponto de eu adoecer e ter que sair de lá. É muita violência, eu ficava paranoica como dizem, porque sentia medo o tempo todo, não saia mais de casa, e eu tinha que ir trabalhar. Em cidade grande as pessoas não respeitam as outras, perdem o senso de humano. Foi quando eu entrei em depressão e fui morar um tempo com o meu irmão que era assentado e que também estava com

⁵⁴ Segundo o IBGE, são consideradas cidades de pequeno porte as que possuem até 100 mil habitantes. As cidades de médio porte, caracterizam-se por uma taxa habitacional que vai de 100 mil a 500 mil pessoas. Já as cidades consideradas grandes, compreendem os locais que possuem mais de 500 mil habitantes.

problemas de saúde, lá em Santa Rita. Foi ai que eu tive contato com os cultivos agrícolas e com os animais. Aquilo foi uma terapia para mim, eu não queria mais sair de lá, mas como a vida não é de graça, depois que ele melhorou, eu fui morar em Santa Rosa, numa vila da cidade, e segui trabalhando em um mercado pequeno lá. Como era bem afastado eu podia ter as minhas criações no pátio mesmo, era tão bom. Mas daí me denunciaram, porque é proibido né. Depois de eu ter visto como é morar no rural, eu vi que eu sou para aquilo ali, e pensei “Por que, eu também não tento uma terra como o meu irmão fez?” (Nêusa, 68 anos, lógica migratória Tipo 4)

Em via de regra, estes agentes migram para o rural pelas dificuldades de adaptação aos problemas típicos das cidades grandes, que dada sua complexidade serão abordados mais a fundo em breve. É perceptível a repulsa a experiências de violência as quais sentiam-se próximos, o que coloca para além das motivações econômicas e sociais, as emocionais. Neste perfil, também denota-se que o vínculo com os afazeres típicos do meio rural surgem mais tardiamente, persistindo em seu *habitus*, uma vez que é registrada uma *identidade* com o rural.

O perfil migratório do Tipo 5 (Urbano-Rural), é o qual este estudo se delimita em compreender. Desta forma, diante da proposta de análise das *trajetórias sociais* engendradas por estes agentes, faz-se necessário emergir a este contexto que compõe em sua essência a construção social de seu *habitus* frente a um campo, o qual dialoga-se com elementos que nem sempre se fazem visíveis e conscientes. Neste sentido, parte-se do entendimento que analisar a história de vida dos entrevistados, a partir de suas trajetórias, tende a permitir que se aceite uma narrativa que apreenda sentidos subjetivos enquanto uma verdade subjetiva sólida, sendo esta uma representação formal de si. Contudo, como salienta Bourdieu (1996), quando as pessoas contam suas histórias elas tendem a organizá-la segundo relações inteligíveis a partir do sentido que atribuem à sua existência.

Neste sentido, segue-se a proposta de compreensão sugerida pelo autor, onde considera-se trajetória como algo descontínuo, como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele o próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (p.189). Desta forma, encaminha-se a análise com uma centralidade não apenas nos agentes que a protagonizam, mas no espaço que com estes interagem, dinamizando os sentidos e valores das posições nele ocupadas, traduzidos a partir das narrativas as quais os agentes reelaboram e constroem trajetórias e representações de suas vidas e de suas posições socioculturais.

3.1.1 “Os urbanos”: A diversidade em origens singulares

Projetando em análise as trajetórias sociais destes agentes, verifica-se em primeira instância a sua alta proporção neste meio. A média de registros, explicitados durante as entrevistas de uma forma geral, variam de uma percepção coletiva de 70% a 80%. As figuras diretivas também afirmam uma maior sinalização deste perfil em outros acampamentos no estado, em especial no que hoje se localiza na cidade de Passo Fundo- RS. Frente ao exposto, verifica-se também uma diversidade de características presentes neste perfil, traduzidas em primeira instância quanto ao sexo, etnia, estado civil, faixa etária e escolaridade. São homens e mulheres, solteiros, casados, separados, pais e mães de diversas etnias, que se dividem em idades de 21 a 45 anos, onde alguns possuem curso técnico e outros que tão pouco puderam acessar a escola. Frente a esta multiplicidade de características, tenta-se em um primeiro momento encontrar pontos em semelhança perante suas trajetórias, que também são diversas. Desta forma, se faz notória a conformidade entre a origem territorial destes, que em sua totalidade possuem seus vínculos familiares e de espaço habitacional em zonas periféricas, localizadas em um todo na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Embora seus pontos de partida enquanto posições sociais encontrem esta similaridade, paralelamente salientam-se as diferentes conjunturas em que estes indivíduos traçam suas trajetórias migratórias. Sob este aspecto, a partir das narrativas em registro que não se lançam de forma cronológica e contínua e tão pouco assim devem ser consideradas, como alenta o autor que guia a proposta metodológica deste capítulo, faz-se necessário atrelar a este escopo avaliativo as motivações envolvidas neste processo, bem como a escolha do método migratório e as significações atribuídas a estes espaços denominados de “urbano” e “rural”, uma vez que são fatores que se entrelaçam fortemente nesta rede de compreensões e conformam por hora, os objetivos guias de análise.

3.1.1.1 *Trabalhadores informais*

As diferentes condições que ocupam estas trajetórias, registram em sua historicidade, alguns vínculos. Parte dos entrevistados, dentre estes incluem-se todas as mulheres deste perfil migratório, possuíam relações com o espaço urbano,

para além de sua condição de estabelecimento prévio, através de *trabalhos informais*, em maioria conquistados já no início da fase jovem, como os de diarista, auxiliar de construção civil, doceira, sapateiro e de tele entrega. Em um dos casos registra-se também a manutenção de uma “lancheria caseira” por parte de uma família inteira, composta por 7 indivíduos.

Estes agentes, embora com uma fonte de renda conquistada em períodos que alegam “terem saído” da casa de seus pais, seja pela própria procura de trabalho, ou por novas conformações familiares que se estabeleceram em maioria via casamento, alegam que estes trabalhos não retornavam uma renda suficiente para seu sustento e tão pouco para manutenção de suas famílias, obrigando-os a residirem em locais também “informais”, como ocupações urbanas, o que os colocava em situações de constante insegurança. Estes indivíduos de maneira geral, registram o alto custo de vida nestas cidades em comparação a sua renda.

Eu sai da casa da minha mãe com 16 anos, porque fui morar junto com o meu ex-marido. Nós dois sempre fomos pobres. Eu trabalhei a vida toda como doméstica, igual a minha mãe, mas o dinheiro sempre foi o nosso problema. Ele trabalhava de pedreiro, o que não dá muito retorno, porque nem sempre tinha serviço. E eu com mais duas bocas para alimentar. A gente vivia brigando por isso[...]Eu não aguentava mais morar em um cubículo que não era nosso, que a qualquer momento poderiam nos despejar. Foi até que eu quis me separar. Só que daí eu vi que eu não ia ter futuro nenhum lá. Não sou dessas pessoas que ia conseguir estudar, porque já tenho essas duas filhas pra criar. Minha preocupação hoje é ter comida na mesa pra elas. Eu sou sozinha no mundo. Aqui é a chance de poder viver de uma forma digna. Foram situações miseráveis. Eu já tive que mandar as minhas filhas para a casa da minha mãe, porque aqui não tinha mais comida[...] Eu já conhecia o Movimento, tenho vários amigos que eram dos acampamentos [...]Na cidade é muita violência, tumulto, os filhos ficam com o caminho do crime esperando só eles terem idade pra entrar. No rural tu cria eles mais tranquilo, ensinando com as coisas da natureza. Ensina a plantar, a cuidar do solo e a não roubar. Deus me livre de ser mãe de criminoso [...] Eu quero ter uma produção de hortaliças, tudo agroecológico, porque a gente quer qualidade de vida (Luciana, 28 anos).

Eu nasci em Guaíba, numa vila bem pobre de lá [...] desde nova comecei a trabalhar com faxina, ganhava por dia. Quando eu tinha 18 anos, fui trabalhar de babá na casa de uma família, fiquei anos lá. Tinha apego com as crianças e tudo [...] Depois que a esposa do meu patrão morreu, a gente resolveu se namorar [...] Ele perdeu o pouco que tinha, mas se mantinha com o dinheirinho da sapataria. Eu também me virava fazendo doces para vender nas casas, só que não conseguíamos nos sustentar só com isso. A cada ano a situação piorava, e nós já estávamos com contas em todos os lugares.[...] Ficamos morando de favor na casa de uma prima minha e depois a gente voltou para a ocupação lá em Guaíba. O marido da minha prima estava acampando na época[...] Eu me identifico tanto com o urbano, como com o rural. Na verdade eu passei a me identificar mais como rural depois que eu vim para cá, porque a gente vai se envolvendo com o setor de produção, ajeita uma coisa aqui, outra ali, cria uns bichinhos aqui nos

fundos. Eu já imagino meu lote, cheio de flores, com uma horta enorme e com muito porco. Na nossa terra não vai entrar veneno[...]. Penso muito em cultivar flores para vender também, porque eu tenho amor por isso. (Teresa, 40 anos)

A gente veio pra cá, principalmente pela criação dos filhos e pela falta de segurança. Na cidade é só stress. A criminalidade esta na porta da nossa casa todos os dias. Nós tínhamos uma lancheria, a gente convivia com isso direto. Em qualquer lugar mais afastado da polícia, tu vai encontrar um ponto de droga. Nem as escolas se livram desse tipo de coisa. Na cidade, a gente é um escravo do sistema. No rural, você é dono do seu tempo, tem as suas coisas, pode escolher como você vai se alimentar, tem ar puro. Lá toda a família pegava junto no trabalho com a lancheria. Os meus guris sabem fazer um “x” que você não queira saber. O meu marido vendia gás e água. Éramos todos juntos. E por mais que a gente fizesse o impossível, mal dava para comer e pagar o aluguel. A gente funcionava 24h, porque tínhamos tele entrega também. Você imagina? 24h para não conseguir acumular nada? Para não deixar absolutamente nada para os filhos? Eu conheci o movimento pela pastoral, eles foram lá na associação do bairro para pesar as crianças, e eu me identifico muito com essa coisa de ajudar os outros. Conheci as meninas, e como a gente tem uns conhecidos que são assentados, resolvemos vir. Vendemos nossas coisas para poder ficar aqui até sair a terra e estamos ai, na luta, que também é luta pela sobrevivência[...] Eu imagino nossa produção de vento em polpa, a gente quer fazer tudo sem veneno, e trabalhar com porco ou leite, como a COOPAN faz sabe? Eu tenho aquilo como referência (Helena, 45 anos)

Eu fui tentar a vida na capital cedo. Era pedreiro, mas sempre visitei com frequência os meus pais. Depois que eu entrei aqui, comecei a fazer frente no setor de produção, aprendi a plantar melancia muito bem, e tomei gosto pela coisa. Eu comecei a plantar melancia para um cara aqui perto. A gente divide a produção. Inclusive eu me sustento aqui no acampamento vendendo uma parte dessas melancias ali no trevo. Só que como todo mundo tem preconceito dos sem terra, é difícil algum carro parar pra comprar. Eles vão parando o carro, mas quando enxergam a bandeira do movimento e os barracos de lona preta, aceleram de novo. Eu peguei gosto pela plantação por conta das melancias. Eu tenho esse objetivo na vida. Na cidade eu não tenho como realizar ele. Eu quero ter a minha terra, eu mesmo me governar. Porto Alegre é para louco, ninguém mais respeita a vida na capital, eu estava ficando doente lá. Por que é cheio de gente, mas tu se sente muito sozinho. Aqui a gente é uma família, e no assentamento também vai ser [...] Eu tenho uns conhecidos que são assentados, então perdi o preconceito e vim. (Magnos, 29 anos).

A partir destas narrativas é possível perceber que as motivações envolvidas no processo migratório estão fortemente relacionadas com as características atribuídas ao rural e o urbano. Referem ao espaço de origem, valores como “violento”, “estressante” “tumultuado”, local onde há “criminalidade” e “drogas”, ao passo que ao rural, atribuem as qualidades de lugar “tranquilo”, onde “se possa proteger os filhos dos *perigos* da cidade”, lugar que proporciona segurança alimentar para a família e onde pode-se ser “dono do próprio tempo”. O fator de “acúmulo” de bens para os filhos também foi referenciado com um estímulo. Entre este perfil, verifica-se que a aderência ao Movimento foi incentivada por amigos e familiares,

bem como pelo trabalho das frentes de massa. Quanto a uma projeção do futuro lote, verifica-se uma narrativa que valoriza fortemente a produção livre de agrotóxicos ou agroecológica, onde também é referenciada a produção cooperativada.

3.1.1.2 O estudante

Outro vínculo estabelecido, embora represente apenas um caso, é o de *estudante*. Em uma situação particular, no mesmo período em que este sujeito completava seus estudos, sua família foi contemplada com um lote de terra através do PNRA. Ao tempo em que sua família se fazia presente nos acampamentos do Movimento, este permanecia na cidade, aos cuidados de familiares. Devido ao vínculo de sua família com o MST, este passou a frequentar o curso técnico em agropecuária do Instituto Educar, em Pontão – RS, o qual tem como objetivo proporcionar formação aos filhos de assentados e integrantes do Movimento. Hoje permanece no acampamento, pois possui prioridade no acesso à terra uma vez que seus pais já encontram-se assentados, como previsto nos critérios de seleção. Este indivíduo possui dois filhos e após encerrar seus estudos, ingressou ao acampamento.

Eu nasci e me criei na cidade, mas eu era criança quando o pai e a mãe foram acampar. Acho que é por isso que eu to aqui. Na cidade é muita violência, não tem como. No rural tu se manda, não tem patrão, faz as coisas conforme tem vontade, não é escravo do tempo da cidade. Tu planta, quando, quanto e o que tu quer. Na cidade não existe isso, é só barulho de carro, da fumaça da indústria. Aqui eu tenho ar puro. É a partir daqui que onde eu vou começar a minha vida e dar um futuro para os meus filhos. E é o único jeito de eu conseguir fazer isso. Na cidade eu só ia ter dinheiro pra conseguir comprar comida pra mim. [...] Como eu fiz o técnico pela escola do Movimento, consegui ter uma base boa, tenho tudo arquitetado como vai ser meu lote. Vou ter uma horta em forma de mandala com muitas plantas, temperos, chás, uns porcos, umas vacas para leite, já que eu to com dois filhos pequenos e mais um por nascer. Quero tentar fazer um lote agroecológico, com umas frutíferas nos fundos, um galpãozinho, e ter uns girassóis também, mas esse é porque eu acho muito bonito mesmo. (Lucas, 21 anos).

Este perfil também ressalta qualidades ao rural, entre elas a tranquilidade e a possibilidade de ser autônomo. Vê neste espaço a “possibilidade de começar a sua vida”, uma vez que possui filhos, e se preocupa com a segurança alimentar da sua recém constituída família. A cidade é percebida por este como um lugar violento,

tumultuado e poluído. Seu vínculo com o Movimento se estabelece por relações familiares, uma vez que os pais são assentados. Este perfil detalha com maior precisão sua intencionalidade produtiva no futuro lote, onde frisa a o desejo de implantar uma propriedade agroecológica.

3.1.1.3 *Indivíduos em situação de rua*

Os indivíduos em *situação de rua*, também compõe esta lógica migratória. Ambos relatam terem passado por abandono familiar no início de sua fase jovem, dadas as nulas condições financeiras de amparo por parte de seus cuidadores. Um destes indivíduos possui origem metropolitana e outro buscou este ambiente após a situação de abandono. Estes agentes relatam as situações limites pelas quais passaram, onde suportaram fome, frio, e tiveram sua saúde tanto física como mental abaladas inúmeras vezes. Também registram o quanto a lógica de vida é destoante, em primeira instância, entre o acampamento e a rua, onde afirmam que na rua possuem mais liberdade, porém não há perspectivas de sair daquela condição. Um dos sujeitos permanece no acampamento há três anos, e o outro há seis meses.

Eu estava jogado na cidade. A vida ficou sem sentido pra mim, por muito tempo. Eu sou mais caseiro, por mais que eu tenha me criado na rua. Eu estava perdido, não tinha casa, trabalho, mas sempre tive vontade. Pergunte para as pessoas daqui do acampamento se eu não gosto de trabalhar. Eu faço a guarda noturna, construo o barraco dos outros, cuido da produção. Eu e o meu cachorro. Ele é meu companheiro já faz quatro anos. Eu sai do outro acampamento porque eles implicaram com ele e sem ele eu não fico, porque é a única coisa que eu tenho. É o meu amigo. Mas eu faço o meu trabalho, e é na prática. Pode perguntar. [...] Eu vim por causa do meu tio que é de Porto Alegre, eu ia ver ele nas passeatas. Eu gostava de ver as marchas do movimento cruzando as avenidas. As vezes até ia junto porque o que eles diziam era verdadeiro. É muita injustiça com as pessoas. Eu já vivi tanta coisa ruim que eu posso dizer que isso aqui é melhor coisa que me aconteceu. Eu passei fome, muito frio e também me batiam na rua. Tem que estar esperto, porque ninguém gosta de nós, na primeira oportunidade eles vão te machucar, com um pedaço de pau ou alguma coisa. Aqui eu não posso reclamar de nada. Eu acho que a melhor coisa que deve ter no rural é a natureza, as amizades. No rural todo mundo é amigo e eles se ajudam. É tipo aqui. Na cidade um pisa no outro, não tem lugar para todo mundo. Eu quero ter uma casa, plantar uns eucaliptos e cuidar de uns terneiros (GUILHERME, 45 anos)

Não tem como viver lá e pensar em ter um futuro decente. Eu quero ser gente. Lá eu passava fome, vi minha vida se degradando. Eu precisava mudar. Eu participei das lutas do MTD uma época, eles falavam pra gente do MST. Ai o movimento foi lá um dia, reuniu o bairro e falaram que estavam precisando de gente e eu pensei no meu futuro e vim. Isso aqui mudou a minha vida. Ontem mesmo eu trouxe mais um amigo meu que

estava na pior lá em Porto Alegre. Na cidade é aquela multidão e você se sente sozinho mesmo assim, sem esperança na vida. É uma tristeza todos os dias. A cidade te faz acreditar que os problemas que você tem são só seus. Você é abandonado. Aqui eu me sinto no meio de uma grande família. Não dá para reclamar porque isso aqui é o paraíso para quem já viveu perambulando por aí. Ah, eu acho que as pessoas gostam de mim, eu sou novo, não sei muita coisa, mas estou tentando aprender. Estou no setor de produção e é muito legal ver os frutos do teu trabalho. Mas já vi, as vezes os mais velhos tratam quem vem da rua como um vagabundo, não respeitam, não deixam falar, querem mandar em tudo. É como se quem vem da rua não fosse gente ainda. A vida na cidade é muito diferente. Tem que olhar o caráter das pessoas. Depende muito do que as pessoas passaram lá na cidade. Porto Alegre é muita loucura. As pessoas vêm perdidas para cá, mas vão se endireitando graças ao jeito que isso aqui funciona. Eu não imagino ainda como vai ser meu lote, porque só quero começar a fazer isso quando eu tiver certeza que vai sair. Mas eu to aprendendo várias coisas aqui no acampamento. Tem a horta, a casinha de barro que a gente fez, eu quero botar isso em prática (Leonardo, 25 anos).

Este perfil atribui ao urbano os significados que entram em consonância com as situações experienciadas por estes, como por exemplo a falta de moradia, fome, frio, violência, falta de trabalho, interpretam-no como um lugar de “solidão” e “egoísmo”. Houve a necessidade de uma diferenciação entre aos atributos inferidos entre o rural e o acampamento, pois seguidamente referiam-se ao acampamento, quando questionados sobre o rural, uma vez que percebem este espaço como o “lugar onde começaram a ser gente”. Ao rural atribuem características, onde dizem *imaginar* ser um lugar onde as pessoas são mais amigas e solidárias. Estes agentes foram incentivados a aderir ao acampamento por dois fatores salientes, o trabalho conjunto entre MST e MTD e um vínculo familiar com algum assentado.

3.1.1.4 *Indivíduos em conflito com a lei*

Outro perfil que compreende características em comum dentre esta lógica migratória, é o de indivíduos os quais já passaram por confronto com a lei. Em semelhança, partilham de uma posição social subalterna, principalmente em seu período de infância e início da idade jovem. Estes sujeitos em geral acompanharam a expansão das zonas periferias, onde relatam o quanto o meio se tornava cada vez mais propício para que o “ganha pão” de casa, se desse através do comércio ilegal, uma vez que seus familiares encontravam-se desempregados. São agentes que modificaram sua estrutura e posição social através das influências interativas entre o meio qual incidiam, uma vez que estavam condicionados à esta interação.

Quando eu era criança a gente foi morar em uma área invadida, era bem na periferia. Isso aí é do tempo em que não era proibido ter as criações no quintal de casa. Lá nos fundos nós tínhamos galinha, um chiqueiro com porco, para poder ter bóia para toda aquela gente. Mas daí proibiram e a gente teve que parar. Era tudo criação caseira mesmo e eu adorava tratar dos bicho[...] Com uns doze anos, quando o meu padrasto perdeu o emprego, eu comecei a catar latinha e vender. Fui me virando do jeito que dava, e isso aí me tornou um guri muito medonho, e foi no mesmo tempo que essa ocupação que a gente morava começou a crescer. Aquilo virou um território de disputa de muita coisa, de ponto de drogas, de facção criminosa [...] Com dezessete anos eu estava de carteira assinada já, por que eu fazia bico de pedreiro e ao mesmo tempo me envolvia com a venda de droga. E nesse meio eu fiz de tudo. Teve épocas que eu só usava e teve épocas que eu vendia e usava, porque tu tinha que ter junto contigo pra poder vender. Eu me envolvi com muita coisa nessa vida, até cadeia eu conheci [...] Desses caminhos tortos e errados eu tenho diploma. Mas graças a deus e ao movimento eu pude recomeçar a minha vida. [...] Teve uma época que eu fui para Taquara, porque fui internado em uma espécie de fazenda para dependente químico. Fiquei lá uns quatro meses. A gente fazia de tudo. Foi muito bom, porque eles trabalham com coisa que funciona. A primeira coisa que eles fazem é fazer você entender que ser dependente químico é uma doença, depois, que você está doente, ou seja, fazem você se aceitar como um doente que precisa de ajuda, e eu estava lá para ser ajudado. Deus me ajudou muito gurria, foi ele quem me tirou das minhas crises. Lá a gente plantava, lidava com os bichos, por que tinha porco, ovelha, galinha. Nós fazíamos cercas, e cuidávamos do jardim, íamos para a igreja. Era um ambiente muito bom de viver. Eu até me batizei lá. Aí depois que eu saí de lá, um amigo meu foi morar em Santana do Livramento e me convidou para ir junto com ele. Morei uns seis meses na cidade e fiquei trabalhando de operador de máquina e com obra. Aí no meio disso eu conheci o guarda da obra que eu trabalhava, fui ficando muito amigo dele, contava os meus problemas, e tudo que eu já tinha passado. Acho que ele foi um enviado de deus. E por um acaso ele era acampado lá em Santana do Livramento, era um dos caras da frente de trabalho local. Ele me incentivou muito a ir acampar também. Então eu fui, acampeei. No início eu queria que você visse, eu tinha uma cara feia, fechada. Aí o pessoal do movimento me pediu pra apresentar a “ficha corrida”, que mostra que tu não é presidiário. E deu tudo certo. Nem eu sabia que eu já estava com a ficha limpa. Aí me colocaram pra trabalhar pesado. Eu era muito cabeça dura, não respeitava a opinião dos outros. Mas fui fazendo os cursos do movimento e os cursos de militante e posso te dizer que isso mudou a minha vida. Eu comecei a fazer parte da comissão de saúde e eu fazia um ótimo trabalho nessa comissão, limpei as caixas d’água, porque era tudo muito precário sabe. Então eu vim para Viamão para fazer o curso de militante, que é onde a gente aprende as regras e as linhas do movimento, e foi ali que eu aprendi a ser mais tolerante com as pessoas. No meio do curso a gente veio para esse acampamento que ainda estava ali na beira da faixa, pra ensinar um pouco do que a gente tinha aprendido para o pessoal daqui. Então eu encerrei o curso e vim para este acampamento aqui, que é mais perto do meu filho. Eu tenho um vínculo rural por causa da fazenda de internação e por conta dos bichos que a gente criava nos fundos do nosso barraco lá na vila[...]Na cidade, você está em um mato sem cachorro. Eu peguei a última moeda de cinco centavos que eu tinha no bolso e apostei em mudar a minha vida, e hoje estou aqui, um novo homem. A minha autoestima mudou e vai mudar mais ainda quando eu tiver o meu lote, porque na cidade eles não dão trabalho pra ti [...] Eu vivi uma realidade de periferia né, para os ricos deve ser bem diferente, mas lá era tudo amontoado, um barraco em cima do outro e por isso tu acabava ouvindo tudo o que os vizinhos faziam, tudo mesmo. É muita violência, porque ou você mata, ou você morre. Mas pelo menos tem escola e posto de saúde

mais perto né. Já no rural, as coisas são tuas, tu é o teu patrão, que era o que eu buscava quando vendia droga, eu buscava autonomia, só que fiz a escolha errada. No rural se você sabe fazer as coisas, não precisa comprar nada, é tudo teu e na segurança também é você que manda (Diogo, 30 anos).

Eu morava na vila lá em Porto Alegre e fazia parte dela de verdade, em tudo que tu pode imaginar, lidava diariamente com todos os problemas que uma vila de periferia tem. Eu sei como é, e quem mora lá não tem muita escolha. Ou vai, ou vai. Acabei começando a vender uns ilícitos para poder tirar uma grana e acabei em cana. E a gente sabia onde os nossos filhos iriam parar se a gente continuasse por lá. A cidade representa uma loucura, aqui a gente consegue dar um jeito pra não ficar louco, temos os nossos companheiros que podemos conversar com respeito, por aqui existem regras que você tem que respeitar, senão você é mandado embora. Onde a gente morava, lá em Porto Alegre, todo mundo era inimigo e aquilo deixava a gente louco. Eu militava no MTS [...] Eu militei por uns quinze anos naquele movimento, por que eu estava mais pela rua e queria um teto mesmo, e o movimento me acolheu, mas daí eu comecei a ver que os problemas do lugar onde eu morava não iriam mudar só com o fato de eu ganhar minha casa. Ai um dia a gente conversou sobre isso em casa, que era uma furada seguir nesse destino, por que a vida dos nossos filhos não ia melhorar em nada e nem a nossa. Nesse meio tempo, um amigo meu me chamou pra acampar junto com ele, hoje ele é um desistente, acabou largando tudo, mas a nossa família segue aqui, por que a gente ta pensando no futuro dos pequenos. Lá eles iam tomar o mesmo destino que nós, não tem o que fazer e eu não vou deixar isso acontecer. A gente precisa deixar algo pra eles começarem a vida. A cidade é um inferno. A gente não sabe como vai ser no campo, mas eu acho que não é nada comparado com aquilo. O campo deve ser muito mais tranquilo. A gente se sente muito melhor sabendo que vai poder plantar uma horta, criar uns bichos e garantir a comida dos filhos sem precisar partir para outras coisas. Lá a gente não vai ficar sendo julgado por um erro que já pagou e podendo trabalhar de cabeça erguida. Todo mundo que está nessa situação devia ter acesso a isso.

Estes indivíduos, preocuparam-se em delimitar as condições sociais que foram influentes sobre sua conduta, uma vez que se auto intitularam “ex detentos” no início da entrevista. Esta preocupação possui raízes fortes nos estigmas criados quanto a posição social que ocuparam e o meio em que se inserem hoje. A categorização deste perfil, não se apresenta com fins em salientar os princípios morais e éticos destes agentes, e sim para situar suas posições sociais uma vez que compõe de forma incisiva suas trajetórias.

Estes agentes adotam ao urbano características típicas das quais incidiram de forma decisória em sua vida, fazendo a leitura de que este espaço é “perigoso”, “violento”, “tumultuado”, “pobre” e “inseguro”. O rural, se apresenta como uma fuga a estes problemas, sinalizando um espaço seguro para a criação dos filhos e livre do estigma social imputado as suas trajetórias. Vinculam-no como um espaço de trabalho e lazer.

3.2 ACESSO A TERRA: OS ENTRAVES CIRCUNDANTES AO ACAMPADO URBANO

Em termos de reforma agrária, o Brasil historicamente concebeu a pauta com medidas e intervenções apenas pontuais ao que tange os avanços e o desenrolar dos planos de ações governamentais. Fatores determinantes à concretização legislativa sob a questão agrária como a Lei de Terras, o Estatuto da Terra, a inclusão dos Artigos 184 e 186 na Constituição de 1988, bem como o I e o II Plano Nacional de Reforma Agrária, não foram capazes através de seu poder legislativo de modificar em forma ampla ou satisfatória às demandas sociais que circundam o universo agrário. Os entraves políticos e econômicos, como explícitos nos capítulo 1, trouxeram a tona uma dinâmica de movimentação popular frente ao quadro social, onde majoritariamente se destaca a ação do MST como um agitador e promotor destas ações pontuais até hoje realizadas, uma vez que são reconhecidas pelo Estado, e ao longo dos anos conflui, embora em descompassos, à criação de novos assentamentos pelo território Brasileiro.

Em último registro, datado de junho de 2017, o INCRA informa um panorama de 974.505 famílias assentadas, em 9.357 projetos de assentamentos no Brasil. Estes números refletem as ações, embora pontuais, dos diversos projetos incidentes a questão. Atualmente, as ações realizadas pelo INCRA quanto ao ordenamento fundiário ainda se desenvolvem a luz do II Plano Nacional de Reforma Agrária, criado em 2003 com suas prospectivas metas até o ano de 2006.

Frente a estagnação observada no âmbito legislativo e político à Reforma Agrária, o órgão responsável segue atuando sob os aspectos engendrados no plano supracitado. Ao que tange o cumprimento das diretrizes dispostas no Plano, quanto ao processo mais específico de acesso à terra, central na pesquisa, se adentra aos critérios estabelecidos às famílias demandantes por terra, pelo INCRA, uma vez que são estes instrumentos que não só estabelecem um ranqueamento de prioridade entre os sujeitos sem terra, como dinamizam elementos seletivos que delimitam um perfil destoante de uma parcela significativa que hoje circunda o universo requerente da política.

3.2.1 O descompasso quanto aos critérios estabelecidos na seleção de famílias candidatas ao PNRA

A proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborada por solicitação do MDA, construída em interação com a estrutura do MDA/INCRA e em comunicação com os movimentos sociais. Contendo objetivos, diretrizes, metas e recursos necessários a um programa amplo de reestruturação agrária. A Proposta também aponta alterações necessárias nas normas e legislação, como a agilização e desburocratização das formas de obtenção de terras e revisão dos índices de definição de improdutividade de áreas passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, se colocando como o maior plano de reforma agrária da história do Brasil, uma vez que suas metas buscavam atingir até o final de 2006, um número de 400 mil novas famílias assentadas, bem como proporcionar acesso via crédito fundiário a 130 mil e aplicar a regularização fundiária de outras 500 mil. Resultando em um montante de mais de 1 milhão de famílias beneficiadas.

De forma comparativa ao I Plano Nacional de Reforma Agrária, identificam-se inúmeros avanços ao que tange a amplitude de abrangência do público atendido. A forma dialógica com que o plano foi estruturado reflete no direcionamento das políticas, voltadas para cada seguimento populacional incluso no perfil rural.

O II PNRA é tradutor de uma visão ampliada de reforma agrária, que reconhece a diversidade de segmentos sociais no meio rural, prevê ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infraestrutura (II PNRA, 2003)

Na apreciação de Ferreira (2004, p. 22) tanto a Proposta como o II PNRA aprovado em 2003, partem da mesma constatação, baseada na afirmação da existência de uma estrutura fundiária concentrada e geradora da exploração da força de trabalho e de desigualdades sociais, políticas e econômicas no campo. Reconhecem que a Reforma Agrária é uma necessidade urgente e é portadora de um potencial transformador da sociedade brasileira, pois, é capaz de gerar emprego, renda, segurança alimentar e desenvolvimento com justiça social.

É inovador, por articular um enfoque territorial sustentável ao encontro das demandas e especificidades das comunidades tradicionais brasileiras, estrategiando

o desenvolvimento potencial destas, a partir de suas potencialidades locais. Esta é uma sinalização importante, quando analisa-se o direcionamento da política. É inegável o caráter inédito desta, em um contexto urgente não só pela gravidade da questão agrária expressa pelos números de conflitos agrários, e por uma ampla demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação de desigualdades e a exclusão social de parte significativa da população rural.

A urgência do plano se mostra através dos dados da CPT no ano de criação da política, onde ocorreram 391 ocupações envolvendo 65 mil famílias. Além de ocupações, a CPT registrou 285 acampamentos, envolvendo cerca de 60 mil famílias, ou 240 mil pessoas. Isso representou um aumento de cerca de 110% no número de ocupações, se considerarmos as 184 ocupações realizadas no ano de 2002. O anúncio da política, bem como a discussão desta com o MST, direta e indiretamente, acabou movimentando a pauta novamente, mobilizando um contingente que já se inclinava a aderência ao Movimento demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Acampamentos e ocupações de terra no Brasil entre 2001 e 2003

Ano	Acampamentos	Ocupações	Famílias acampadas	Famílias em ocupações
2001	64	184	10.311	26.120
2002	65	194	10.750	26.985
2003	285	391	59.082	65.552

Fonte: CPT (2003).

Porém ainda não se percebe uma incorporação das realidades descritas nos capítulos anteriores no que diz respeito a uma compreensão das dinâmicas migratórias, que são causa direta do modelo agrário ao qual o plano objetiva estruturalmente modificar. São relações causais que necessitam ser aprofundadas tanto na elaboração de uma política desta magnitude, quanto na execução desta, que imputa no poder do órgão executor, mais tarde tratado, quanto aos critérios estabelecidos na admissão de famílias que compunham trajetórias urbanas. Isto se pauta, uma vez que é argumentado, que o direcionamento quanto ao público a ser envolvido por esta, advêm de um estudo dos que são demandantes.

Embora, o período compreendido na formulação do plano, já sinalizava, de maneira mais tímida, a emergência de um perfil urbano com necessidades de amparo pela política social aqui destacada, sabe-se do descompasso formulativo desta com a recente realidade.

O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento (II PNRA, 2003).

Porém quando o plano delimita e restringe sua aplicabilidade as populações que possuem obrigatoriamente um vínculo rural, compreensivo, talvez enquanto medida que busca contemplar um patamar produtivo, pautado na historicidade de seu público, que já colocou em prova culturalmente sua capacidade e aptidão as expectativas do cumprimento de uma função que ainda percebe o rural, vinculado estritamente a ideia de loco agrícola, acaba paralelamente colocando em uma esfera frágil o seu dever de cumprimento, ao que tange uma política também de ordem social, como destacam os objetivos supracitados. A delimitação dos perfis, se da por compreender um público que:

Inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas (II PNRA, 2003).

A não menção do público urbano, não torna a política de caráter restritivo, o que a faz é a sinalização e a delimitação de público estritamente rurais, em consonância com a valorização das populações tradicionais rurais, ou que de forma direta estão vinculadas a atividades agrícolas.

Pela sua importância e abrangência a Reforma Agrária é assumida como Programa de Governo, exigindo para a consecução de seus objetivos uma forte integração interinstitucional dos diversos ministérios e órgãos federais, a garantia dos recursos orçamentários e financeiros, a combinação das políticas de segurança alimentar e nutricional, de combate à pobreza rural, de consolidação da agricultura familiar, acrescidas daquelas voltadas para compor uma rede de proteção social e

de acesso a direitos, entre as quais, política de habitação, educação, saúde, cultura, infraestrutura (estradas, energia, pontes, água, saneamento, comunicação) e segurança pública.

Neste sentido, atribui-se ao INCRA, a responsabilidade de não só receber os cadastros das famílias candidatas ao programa, que podem ser realizados em qualquer unidade institucional, mas de periodicamente (anual) comparecer nos acampamentos e ocupações com fins em registrar a demanda que se evidencia. Os documentos requisitados a esta etapa são: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho (CTPS); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Certidão de Casamento Civil (ou certidão de união estável); Atestado de óbito do cônjuge, se viúvo.

A partir do cadastro supracitado, a instituição verifica todos os dados declarados, através do banco de dados da Receita Federal, Polícia Civil, INSS Junta Comercial, Secretarias de Política Pública, Prefeituras, entre outros órgãos, com fins a correlacionar estes com os fatores proibitivos do acesso a política que incluem: Funcionário público federal, estadual ou municipal; Candidato com renda familiar proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais; Agricultor que for dono, sócio ou cotista de empresa ou indústria; Qualquer pessoa que já foi assentada anteriormente; Proprietário de imóvel rural superior a 01 módulo rural do município; Portador de doença física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola – afora os casos em que um laudo médico garante que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola; Estrangeiro não naturalizado; Aposentado por invalidez – com exceção este item não se aplica a cônjuge ou parceiro e Condenado pela Justiça (por sentença final definitiva transitado em julgado) com pena pendente de cumprimento ou não prescrita (INCRA, 2017).

Após a etapa acima, as famílias selecionadas passam por um processo de classificação, com a finalidade de priorizar o acesso à terra, em caso de compra de imóvel por parte do INCRA, aos cadastros com melhor pontuação. Estes critérios estão estabelecidos na Norma de Execução do INCRA nº 45/2005, através dos pareceres técnicos e administrativos, fundamentados nos seguintes atos: I - Código Civil Brasileiro; II - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra); III - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966; e IV - Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

A norma em questão contempla as categorias de agricultor e agricultora sem terra; Posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; Agricultor e agricultora cuja propriedade não ultrapasse a um módulo rural do município, onde, sob a necessidade de priorização, o INCRA emitirá relação de classificação com os parâmetros descritos na seguinte sistemática de classificação: 1- Tamanho da família 2- Força de trabalho da família 3- Idade do candidato 4- *Tempo de atividade agrícola* 5- Moradia no imóvel 6- Moradia no município 7- Tempo de residência no imóvel 8- Renda anual da família, onde o item referenciado ao tempo de atividade agrícola, possui maior peso decisório.

Frente a esta conjuntura, através de entrevista, o INCRA vincula a medida como uma garantia da capacidade produtiva da política, onde a comprovação deve ser realizada mediante a apresentação da Nota Fiscal de Produtor Rural, onde registra-se as movimentações comerciais produtivas da propriedade rural. Dentro deste contexto, verifica-se a incompatibilidade do critério, frente a um contingente característico de sem terras, onde tornar-se-iam em uma maioria substancial automaticamente selecionados como público não prioritário. Dado o quadro, uma vez que insere-se a esta demanda um novo perfil que por suas características não possuem vínculo rural, nem por posse ou por trabalho, constata-se mais um agravante imputado a este perfil.

Os acampados não possuem certeza sobre este critério, mas buscam registrar suas atividades agrícolas desenvolvidas no acampamento como medida de prevenção. Sobre este ponto o INCRA afirma não reconhecer a medida, nos seguintes termos

Não há como vincular uma comprovação de atividade agrícola ao Movimento que se coloca como o requerente do processo, somos nós, instituição, que dentro de nossa normativa, baseada em capacitações técnicas que temos o dever de atribuir uma validação formal deste critério (Setor de obtenção de terras/INCRA –04/2017)

Os acampados, neste sentido, também comentaram em todas as conversas feitas sobre os critérios, sobre um teste de aptidão agrícola, o qual seria realizado com as famílias, como forma de seleção.

Tem uma prova, e se não acertar mais da metade, eles não te concedem o lote, boa parte dos meus conhecidos já fez. Eles pedem coisas como a lua certa para colher algum cultivo, quantas ramas de mandioca vai em um hectare, se determinada cultura é plantada por muda ou por semente, essas coisas. E o pior é que se você me perguntar essas coisas eu não sei de cabeça (Luciana, 28 anos).

Quanto ao este elemento, o INCRA explicita a importância de verificar se a família selecionada possui algum conhecimento sobre os cultivos, uma vez que se espera o seu sucesso produtivo. “A política de reforma agrária é uma política cara, temos que ser criteriosos quanto a isso. Esperamos o sucesso de todas as famílias, que com crédito, subsídios consigam estabelecer um saldo produtivo positivo”.

Sobre o reconhecimento da emergência deste perfil urbano o órgão afirma não possuir nenhuma ferramenta que constate o perfil das pessoas que buscam o acesso a terra, mas que possui uma avaliação empírica do quadro.

Em 2015, quando saímos pela última vez para realizar os cadastramentos nos acampamentos, foi possível identificar a presença de muitos urbanos, mas não temos nenhuma política voltada a este perfil. Trabalhamos ao máximo para que a política de reforma agrária seja efetiva, então buscamos selecionar as pessoas que atenderão estas expectativas (INCRA- 04/2017).

Neste sentido, faz-se importante o registro da postura afirmativa quanto a um “perfil urbano, mas que possui *forte aptidão* para trabalhar com a terra”, nas entrevistas com as figuras diretas dos acampamentos, quando questionadas sobre este quadro. É possível que neste ponto, tentem transparecer uma imagem positivada do movimento, pois historicamente se pautam através de lemas vinculados a terra como meio de trabalho.

Sigaud (2000), faz alusão a uma possível semelhança, onde aponta que na medida em que órgãos estatais, em alguma medida influenciados pelos movimentos sociais camponeses, em uma relação que pode se identificar de interdependência, atuam incentivando a criação de um segmento de agricultores “familiares” e estereotipam-no através de seus manuais, documentos, eis e nas ações dos órgãos públicos a seu serviço. A autora vincula esta postura a um olhar economicista, que espera prioritariamente que os assentamentos de reforma agrária produzam bens para a inserção no circuito mercantil.

3.3 AMARRANDO ALGUNS PONTOS

Neste capítulo foi possível visualizar a diversidade de lógicas migratórias nos acampamentos em questão, porém salientam-se em maior proporção a as de Tipo 1: Rural-Urbano-Rural e Tipo 5: Urbano-Rural. Delimitando-se ao perfil urbano, verifica-se também, o quanto este não é uma categoria homogênea e que possui

diversas singularidades, tanto ao que tange as motivações envolvidas no seu processo migratório, bem como as suas percepções de espaço urbano e rural, onde estas são construídas nitidamente pelos processos de experimentação destes locais. Suas lógicas produtivas, em primeira instância se apresentam de forma variada, onde visualizam-se expressões de prospecção cooperativada, individual, agroecológica, e convencional. Porém verifica-se a atribuição deste espaço a bens intangíveis, frente as suas trajetórias, que comumente se colocam em um patamar de subalternidade. Muitos casos assinalam a possibilidade de “começar” ou “recomeçar” a sua vida a partir deste espaço, que imputa a ação de uma política que desde sua institucionalização, atua de forma pontual e como exposto por Sigaud, voltadas fielmente para as potencialidades produtivas, onde não raro, interpreta-se este espaço apenas como agrícola. Atualmente a política agrária mostra-se não atenta ao seu perfil demandante, que não se mostra novo quanto as suas sinalizações à este meio de acesso, mas que mostra a novidade de sua progressiva proporção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de concluir, ou de afirmar alguma tendência absoluta quanto a temática aqui abordada, este trabalho se conforma com o objetivo de estimular a reflexão sobre os aspectos migratórios, que apresentam-se em realidade, com características substancialmente complexas. Desta forma, a partir dos diversos pontos que permeiam a pesquisa elaborada e os objetivos traçados em análise, verifica-se que o perfil urbano que em hipótese se configurava com emergência inédita no cenário demandante por terra via política agrária, assume em registros, sinalizações de sua emergência ao meio, desde a década de 90. Este quadro se demonstra, acima de tudo, dependente da diversidade conjuntural social, econômica e geográfica. Dado que se evidenciam em maior frequência suas repercussões atreladas a variáveis como o aumento taxa de desemprego, em regiões onde o processo de urbanização foi mais intenso e também abrupto, destacando-se as regiões metropolitanas, e em especial no eixo sudeste brasileiro.

A gradual expressividade deste perfil, também alicerçou a manutenção da pauta por reforma agrária ao longo dos anos, o que foi moldando as concepções e estratégias de ação do principal movimento social demandante por reforma agrária. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao longo de sua territorialização, explicada por Fernandes (2000), foi dinamizando as suas relações tanto com o Estado, como com o público geral, também pelo perfil participante de suas ações. A pesquisa denota três períodos que se distinguem não por rompimentos, mas por sinalizações mais expressivas ao que tange a imersão do perfil urbano no MST.

Em um primeiro momento, caracterizado pelas primeiras ocupações, bem como pelo processo formulativo do Movimento e das suas concepções de reforma agrária, este abarcava um perfil que em quase sua totalidade compreendia sujeitos que pretendiam *permanecer* na terra, ou seja, que possuíam um vínculo histórico de vida com o espaço rural, seja pela posse da terra, ou pelas relações de trabalho a ela atribuídas. Eram posseiros, meeiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que não aderiram aos meios migratórios para os centros urbanos, quadro que se apresentava como uma via quase unilateral a esta conjuntura e requeriam a possibilidade de permanecer no campo.

Aprofundando-se, a posteriori, ao período identificado em meados do início da década de 90, sem ainda uma limitação de “encerramento”, uma vez que ainda

absorve fortes influências do processo de urbanização, identifica-se o surgimento do *fenômeno migratório de retorno*, protagonizado por sujeitos que buscam retornar a este meio, ou seja, de sujeitos que passaram pelo processo de êxodo rural, e adotaram a migração aos centros urbanos ou por estratégia de reprodução social ou por expropriação, como uma alternativa à sua condição limite no campo. Não adaptados à realidade urbana, que em geral apresentava índices baixos de qualidade de vida aos trabalhadores, reorganizam suas perspectivas, e se movimentam novamente ao rural. Este momento transparece uma mudança significativa nas concepções de reforma agrária pelo MST, adotando assim uma postura mais dialógica com o urbano, a partir não só da possibilidade estratégica “massificadora” que esta guinada representava, mas pela nova percepção das transformações inerentes das relações entre estes espaços, que traduz-se na compreensão de uma reforma agrária mais enfaticamente caracterizada como política social.

O período recente, como assim pode-se identificar quanto as tendências migratórias, é sinalizado a partir do final da década de 90 e que ano a ano caracteriza-se com mais expressividade, é demarcado pelo surgimento de sujeitos que *pela primeira vez* passam pelo processo migratório compreendendo o meio urbano e rural, esmiuçados em movimentos de saída de regiões periféricas citadinas, em direção a espaços de organização popular por políticas de reforma agrária. São sujeitos que não possuem, a priori, um vínculo rural, ou que o possuem através de vivências não proporcionadas pela posse da terra ou por relações de trabalho. Este perfil, em maioria compõe um segmento específico e não homogêneo, entendido às regiões periféricas, onde se experienciam situações limites impelidas nas dinâmicas sociais cotidianas, como moradia, alimentação, saúde, segurança, educação e bem estar.

Desta forma é possível então, identificar uma mudança de perfil tanto migratório, quanto dos sujeitos que buscam o acesso à terra através do MST, e embora a impossibilidade de afirmar a exatidão do início deste fenômeno, este inaugura sua presença no Movimento mais perceptivelmente, na região sudeste do país, com os casos mais emblemáticos do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio Grande do sul registram maior assiduidade a partir dos anos 1998/1999, mais fortemente na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Neste sentido, as altas taxas de densidade populacional, somadas aos índices expressivos de desocupação e de diferenciação econômica das regiões metropolitanas que em geral passaram por um maior grau de industrialização, juntamente com um baixo comprometimento estatal de políticas com cunho social, conformam elementos que se fazem comuns frente ao surgimento deste perfil urbano na reforma agrária. Este complexo quadro imputa as populações marginalizadas, condições que se traduzem como limitantes ao que tange o aspecto de bem estar social, reverberando assim, em uma motivação às organizações populares, também urbanas, a exemplo do MTD e MTST, que passam a atuar conjuntamente e a partir do MST, tornando-se assim, como a CPT, uma aliada influente quanto a presença deste perfil nos acampamentos e assentamentos, uma vez que suas pautas compreendidas na “reforma urbana e na justiça para o povo sem terra”, se relacionam como um todo na centralidade das políticas distributivas e da *reforma agrária popular*.

Este último perfil citado, compôs a análise central da pesquisa, que na modalidade de estudo de caso, realizado em dois acampamentos do MST, no município de Charqueadas-RS, revelou-se não inédito, porém com proporções surpreendentes. O que não o desvia das configurações mencionadas quanto a localização propicia, porém revela-se influenciado por fatores inerentes também as práticas estratégicas do Movimento, mais especificamente ao trabalho realizado pelo setor de frente de massas, que direciona sua atividade de massificação ao público periférico-urbano. O contrabalanço e justificativa ao exposto, se dá pela situação de vulnerabilidade destas populações que vai ao encontro com a posposta de reforma agrária pautada pelo MST.

Este perfil que se revela diverso em sua singularidade, expõe diversos problemas atribuídos ao meio anteriormente experimentado, revelando as condicionantes que motivaram seu processo migratório. Estas se apresentam fortemente vinculadas a situações típicas dos grandes centros urbanos, e que se salientam, frente as experiências vividas em um contato íntimo com muitas problemáticas sociais. Este processo ao que se denota, constrói um ideário positivado ao futuro, projetando ao rural, significações contrastantes e antagônicas ao urbano, visualizando na condição de assentado, a única alternativa de ascensão e manutenção familiar. Porém, este perfil, que mesmo em maioria, no espaço estudado, revela situações de estigma, inerentes a sua condição de origem, que se

manifestam principalmente através das diferenças culturais expostas *in loco*, relacionadas a uma prospecção de tipo ideal ao acampado, ou de demandante de terra, remetidas ao perfil que compunha hegemonicamente o Movimento nos dois primeiros períodos citados anteriormente. Porém, este estigma ultrapassa o ambiente de convívio cotidiano no acampamento, uma vez que se manifesta institucionalmente nos critérios seletivos das famílias propensas ao acesso da terra.

A luz do Programa Nacional de Reforma Agrária, que ancora suas diretrizes no II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003, verifica-se uma exclusão do público urbano no direcionamento da política, o que encontra bases justificatórias, na não emergência deste público característico de bases urbanas no período de elaboração do plano, porém este é também um indicativo que revela a necessidade de reestruturação da política agrária, com uma atenção a esta nova dinâmica migratória, bem como com as lógicas organizativas deste novo perfil que gradativamente vem surgindo e demandando o seu acesso.

Inteirado ao PNRA, o órgão executor que estabelece os critérios para selecionar prioritariamente as famílias que sinalizam uma possível contemplação dos projetos de assentamento, se apoia em critérios de maior peso relacionados aos sujeitos que possuem *aptidão agrícola*. Entre eles, verifica-se a comprovação de atividade agrícola, via “bloco de produtor”, bem como um teste oral para validar o entendimento sobre o meio rural e técnicas de cultivo, do requerente. A exigência de comprovação de atividade agrícola à um sem terra, para que mediante esta, possa acessá-la, contraria a natureza de sua lógica social, e atualmente não corresponde com uma parcela significativa de dos demandantes, onde os perfis que buscam ingressar ao rural não a possuem.

Desta forma, a reflexão que tangencia estes pontos, não se volta para uma sinalização ou destaque de um perfil que “intuitivamente” pode ser compreendido como “inapto” ou “destoante” do meio em que busca se inserir, e sim para sua persistência em locais onde constantemente se colocam como aprendizes e resistentes aos estigmas imputados sobre estes. Tendo em vista este quadro que corresponde a uma linha, da grande “teia” de migrações, destaca-se a substancial correlação intrínseca entre o urbano e rural, que frente as lógicas migratórias se apresentam cada vez mais dependentes entre si, o que demanda um *pensar público* coerente com estas próximas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Campinas (SP), v. v. 29, n.1.1999.
- ALONSO, J. A. F. **Evolução das desigualdades inter regionais da renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre. FEE, 1996.
- AGGIO, A; BARBOSA, A. S; COELHO, H. M. F. **Política e Sociedade no Brasil (1930 – 1964)**. Annablume. São Paulo, 2002.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BECKER, O. M. S. **O movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) como expressão da contra-mobilidade espacial da população**. UNESP, São Paulo, 1997.
- BOGO, A. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente: Curso de Bioconstrução. Brasília, 2008.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. A “juventude” é só uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século – Edições, 2003. p. 151-162.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6° Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BUZETTO, M. **Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo**. Lutas sociais, São Paulo, nº6, 1999.
- CAMPOS, J. A; SILVA, A. F. A relação campo-cidade e a luta pelo território no Brasil: Uma análise complementar dos movimentos sociais MST e MTST. XXIII Encontro Nacional de Geógrafos: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luiz, 2016.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T; SANTOS, R; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTELLS, A. N. G. **A criatividade dos sem terra na construção do habitat: Um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

COLETTI, C. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2005.

CORONEL, D. A; ILHA, A. S; LEONARDI, A. Os movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a Reforma Agrária: do MASTER ao MST. *Perspectivas contemporâneas, Campo Mourão*, v. 4, n.2, 2009.

CPT. **Romaria da Terra**, 2017. Disponível em <<http://cptdors.blogspot.com.br/2017/01/40-anos-de-romarias-da-terra-no-rs.htm>>

CUNHA, José Marcos Pinto. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo. 2005.

D'ARAÚJO, M. C. **Estado, classe trabalhadora e políticas sociais**. Em: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEZEMONE, M. **Impactos da era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória**. *Perseu – História, Memória e Política*, São Paulo, v.1, n.1, p.177-205, 2007.

_____. **Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.220-240. 2008.

_____. **O tempo de Vargas e as lutas sociais no campo brasileiro**. *Revista Convergência Crítica*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2014.

EYERMAN, R. La praxis cultural de los movimientos sociales. In: GÜELL, P. I. & TEJERINA, B. (Org.) **Colección Estructuras y Procesos**. Serie Ciências Sociales. Madri: Trotta, 1998.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 1995a.

_____. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1995b.

FERNANDES, B. M. MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. Tese de doutorado não publicada. Programa de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

GRAHAM, D. H; HOLANDA, F. S. B. **As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil**. In: MOURA, H. (org.). Migração Interna: Textos Selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 1980.

GOODE W. J; HATT P.K. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GOLDFARB, Y. **Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária**. Agrária. 5ª Ed. São Paulo: Agrárias, 2006.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: As comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de mestrado do Curso de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOLGHER, André Braz; MARQUES, Denise Helena França. A migração urbano/urbano, rural/urbano, urbano/rural e rural/rural no Brasil: a busca de padrões e de diferenças – implicações para a pobreza rural. In: XV encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2006. Anais... Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

GOULART, D. C. Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo. In: Simpósio Trabalhadores e a Produção Social. Actsdusymposiumorganisé par Le Centro de MemoriaOperária e Popular (CEMOP), à Sumarè, São Paulo, Du. 2011.

IBGE. Classificação e Caracterização dos Espaços Urbanos do Brasil - Uma primeira aproximação. Rio de Janeiro, 2017.

INCRA. Relatório de assentamentos do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <www.incra.gov.br>

_____. Relação das famílias acampadas em situação de insegurança alimentar, 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/file/7639>>

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora. Unesp Digital, 2014.

MANCUSO, M. I. R. **O Fenômeno da Permanência no Sistema Social Rural**. Dissertação de mestrado; ESALQ/USP: Piracicaba; 1975

MARTINS, J. S. Migrações temporárias, problema para quem? In: MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003a

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio. In: MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003b. p.119-137, 139-150.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia. In: Lua Nova: Questão Agrária, Hoje & Democracia e Sistema Global nº 23. São Paulo, 1991.

_____. A evolução espacial da população brasileira. In: AFONSO & SILVA (orgs.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento. Federalismo no Brasil*. São Paulo, FUND/UNESP, 1995.

MATOS, R.; BRAGA, F. Rede Urbana e redistribuição espacial da população brasileira. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP. 2002.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais do Campo**. Fase. Rio de Janeiro. 1989.

MELLO, P. F; NETTO, C. G. A. M. O assentamento urbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 43, São Paulo, 2005.

MENEZES, R. J. B. Esboço de uma antropologia da música: para além de uma antropologia sem música e de uma musicologia sem homem. In **Anuário Antropológico**. Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UnB. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Nossos símbolos**, 2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>>.

MST. **Novas Formas de Assentamentos**: a experiência da Comuna da Terra. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15 - Brasília: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2004b.

_____. *Nossa história*, 2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/05-14>>

_____. **O que levar em conta para a organização do assentamento** – a discussão no acampamento. Caderno de cooperação agrícola n.º 10. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA, 2001

NETO, João Augusto de Andrade. **Cooperação e organização em assentamentos rurais**: a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”. Tese de doutorado pelo Programa de Pós- Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

NETO, G. F. A questão agrária ecológica: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOVICKI, Victor de Araújo. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (orgs), Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

_____. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). Dissertação de mestrado do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, 1992.

OLIVEIRA. A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. Labor Edições. São Paulo. 2007.

PIANA, M. **A Música-Movimento**: estratégias e significados da produção musical do MST. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos, exclusão e luta: Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. XI congresso brasileiro de Sociologia. Campinas, set. 2003. Disponível em: www.nead.org.br/download.php?form=.doc&id+266.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia**, São Paulo, v.13, n. especial, p. 03-32, jan. 2000.

SCHNEIDER, S; RADOMSKY, G. F. W. Evolução demográfica ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, 2002.

SCHUCH, P; GEHLEN, I. **A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais**. In: A rua em movimento: debates a cerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Ed.1, 2012.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: Nead, 2007. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_ve_lhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 3 de abril de 2017

SILVA, A.P.S.. **Comunas da terra**: relações entre sujeitos na paisagem híbrida campo-cidade. Diálogos Possíveis, v. 14, n. 2., 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 01, n. 49, p. 35-64, 2006. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/19/11>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960**. Expressão Popular. 2ª Ed. São Paulo, 2011.

SIGAUD, L. “**A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**”. *Novos Estudos Cebrap*, no 58, 2000.

_____. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**. *Cuadernos de Antropología Social*, 2004.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. **Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada**. *Dados* [online], v.51, n.1, 2008.

UFF, Universidade Federal Fluminense. 1986 - Evolução Estrutural da Economia fluminense: 1940/1985. In: *Economia Fluminense -74 conjuntura e análise*. 1986. Rio de Janeiro

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. *Revista Universidade Federal de Roraima: Textos & Debates* Vol 1, nº 7. Roraima, 2004.

VASCONCELOS, G.; SILVA, A.; COSTA, F. **Agroecologia: A Experiência do Acampamento Che Guevara do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Pernambuco/Brasil**. *Rev. Bras. De Agroecologia/nov*. 2009. Vol. 4 No. 2.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS ACAMPAMENTOS DOM TOMÁS BALDUÍNO E UNIDOS PELA TERRA

A) Questões referentes a identidade, perspectivas, motivações e dificuldades:

1. Você identifica como uma pessoa urbana ou rural?
2. Você possui algum vínculo com o rural?
3. Quais os motivos que levaram você sair da cidade? É a primeira vez que isso ocorre? O que a cidade representa para você?
4. Por que você escolheu o MST para cumprir com esse objetivo?
5. O que há de diferente na sua perspectiva da vida no rural e no urbano?
6. Quais as dificuldades encontradas no acampamento?
7. Identifica alguma dificuldade ou alguma diferenciação por ser da cidade?
8. Quando morava na cidade, em seu histórico de vida, há um vínculo com outras lutas pela sua condição?
9. Há alguma pessoa do seu núcleo familiar que já foi ou é proprietário de terras rurais? A área é grande?
10. O que você significa pra você, ter um pedaço de terra?
11. Depois que conseguir o seu lote, tem ideia de como organizá-lo? Quantas pessoas vão morar com você?
12. Está acampado a quanto tempo? É a primeira vez que tenta o acesso a terra por este meio?
13. Tem alguma dificuldade no processo burocrático para quem é da cidade? E dentro do acampamento há?
14. O que é reforma agrária pra você? E qual a importância do movimento dentro disso que você falou? Uma coisa está diretamente ligada com a outra?
15. Há uma diferença das pessoas que vem da cidade para as que vem do campo? Quais são elas?

B) Questões referentes ao perfil socioeconômico

1. Número de membros na família
2. Sexo
3. Idade
4. Escolaridade

5. Qual a primeira ocupação/trabalho e a última antes de ingressar no acampamento?
6. Tem interesse em continuar com essa profissão quando tiver acesso à terra?
7. Cidade/estado/logradouro de origem?
8. Número de processos migratórios que passou?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRIGENTES/FRENTES DE MASSA DOS ACAMPAMENTOS

1. Qual é a proporção de acampados urbanos e rurais no acampamento?
2. Você consegue vincular esta proporção a algum fator?
3. Em todos os acampamentos do estado há uma proporção semelhante a esta?
4. Em que momento este perfil começou a surgir nos acampamentos?
5. Quais os motivos?
6. Qual a taxa de evasão do acampamento? Em maioria são urbanos ou são rurais?
7. Existe uma ferramenta de controle sobre entrada e saída do acampamento?
8. Existe algum empecilho para os urbanos no processo burocrático para conseguir o acesso à terra?
9. Há alguma diferença percebida entre rurais e urbanos aqui?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO INCRA

1. Existe uma ferramenta que mensure ou que cumpra a função de diagnóstico sobre o perfil das pessoas acampadas?
2. As orientações quanto ao público alvo da reforma agrária ainda tem em base o II Plano Nacional de Reforma Agrária? E compreensão de R.A também?
3. Quantos acampamentos existem no BR e no RS?
4. De que forma selecionam as famílias para ocuparem os lotes que disponíveis?
5. Por que exigem o a comprovação de tempo de trabalho agrícola?
6. Esta comprovação é feita como? Apenas é valido o Bloco Fiscal?

APENDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO DURANTE AS ESTREVISTAS



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: “Sujeitos da Reforma Agrária: Um estudo de migração urbano-rural em consonância com as estratégias da política agrária contemporânea”

Pesquisadora responsável: Mauren Buzzatti

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria -Avenida Roraima, 1000, prédio 42, CEP 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Charqueadas – Rio Grande do Sul.

Eu, Mauren Buzzatti, responsável pela pesquisa “Sujeitos da Reforma Agrária: Um estudo de migração urbano-rural em consonância com as estratégias da política agrária contemporânea”, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo. Esta pesquisa pretende analisar como a política de reforma agrária compreende a população urbana aderente ao processo de busca de acesso a terra através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo em vista os processos migratórios entre rural e urbano ao longo da história, as diferentes demandas existentes destes sujeitos, elucidando o universo de significados que o acesso a terra tem para essas populações, a partir da narrativa dos ingressantes ao movimento, acampados próximo ao município de Charqueadas-RS.

Acreditamos que ela seja importante porque permite uma contribuição na leitura do perfil dos sujeitos que hoje buscam acesso a terra, no sentido de uma compreensão estratégica para a formulação de futuras políticas incidentes a reforma agrária. Para sua realização, serão realizadas entrevistas semi estruturadas com a comunidade presente no acampamento. Sua participação constará através da participação destas entrevistas, relatando sua trajetória de vida, os significados que permeiam o ambiente em que viveu e busca viver, assim como as suas perspectivas futuras. A gravação de áudio só será realizada com a autorização do entrevistado, no mais a pesquisadora fará anotações como forma de registro das entrevistas. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada com amparo aos relacionados a pesquisa.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

* Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE Local
Mauren Buzzatti

Charqueadas (RS), Abril de 2017

ANEXO A – DOCUMENTOS ACESSADOS/UTILIZADOS COMO DADOS PRIMÁRIOS

CPT- Comissão Pastoral da Terra – Relatórios de Conflito Agrário

Relatório dos Conflitos no Campo, 1995.

Relatório dos Conflitos no Campo, 2015.

MST- Cartilhas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Cartilha “Programa Agrário do MST”. 2014.

MST- Cadernos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Caderno de formação N°11 “Elementos sobre a teoria de organização do campo”. 1986

Caderno de Cooperação Agrícola N°10 “O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento”, 2001

Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15 “Novas Formas de Assentamentos: a experiência da Comuna da Terra”, 2004.

MST- Jornal Sem Terra

Boletim informativo “Campanha de solidariedade aos agricultores sem terra”. 1981

MST- Relatórios

MST- Relatório de pesquisa de opinião pública sobre Reforma Agrária, 1995.

ANEXO B – PRIMEIRO BOLETIM INFORMATIVO SEM TERRA, 1981

SEM TERRA**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA****CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM ROSINA ALTA**

* Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que viviam nesta região (Aito Cruzuã), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, pedreiros, diaristas, mecânicos, agricultores, parceiros, etc.. Dessa terra já não conseguimos mais viver, pois não há segurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da fazenda e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário de Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que esta terra do Estado para todos nós e para muitos mais que nós não temos precisão, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos delas até foram na cidade, como é o caso de vários que se esqueceram de grande parte da fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo entregue pelo governo para alguns ricos que não precisam. Só estas terras são para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedaço de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir e ferocendo esmola pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois sem ele não ficamos aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar.*

* FRONTEIRA DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS *

* TERRA PARA O BOM TRABALHO NELA *

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

ANEXO C – DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS RABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os trabalhadores sem terra ocuparão Brasília

29 MAR 1988

MST rumo ao II congresso nacional

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - realizará seu 2º congresso nacional, dias 3, 4 e 5 de abril em Brasília. Participarão 10 mil delegados de todo o País, principalmente dos 19 estados onde há organização dos sem terra.

O MST convoca a todos os trabalhadores urbanos a participarem da grande manifestação no dia 5 em frente ao Palácio do Planalto. Será entregue ao presidente eleito, a pauta de reivindicações definida no congresso. Os trabalhadores exigirão do novo governo, compromisso sério em relação à reforma agrária (coisa que ele não fez durante a campanha eleitoral).

O congresso nacional é a instância máxima de decisão do MST e é realizado de cinco em cinco anos. Nele será definida a plataforma de luta para os próximos anos com base no Plano Nacional (1989-93), aprovado ano passado que estabelece a linha política para o período.

Conheça o MST, a importância da reforma agrária e entre nessa luta com a gente!

Arnaldo Alves

